

CAMILA DE ALMEIDA MENEZES

A DANÇA COMO PROPOSTA PARA RESSIGNIFICAÇÃO: O
GANHO COGNITIVO NO DESPERTAR DO CORPO CONSCIENTE

Salvador

10.02.2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DANÇA

CAMILA DE ALMEIDA MENEZES

**A DANÇA COMO PROPOSTA PARA RESSIGNIFICAÇÃO: O
GANHO COGNITIVO NO DESPERTAR DO CORPO CONSCIENTE**

Salvador

10.02.2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr^a Dulce Tamara Aquino da Silva
Programa de Pós Graduação Dança PPGDA - UFBA

Prof.^a Dr^a Clélia Ferraz Pereira de Queiroz
Programa de Pós Graduação Dança - PPGDA – UFBA

Prof.^a Dr^a. Ausônia Bernardes Monteiro
Faculdade Angel - Rio de Janeiro

Dedico meu trabalho à minha mãe, pelos momentos de silêncio em pleno final de semana, ao meu irmão, pelas poucas, mas sábias palavras, ao meu pai, que mesmo no céu me dá motivos para continuar vivendo aqui na terra, ao meu querido curió, que cantava me embalando nos estudos cotidianamente, ao meu marido e minha filha Valentina pelos momentos de compreensão na ausência motivada pelos estudos.

1. RESUMO

Trata-se de estudo acerca da dança como proposta para a ressignificação de adolescentes infratores alojados nas casas de acolhimento de Salvador – FUNDAC (CASE e Cia). Devemos pensar na tessitura da pesquisa engajando a dança como condição propulsora para um desenvolvimento cognitivo mais consciente para os menores infratores sob a luz do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. Iniciaremos com a evolução histórica no tratamento da criança e adolescente frente à realidade das entidades de acolhimento. Analisa-se a legislação Brasileira relativa à infância e a adolescência e os aparatos legais na construção histórica da percepção do menor como condição de pessoa em desenvolvimento, possuidora de necessidades especiais, como também, o conceito, espécies e a aplicação das medidas socioeducativas, e por fim, a consideração da dança como um efeito potencializador no processo de ressignificação – autoconhecimento, ensejando uma experiência motriz para ganho de conhecimento no trato da vivência cognitiva, repercutindo na condição de reingresso na sociedade com o despertar do corpo que dança.

Palavras-chaves: Estatuto da Criança e Adolescente, Medidas Sócioeducativas, Dança, Cognição, Ressignificação.

ABSTRACT

It is the study of dance as a proposal for rehabilitating adolescent offenders housed in the Salvador - FUNDAC (CASE & Co.) shelters. We must recognize the foundation of research to be the introduction of dance as a stimulus to further the cognitive development of adolescent offenders under the premisses of the Statute of the Child and Adolescent Development - ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). We begin with the historical evolution on the treatment of children and adolescents faced with the reality of host entities. It analyzes the Brazilian legislation on childhood and adolescence and the legal apparatus in the historical construction of the underage people's perceptions as a condition of the developing person, people with special needs, as well as the concept, types and the implementation of educational measures, and finally, the consideration of dance as a potentiating effect on the reframing process - self knowledge, generating a driving experiment to gain knowledge on the usage of cognitive experience, reflecting on the reintegration into society with the awakening of the dancing body.

Keywords: Statute of Children and Adolescents, educational measures, Dance, Cognition, Reframing.

2. LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CONANDA – Conselho Nacional da Criança e Adolescente

CF – Constituição Federal.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.

FUNDAC – Fundação da Criança e do Adolescente.

CASE – Comunidade de Acolhimento Socioeducativo.

SUMÁRIO

A dança como proposta para ressignificação: o ganho cognitivo no despertar do corpo consciente.

1. Resumo	06
2. Lista de Abreviatura e Siglas	07
3. Introdução	08
4. Condição das tratativas dos adolescentes menores infratores.	14
4.1. O reconhecimento da adolescência garantida e consagrada pelo ECA, versus a realidade nas entidades de acolhimento	
4.2. O adolescente como prioridade absoluta	21
4.3. A doutrina de proteção integral	25
4.4. As medidas socioeducativas e suas funções	28
5. A dança na experiência cognitiva – transformações e experimentações cotidianas.	38
5.1. Tessitura teórica da experiência do movimento na dança	
5.2. Intenções e abordagens metodológicas aplicadas no experimento com os alunos da FUNDAC.	52
6. A dança como proposta para ressignificação	60
6.1. Organização funcional da CASE e Cia – Comunidade de Atendimento antecipando a oficina.	66
6.2. Relatos e reflexões das aulas, um breve diário de bordo das mais importantes passagens experienciadas.	70
7. Conclusão	95
Bibliografia	102
Anexo: Convenção dos direitos da criança e adolescente	105

3. Introdução:

O interesse da pesquisa a ser desenvolvida paira na tentativa de dialogar com a dança no processo de ressocialização de adolescentes – educandos¹, que se encontram alojados em casas de apoio e acolhimento ao menor, na cidade de Salvador-BA, na instituição denominada de Fundação da criança e adolescente – FUNDAC², no núcleo da Comunidade de Atendimento Socioeducativo – CASE, no CIA³.

O objetivo geral é investigar como a dança pode colaborar no processo de ressignificação – autoconhecimento, nos casos de adolescentes que cometeram ato infracional e que necessariamente cumprem medidas socioeducativas no intuito da futura reinserção à comunidade. Essas Medidas são impostas pelo Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. O trabalho foi realizado especificamente com adolescentes internos, do sexo masculino, compreendendo a faixa etária de 15 a 21 anos.

O despertar para a questão desse estudo surgiu da experiência com a dança desde os cinco anos, formando-me pela Royal academy of Dance – London; como também na Escola de Dança – UFBA; com outros cursos e formação em dança contemporânea e jazz; curso de especialização em Psicomotricidade pela Universidade Hélio Rocha. Trabalhando como professora, coreografa e dançarina a mais de quinze anos com crianças, adolescentes e adultos na Escola de ballet do teatro castro Alves – EBATECA e na Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB. Participando de diversos cursos e concursos de dança em todo Brasil com obtenção de premiações. Formada em Direito pela Universidade Jorge Amado – UNIJORGE; estagiaria da Defensoria Pública e Justiça Federal nas áreas de Cível e Penal.

¹ Educando: Condição de aluno do adolescente menor infrator recolhidos nas casas de apoio designada assim pelo Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

² A Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC tem como missão a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, atendimento a adolescentes em situação de risco social e crianças e adolescentes com deficiência intelectual, transtorno mental e síndrome genética.

³ A Comunidade de Atendimento Socioeducativo do CIA (Estrada CIA Aeroporto) foi inaugurada em 19 de março de 1998 para ampliar o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa na Região Metropolitana de Salvador. Tem capacidade para atender 90 adolescentes: 45 em regime de internação provisória e 45 em cumprimento da medida de internação, atendendo as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

Da experiência com dança e direito surgiu o desejo do estudo que envolve a tentativa de compreender como se dar o processo de desencarceramento dos corpos dos adolescentes infratores através da dança. O ganho cognitivo desses corpos no trato com a feitura da arte de dançar. O ato de significar, constituir uma nova possibilidade de compreensão corporal, posicionamento e atitude na execução de movimentos pela dança.

Estudo que observa o lento desengessamento, desconstrução de corpos travados, tensos, enrijecidos pelo encarceramento nas celas. O estudo que põe a dança como elemento possibilitador de ganho cognitivo na estruturação dos corpos em suas nuances no processo de desenvolvimento, amadurecimento.

Na estrada de aproximação com o estudo, pesquisamos em muitos Estados brasileiros se havia algo com o mesmo interesse e/ou similaridade no assunto. A resposta foi positiva, mas podemos dizer que são propostas que se assemelham no intuito de uma ressocialização pensada com adolescentes infratores, onde necessariamente não no âmbito da dança, mas no estudo da arte como um todo.

Algumas propostas nos levam para o campo da música, outras para o teatro, e outras também no campo da Educação Física, através dos esportes e seus elementos capacitastes e transformadores. Essas propostas foram deparadas, em sua menor parte, no âmbito dos estudos científicos, muitas outras foram encontradas como proposta de pessoas que mesmo fora do âmbito científico educacional, possuem engajados métodos voltados para educação transformadora, de operação social, mesmo que de forma mínima e local.

Na sua grande maioria são propostas artísticas que são levadas para as instituições apenas na formatação de mais um componente curricular de arte. Não necessariamente proposta desenvolvida no campo pedagógico - educação em foco, ou mesmo no enfretamento da condição de transformação artística focada no adolescente.

Seria uma espécie de lazer, um passa tempo, mais precisamente em oferecer ao interno adolescente uma gama de possibilidades dentro da instituição na tentativa de colaborar com as atividades extras.

Assim sendo, entendemos que há interesse de pessoas fora dos Conselhos Penitenciários que lutam e se dedicam a respeito desse assunto relevante. A preocupação com os adolescentes infratores desperta curiosidade e instiga um

processo de tentativas no trato pedagógico assumindo um compromisso com os ideais de ressignificação⁴.

Aproveitando o interesse de comoção social, os membros dos Conselhos Tutelares e Penitenciários estão na maioria das vezes, de portas abertas para receber e trabalhar com pessoas que se interessam em beneficiar a passagem – internamento dos adolescentes na FUNDAC. Trabalho esse que deveria ser multidisciplinar e não apenas pensado no âmbito dos profissionais do direito, visão pura e fria da lei em sua maioria.

Como exemplo de trabalho já feitos neste âmbito podemos relatar a existência de uma atividade de dança na própria FUNDAC de Salvador, atividade essa direcionada na Comunidade de Atendimento Socioeducativo - CASE (centro). Essa atividade de dança existia no intuito de possibilitar ao educando a chance de aprender uma atividade de dança, seria uma espécie de oficina de dança que estava inserida na oficina de teatro onde os profissionais das duas áreas trabalhavam juntos na tentativa de compor com determinado projeto artístico pontual.

Essa proposta ocorria com o foco único e exclusivo de ensinar uma coreografia para que aqueles alunos específicos, escolhidos em sua grande maioria, por bom comportamento e sem dizer, da sua condição em nível de menor periculosidade, para uma apresentação “show” de fim de ano ou por uma data comemorativa especial onde se faziam uma festa dentro da instituição com convite para seus familiares assistirem a essa apresentação colocada como estratégia pontual e rasa de construção intelectual ou como proposta artística educacional voltada para um estudo mais aprofundado da condição corporal.

A necessidade de troca de informações em todos os níveis: educacional, artística, psicológica, entre outras fica nítida quando na própria instituição, mas especificamente a FUNDAC de Salvador, existe uma grande defasagem no número de profissionais aptos para o trabalho.

Legalmente há concursos públicos e mesmo convite de profissionais para esse trabalho, contudo, o que ocorre na prática é que, alguns desses profissionais não querem trabalhar dentro dessa instituição, alegando insalubridade e periculosidade. O mais grave ainda que acontece é que alguns desses profissionais

⁴ Ressignificação é o método utilizado em neurolinguística para fazer com que pessoas possam atribuir novo significado a acontecimentos através da mudança de sua visão de mundo. Para Christine Greiner (2010), a emergência da ação de significar é importante reconhecer que mente e corpo não são duas coisas separadas, mas aspectos de um único processo orgânico.

para não perder seu cargo público, são praticamente obrigados a trabalhar na instituição a contra gosto. Não compreendendo o verdadeiro valor e responsabilidade de seu papel perante aqueles indivíduos na situação que se encontram.

O trabalho existente na FUNFAC para com os educandos é chamada Medida Sócio Educativa que é a manifestação do Estado em resposta ao ato infracional praticados por adolescentes menores de 18 anos. Sua aplicação objetiva inibir a reincidência⁵, sendo ela desenvolvida com a finalidade pedagógico-educativa como anunciada no art. 63 do Código Penal: “Verificar-se a residência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior”.

Dentro da perspectiva educativa, a aplicação da Medida Sócio Educativa deve sempre respeitar a capacidade do adolescente em cumpri-las, as circunstâncias em que o ato infracional foi praticado e a gravidade da infração, pois cada adolescente traz consigo sua história e trajetória de vida, devendo esta ser entendida e analisada caso a caso.

O presente trabalho dissertativo traz a historicidade dos direitos juvenis perpassando pelos dispositivos legais que elucidaram o direito da criança e adolescente em todo o mundo, fazendo para tanto, no primeiro momento um estudo acerca da sua evolução histórica, perpassando, pelas ideias do século dezoito até a atualidade.

No Brasil, até a promulgação da Lei 8.069, de 1990, as questões relativas às crianças e adolescentes eram postas em segundo plano, esquecendo que os mesmos eram sujeitos de direitos. Somente após o advento da Declaração Universal do Direito da Criança (1959), Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) e com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes – CONANDA, a criança e o adolescente passaram a ter de fato seus direitos estabelecidos.

Sob o prisma histórico dos manuais do direito brasileiro e universal, observa-se que a criança e o adolescente eram pensados como meros instrumentos assistencialistas das políticas públicas, portadoras de patologia social, dentre outros,

⁵ Reincidência: (*voltar a incidir*) é um conceito jurídico, aplicado ao direito penal, que significa voltar a praticar um delito havendo sido anteriormente condenado por outro (de igual natureza ou não). Rogerio Grecco preleciona que a reincidência é a prova do fracasso do Estado na sua tarefa ressocializadora, (Curso de Direito Penal, p.571).

até culminar como sujeitos portadores de direitos e deveres à luz da Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.069, de 1990, em vigor até os dias atuais.

A criança e o adolescente atualmente são reconhecidos como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta da família, sociedade e do Estado.

Justifica-se, assim, a escolha deste tema na discussão acerca da dança na aplicabilidade das medidas socioeducativas, dentro do prisma educativo, questão polêmica e importante para o Direito Moderno e a sociedade onde a ressocialização do infrator gera consequências sociais importantes, principalmente no aspecto do autoconhecimento.

Nesta questão o indivíduo mais consciente de seu corpo elucida melhor as informações cotidianas da sua experiência de vida, transformando todo e qualquer ato por ele experimentado. O menor infrator deverá ser beneficiado com bons ideais de políticas públicas, com propostas de oficinas e atividades no âmbito da instituição de alojamento no atendimento as suas questões peculiares de pessoa em desenvolvimento, onde possivelmente, se não assim fosse, tornaram-se adultos apto a praticar crimes, aumentando assim o problema da criminalidade e gerando cada vez mais violência.

Para tanto, o objetivo das medidas aplicadas deve ser, principalmente, pedagógico engajado no âmbito educacional, privilegiando o processo de ressocialização e prevenção da reincidência. Tal objetivo só pode ser atingido se amparado por políticas públicas, programas assistencialistas específicos voltados ao adolescente e à família, frisando sempre a necessidade de participação da sociedade, dentre outros, para uma real efetivação dos direitos juvenis.

Esses programas são pensados com base na Constituição e mais especificamente a luz do Estatuto da Criança e Adolescentes – ECA. Onde existe uma equipe designada em cada Estado e Município que pensam e elaborem estratégias de aplicação desses direitos elucidados nas leis para a realidade vivida pelos adolescentes educandos. São instituições como o Conselho Penitenciário da Bahia, por exemplo, que é designado para pensar e organizar as tratativas dos detentos e suas condições de existência como tal, como também, na própria FUNDAC, encontramos profissionais estudiosos nas mais diversas áreas de conhecimento, tais como, educação, sociologia, psicologia, dentre outras, que se

aprofundam em pesquisas que elejam as melhores condições para o formato das medidas socioeducativas nas instituições destinadas ao tratamento.

A proposta é levar aos adolescentes no cumprimento de medida socioeducativa a dança como instrumento educativo na condução do processo de ressocialização.

Sendo a dança um universo artístico capaz de culminar uma experiência transformadora na vida humana, ela trás consigo elementos especialmente voltados ao autoconhecimento. Dizemos então que a dança em sua essência pode elucidar caminhos para o reconhecimento corporal, criando a capacidade de interação com o mundo a partir de um corpo apto na trocar de informações com o meio ambiente de forma mais consciente.

Na pratica da dança nos deparamos com um corpo apto para interagir com as informações dadas em sua execução. É através dos movimentos que colocamos esse corpo aberto a estímulos que passam pela esfera psicológica, social, emocional, educacional e vão a sua experimentação continuada transformando esse corpo, amadurecendo os circuitos neuronais, capacitando e preparando o individuo a reconhecer-se como humano em um processo de constante evolução.

O trabalho artístico desde os primórdios ajuda o homem a transformar seus sonhos mais profundos em realidade. Desemboca um potencial de produção e realização de desejos, concretizando e expondo o artista como um produtor no mundo. Produtor esse que assina sua arte com vigor de realização do próprio eu, colocando para o meio e seus pares seu posicionamento e sua capacidade de transformar. Essa exposição é composta pelo processo de pensar sua arte a partir de parâmetros pessoais e de própria condição de existência. Cada ser possui em si um potencial de reconhecer-se e, a partir disso, posicionar-se frente à realidade onde de certo, poderá dialogar com o meio implementando seu próprio *modus operandi*.

Com o desenvolvimento do trabalho nas paginas seguintes, demonstraremos com maior clareza cada ponto acima referido.

4. Condição das tratativas dos adolescentes menores infratores

4.1 O reconhecimento da adolescência garantida e consagrada pelo ECA versus a realidade posta nas entidades de acolhimento.

O Brasil passou por mudanças políticas com relevantes consequências na área jurídica ao consagrar a nossa Constituição Federal de 1988. Desde então, o pensamento jurídico transformou-se, alicerçados aos novos princípios que surgiram através da reformulação das propostas de direito em todo o mundo. Princípios estes como: a dignidade da pessoa humana; a criança e o adolescente como prioridade absoluta e a condição peculiar de desenvolvimento dos mesmo.

Neste intento garantista, surgiu após um ano, em 1990 o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, que transformou com a realidade posta no tratamento oferecido aos mesmos na realidade jurídica brasileira.

A grande revolução aqui imposta foi de pensar que a criança e o adolescente são pessoas com necessidades especiais de tratamento por serem indivíduos em pleno desenvolvimento, e de certo precisam de cuidados instituídos em forma de lei para de fato garantir seu direito a uma vida digna e saudável.

O Estatuto mudou com o paradigma de pensar na criança e no adolescente como “adulto em tamanho pequeno”, taxados à época como indivíduos comuns, sem nenhuma consideração especial. Situação observada no Código de Menores (1979), que conceituava as crianças e os adolescentes em situação irregular na perspectiva menorista⁶. Onde esses, eram excluídos da sociedade e não possuíam os direitos de hoje reconhecidos sob a ótica de situação peculiar de desenvolvimento.

Com o advento do Estatuto – ECA, a visão tendia a enxergar a criança e o adolescente como indivíduos em desenvolvimento, possuidores de um adequado atendimento jurídico para satisfação do seu processo de formação. Formação esta que está inserido nos pensamentos voltados à educação, à psicologia, à cultura e a arte que, quando pensados em conjunto, se tornam grandiosamente importante e inseparáveis fortalecendo uma perspectiva educacional válida na tratativa dos

⁶ Menorista: O antigo Código de Menores fundado no Brasil em 1927 atuante até 1990 funcionava como instrumento de controle, transferindo para o Estado a tutela dos "menores inadaptados" e assim, justificava a ação dos aparelhos repressivos. Ao contrário, o ECA serve como instrumento de exigibilidade de direitos àqueles que estão vulnerabilizados pela sua violação. CAPEZ, Fernando *Curso de Processo Penal* (2013).

adolescentes. Seria um sistema complexo formado de partes que se complementam e que cada esfera compõe vertiginosamente o mundo cognitivo do indivíduo.

Pensar na importância da educação para assegurar os direitos estabelecidos no ECA, faz mister, entender educação nos moldes da ideia somática⁷, que se caracteriza como um campo teórico e prático que se interessa pela consciência do corpo e seu movimento. Seria um campo teórico-prático que reúne diferentes métodos cujo eixo central de pesquisa e atuação é o movimento do corpo no espaço como via de transformação: mecânica, neurológica, cognitiva e afetiva de um indivíduo. Pensar o corpo como elemento fundamental para ganho cognitivo surgiu na Europa e na América do Norte entre os séculos XIX e XX e nos dias atuais vemos sua aplicação em diversos campos da ciência.

Com o pensamento voltado para o ganho intelectual de maneira mais abrangente, pensando no corpo como todo somático, surgiu no Brasil, nos meados dos anos 1980 a ideia da educação somática, onde foi fundada a Sociedade Brasileira de Psicomotricidade, com apoio de Françoise Désobeau, presidente da Sociedade Internacional de Terapia Psicomotora com grande inclinação na investigação das possibilidades estruturantes no reconhecimento do corpo na promoção de experiências desvelando o corpo como fonte precípua desse experimento.

O movimento para a educação somática seria um dos primeiros campos funcionais a se desenvolver, e que serviria de base para o desenvolvimento dos demais na trilha do desenrolar do indivíduo. Visto que o movimento é vital para uma vida saudável, pensamos que a mobilidade do corpo dialoga com todas as áreas da vida humana. Os métodos de aplicação da educação somática intrinsecamente ligados à pedagogia na aula de dança vão depender do foco que está sendo privilegiado. Depende do grupo trabalhado e de qual sentido se pretende dar ao estudo proposto, observando assim o histórico de cada aluno e suas necessidades latentes perante seu engajamento no processo educacional.

⁷ Educação Somática: compreende a educação como um conjunto de métodos com principal foco o aprendizado da consciência do corpo em movimento, sempre em sua relação com o ambiente. A palavra *soma*, de origem grega, refere-se ao corpo como experiência vivida, distinguindo-o da ideia de um corpo-matéria ou de um corpo-objeto. A educação somática é um campo teórico-prático que se interessa pelas relações entre a motricidade humana, a consciência e o aprendizado. (BOLSANELLO, Débora, 2005).

Para a educadora Débora Bolsanello⁸, 2005:

A educação somática é um campo teórico-prático que se interessa pelas relações entre a motricidade humana, a consciência e o aprendizado. A partir da mudança de paradigma estabelecida pelo pós-Positivismo e do questionamento epistemológico inaugurado pela Fenomenologia, a experiência humana e a subjetividade passam a ser validadas como fonte de conhecimento. Para os profissionais da área de educação somática, não é o corpo da pessoa que é abordado, mas a sua experiência através do corpo. Para tanto, o professor de educação somática utiliza as seguintes estratégias pedagógicas: a sensibilização da pele, o aprendizado pela vivência e a flexibilidade da percepção.

Para tanto, devemos relacionar os novos estudos referentes ao desenvolvimento do indivíduo, as novas tendências pedagógicas para levar ao adolescente interno uma concreta possibilidade de desenvolvimento e aprimoramento.

Contudo, a realidade que vemos nos tempos atuais, depois de mais de 20 anos de existência do Estatuto é que a efetiva proteção que deveria ser dada a criança e ao adolescente, quase sempre, não passa de ideia no papel em forma de lei. A realidade dessas adolescentes ainda está muito longe de ser a do ideal preconizado. Ideal de um mundo mais pacífico e tenaz aos moldes propostos na lógica da jurisdição constitucional.

O ocorre nas Varas especializadas em criança e adolescente, são processos amontoados nas mesas da Defensoria Pública, não por falta de interesse ou mesmo desleixo dos mesmos, mais por tamanha quantidade de processos que existem nesses casos específicos de adolescente em desacordo com a lei. O que demonstra que o nosso sistema jurídico ainda não trabalha com uma estrutura confortável de contingente para uma produção satisfatória da justiça.

Seria necessário uma reformulação no que concerne a tratativa na prática dessas Varas especializadas, já que é consagrado no Estatuto o princípio da celeridade⁹ nos casos em questão. Deveria ter políticas públicas para fortalecimento

⁸ Débora Bolsanello: Bacharel em antropologia pela Université de Montréal, Débora é Mestre em dança pela Université du Québec à Montréal. Sua dissertação aborda a aplicação de técnicas de educação somática dentro do tratamento de dependentes químicos. É assistente de pesquisa do CERAP - Centro de Estudos e Investigação Aplicada em Psicopedagogia Perceptiva, Universidade Fernando Pessoa do Porto, Portugal.

⁹ Princípio da celeridade: Trata-se de princípio com ampla previsão legal, a começar pelo próprio Código de Processo Civil (Lei n. 5.869/73), que, desde sua promulgação conta com a previsão do art.

estratégico no que concerne o tratamento dos menores. As Varas possuem mais Defensores Públicos, assim como, o ente público mais engajado nessa realidade, ensejando um corpo financeiro maior na ajuda dos órgãos especializados para tratamento desses jovens em situação de risco. Melhorar a qualificação dos funcionários que estão diretamente ligados aos jovens, por se tratar de uma matéria ainda pouco entendida e infelizmente longe do ideal da sociedade.

Com o imprescindível papel de fornecer orientação e assistência jurídica integral e gratuita para a população carente, a Defensoria Pública sobrevive com escassez de recursos na Bahia. Atualmente, a instituição possui um déficit de mais de 60% do quadro de profissionais (cerca de 380 funcionários). São, apenas, 200 defensores públicos, aproximadamente, para atender todo o Estado, que, segundo dados do último IBGE, possui uma população de 14.080.654 habitantes, gerando uma média de 70 mil pessoas para cada defensor.

A Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) divulgou, nos dias 08 e 09 do mês de outubro de 2011, a Lei Orçamentária Anual, que prevê os gastos públicos referentes ao ano de 2012¹⁰. Para a surpresa dos defensores públicos e da população baiana, na lista das contratações previstas, não constava nenhuma vaga destinada à instituição. Segundo os dados que foram divulgados no Diário Oficial, as nomeações estipuladas para o ano que vem ficarão dividida da seguinte forma: 50 vagas para Magistratura, 252 para o Ministério Público e nenhuma para a Defensoria.

Destacando como imprescindível a função de prestar orientação jurídica integral e gratuita para a população de baixa renda, Cláudio Piansky, presidente da Associação dos Defensores do Estado da Bahia, afirma que um dos principais e mais preocupantes problemas enfrentados pelo órgão é a escassez do orçamento que lhe tem sido destinado: “Atualmente, contamos apenas com 35% do quadro de defensores, além de não contarmos com um sólido quadro de servidores e necessitarmos de várias melhorias nas condições de trabalhos, no que diz respeito a espaço físico, tecnologia, etc.”.

A melhor qualificação ora dita, serviria porque não, e ainda mais importante, no próprio sistema judiciário, em cursos e palestras sobre o processo de

125, II, no sentido de competir ao magistrado perseguir a "rápida solução do litígio". Victor Sarfatis Metta. Ambitojuridico.com.br, 16 de junho de 2013.

¹⁰<http://www.ciadanoticia.com.br/v1/2011/10/28/orcamento-do-estado-da-bahia-ignora-defensoria-publica/>

desenvolvimento da vida de crianças e adolescente, os quais deveria ser objeto de conhecimento de Defensores, Promotores e Juizes que, decidem o futuro do jovem através de suas declarações e sentenças, que na maioria das vezes condenam esses educandos a uma vida longe de sua família e amigos, quando em alguns dos casos, esses jovens só precisariam de fato de mais atenção e respeito de seus familiares.

Sabedores de que a quantidade de processos existentes não permite a possibilidade de um acompanhamento extremamente direto do juiz, que em suma só veem esses jovens por uma ocasião geralmente no dia de seu julgamento, na sala de audiência. Esse contato é posto quando esse menor é levado por agentes de segurança, porque não dizer, escoltados para a sala de audiência, onde são arguidos dos fatos supostamente praticados no cometimento do ato infracional.

Por muitos momentos em audiência, é sentido a ausência do Defensor Público, que de certo, poderia gerar nulidade ao processo insaturado, mas, como de praxe, essa ausência não se manifesta como nulidade processual, porque o Ministério Público presente e também o juiz na própria audiência, se fazem defensores e fideiussores da lei, na qual dizem privilegiar a questão do direito da criança e do adolescente ali presente. Não gerando assim maiores complicações processuais. Com tudo, a presença do defensor é de extrema valia para a defesa dos direitos ali apresentados. Essa situação é caótica e inaceitável no âmbito da justa justiça.

É difícil falar em segurança processual nos casos em que sabemos que o Ministério Público atua como fiscalizador da lei, por este se tratar de um órgão que se perfaz na conduta de acusação. Frente a todas as impotências desse sistema, estão figurando do lado oposto às crianças e adolescentes que deveriam ser prioridade absoluta em questões processuais, pelo aparato legal que lhes cabe, garantido sua condição processual de pessoa em desenvolvimento.

As disparidades da lei não estão apenas no setor judicial, mas também, da precária situação das entidades de acolhimento desses educandos. Muitas delas não possuem funcionários qualificados e engajados para o tratamento devido aos jovens. As instalações são deficientes e a falta de material de trabalho, tanto no sentido humano como também, em sentido estrito – material, fazem das casas acolhedoras um mero instrumento idealizado, hipotético, pois, não cumpre com a devida ressocialização tão almejada e posta no nosso arcabouço jurídico.

Diante das incertezas funcionais e da falta de incentivo financeiro por parte dos órgãos públicos, as entidades de acolhimento trabalham tentando ajustar-se como podem nesta difícil realidade.

Os jovens que nela vivem, devem possuir dentro da legalidade, dignas condições educacionais, psicológicas e artísticas a fim de integrar esses jovens a uma convivência menos dolorosa na sua passagem à instituição, fora do berço familiar e social.

A realidade de muitos jovens nascentes no interior é assustadora, pois esses necessariamente saem de suas cidades natais para cumprir com as medidas sócioeducativas em municípios maiores, os quais possuem casas de acolhimento. São na maioria das vezes, excluídos literalmente de suas famílias. Quilômetros de distâncias ficam de sua terra e de seus pais. A impossibilidade de recursos financeiros implica em distanciar esse núcleo familiar, pois as passagens de viagens são fora do orçamento financeiro dessas famílias.

Falamos acima das condições das defensorias públicas e seus representantes no Estado da Bahia, relatos esses que foram registrados pela experiência de trabalhar como estagiária da defensoria pública nos anos de 2010 e 2011. Esse estágio referente a graduação em direito me fez perceber a necessidade do órgão e seus outros atributos. A tratativa com os adolescentes não bastaria apenas na prática com as ações legais, mas também e mais importante na forma de experiência tática com os próprios nas CASES.

Quando recebíamos os processos nas mãos para feitura das defesas, percebíamos que o mesmo continha um quadro com as experiências das medidas socioeducativas experienciadas por eles na instituição. Esse quadro demonstra a capacidade de participação e interesse dos jovens frente as propostas oferecidas na casa. Dentre elas podemos identificar as oficinas, que se compreende entre práticas manuais, arte, informática e projetos de menor aprendiz, com oficinas de padaria e serigrafia.

Sapiente disso, os defensores olhavam os comentários dos quadros das oficinas feitos pelos professores, psicólogos e assistentes sociais da instituição e relatavam na defesa o quanto aquela atividade serviu para o engajamento do jovem ali em questão. Essa avaliação era necessária e os juízes analisavam a defesa a partir do recorte feito pelos profissionais que lhe davam com os jovens diretamente na instituição.

Logo fica visível o quanto importa essas oficinas e atividades feitas pelos adolescentes na instituição. O foco do nosso interesse pela questão da ressocialização saiu dos papéis legais e foram para prática conjunta com os adolescentes. Percebia que na defesa legal a prática das oficinas e suas oscilações faziam um grande diferencial daquele adolescente julgado.

É frente à infeliz e precária realidade estrutural das casas de atendimento que são postos os adolescentes em tratamento e acompanhamento da justiça para serem ressignificados e ressocializados, podendo assim, voltar a ter uma vida livre na reentrada a sociedade após seu específico período de tratamento.

Para que aja na realidade uma possível ressignificação dentro dessa instituição para com esses jovens o caminho a ser percorrido é árduo, pois choca com questões que vão muito além da porta de entrada da FUNDAC. Teríamos que repensar a estrutura política; o poder normativo das leis e sua aplicabilidade; a formação e preparação dos funcionários que estarão juntos com os internos. Isso tudo paira em um lugar onde a ordem do discurso é punitiva, discriminativa e coercitiva. O foco é na quantidade de adolescentes que saem da instituição e não na qualidade do processo dentro da mesma.

4.2O adolescente como prioridade absoluta

Encontramos no arcabouço jurídico, muitas normativas que garantem os direitos das crianças e adolescente perante suas necessidades primárias de cuidados, por este ser considerado em desenvolvimento e extremamente carente de discernimento clarividente no âmbito moral, educacional e psicológico.

As normas que preveem as tratativas dos direitos da criança e adolescente surgiram inicialmente na Declaração de Genebra em 1924, onde se notava a preocupação internacional em segurar os direitos em questão como foco de discussão entre as nações.

A Declaração Universal dos Direitos das Crianças surge em 1959, trazendo em seu escopo novas perspectivas no tratamento e engajamento político para melhoramento da vida dos indivíduos em condição peculiar de desenvolvimento. Dentre os princípios consagradas pela Convenção, estão o direito à vida, à liberdade, as obrigações dos pais, da sociedade e do Estado em relação à criança e adolescente. Os estados signatários ainda comprometem-se a assegurar a proteção dos menores contra as agressões, ressaltando em seu art. 19 o combate à exploração sexual. Porém só foi ratificado pelo Brasil em 1990, dando ensejo a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Esses direitos estão contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1966 (arts. 23 e 24), como também no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também de 1966 (art. 10), bem como nos estatutos e instrumentos relevantes das agências especializadas e organizações internacionais que se dedicam ao bem estar da criança, ensejando uma relevante mudança de paradigma no olhar infanto-juvenil.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança datada de 1989 preleciona em seus itens, condições apropriadas para o cuidado que se deve ter frente às atrocidades vivenciadas contra crianças e adolescente de todo o mundo. Dar-se um novo paradigma epistemológico, no qual todo o entendimento dado à criança e adolescente passará por mudanças significativas em loco para sua concretização de fato e de direito.

Anteriormente, a criança e o adolescente eram vistos e denominado como menor. Termo errôneo em sua essência, pois assemelha a criança a condição de

“adulto pequeno”, uma forma preconceituosa de tratar seres ainda em desenvolvimento, logo, inacabados e sem a possibilidade de se insurgir em defesa própria na luta a favor de seus direitos.

Verdadeiros lotes de adolescente eram jogados a própria sorte em celas frias e sujas, sem a menor condição de existência, nem tão pouco de desenvolvimento saudável. Celas essas denominadas de FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), que em seu âmago, eram cadeias escolas do crime. Difícil é pensar em tratamento, os ditos infratores e infelizmente ainda menores eram enfiados a essa cruel realidade, pois esses não poderiam responder o processo legal da justiça comum. A FEBEM servia de local de exclusão desses indivíduos que não podiam participar da sociedade, eram chamados de delinquentes em potencial, porque ainda eram menores e que ao decorrer do tempo, certamente se tornariam futuros desordeiros da sociedade.

Com o passar dos anos, instaurou-se no Brasil, em 1988 a Constituição Federal, a realidade ora configurada no tratamento das crianças e adolescentes se transformou. A atmosfera pesada da antiga FEBEM, cheia de nevoeiros prisionais foi aos poucos se transformando em locais construídos na perspectiva de um melhor e mais saudável ambiente para tratamento e acompanhamento de crianças e adolescentes que passaram a ser detentores de direito. Eram assegurados os direitos fundamentais, econômicos, sociais e culturais sobre as crianças e adolescentes, além das disposições para que sejam aplicados.

Dos acontecimentos no âmbito jurídico ocorrentes em todo o mundo, o Brasil, ratificou os pressupostos existentes na Convenção sobre os Direitos das Crianças, assim feito, o tratamento à cerca das crianças e adolescentes necessitou de mudanças profundas na prática legal. Não apenas o Brasil, mas diversos países também ratificaram a Convenção dita, no geral foi ratificada por 192 países, e com absurdo espanto, os Estados Unidos e a Somália ainda não aderiram. Vemos nesta posição dos países não participante a discrepante distância e desigualdade de realidade, fazendo-nos pensar nos reais motivos que conduzem os discursos inerentes a essa questão. Além dos direitos garantidos passamos a falar dos princípios norteadores dos Tratados e Convenções em favor da criança e adolescente:

Participação - As crianças, como pessoas e sujeitos de direito, podem e devem expressar suas opiniões nos temas que lhes afetam. Suas opiniões devem ser

escutadas e levadas em conta na agenda política, econômica ou educacional de um país. Desta maneira se cria um novo tipo de relação entre crianças e adolescentes e aqueles que decidem por parte do Estado e da sociedade civil.

Sobrevivência e desenvolvimento - As medidas que tomam os Estados-membros para preservar a vida e a qualidade de vida das crianças devem garantir um desenvolvimento com harmonia nos aspectos físico, espiritual, psicológico, moral e social, considerando suas aptidões e talentos.

Interesse superior da criança - Quando as instituições públicas ou privadas, autoridades, tribunais ou qualquer outra entidade tomar decisões acerca das crianças, devem considerar aquelas que lhes ofereçam o máximo bem-estar.

Não-discriminação - Nenhuma criança deve ser prejudicada de forma alguma por motivos de raça, credo, cor, gênero, idioma, casta, situação ao nascer ou por padecer de alguma deficiência física.

Assim, proclamou-se a declaração dos Direitos da Criança visando que a criança tenha uma infância feliz e possa gozar, em seu próprio benefício e no da sociedade, os direitos e as liberdades aqui enunciados, e apela a que os pais, os homens e as mulheres em sua qualidade de indivíduos, e as organizações voluntárias, as autoridades locais e os Governos nacionais reconheçam estes direitos e se empenhem pela sua observância mediante medidas legislativas e de outra natureza, progressivamente instituídas.

As motivações que conduzem essas normativas legais vigentes no trato com crianças e adolescentes foram estabelecidas em todo o mundo, principalmente nos aspectos relativos aos princípios norteadores que versam sobre a esteira de legalidade jurídica proposta no tratamento de indivíduos em condição peculiar de desenvolvimento.

Podemos dizer que, ao passearmos pela história mundial, encontramos diversos momentos em que a criança foi tratada como um simples adulto em formatação pequena. Seria dizer que, teria todas as obrigações e deveres dos adultos de fato. Esse tratamento era relativo ao trabalho, no qual a criança sem distinção do adulto teria que trabalhar sob as mesmas condutas e condições dos mesmos, sem terem nenhum tipo de tratamento diferenciado por serem frágeis tanto em questões físicas quanto relativas a conteúdo, experiências de vida.

O período ora relatado à cima, foi o chamado século XVIII, onde na era industrial capitalista, os senhores detentores do poder e das empresas, colocavam as crianças e adolescentes no compromisso de cumprir com o papel de trabalhador, sem garantias e ou, quaisquer diferenciação no tratamento quanto aos adultos de

fato e direito. E, além dos próprios empresários serem detentores de muito poder, ou melhor, dos detentores do poderio socioeconômico, podemos reafirmar que também os pais dessas crianças os colocavam nesta situação por falta de condição de escolha. A regra à época era de quanto mais filhos mais lucro e condição para aquela determinada família.

Surgida na Inglaterra no século XIII, a revolução industrial com o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas liberou os trabalhadores dos campos para as indústrias, deslocava das zonas rurais para a cidade, fez surgir uma série de problemas sócio econômicos, resultantes de salários baixos, moradias em favelas e uso da mão de obra infantil. (ANTUNES, Cristina, 2013, p. 646).

Para melhor exemplificar a situação imposta, dizemos que seria lucro para os pais terem seus filhos junto a eles no campo de trabalho, os quais na época eram em grande maioria, as minas de carvão, fábricas com diversificados tipos de trabalho, hostil e degradante, onde os trabalhadores não duravam muito tempo na lida pois, a falta de condição de trabalho os levavam a doenças. Doenças relativas ao próprio trabalho, como por exemplo, as respiratórias, falta de higienize e também as relativas à desnutrição, por falta de uma boa alimentação, além da excessiva carga horária na jornada de trabalho, que mais pareciam centros de escravização humana.

A situação da criança e do adolescente era deplorável em todo o mundo. Seres tratados sem respaldos educativos e psicológicos. A taxa de mortalidade era enorme, assim como, a taxa de natalidade, porém, eram compensadas quase que na mesma medida pelas condições da época.

Por todas as motivações aqui expostas, somente com o advento do Estatuto da Criança e Adolescente em 1990 começaram a pensar na situação peculiar da criança, de suas necessidades e prioridades. Tudo começou de maneira inexpressiva, sem a efetiva fiscalização e ratificação. Quando após lutas de classes e amadurecimento das leis, os pensamentos se modificaram para uma nova etapa epistemológica, na esteira de uma sociedade mais humana nas considerações não apenas do trabalho, como também, educacional e social

4.3A doutrina da Proteção Integral

Com o advento oriundos dos tratados e Convenções internacionais, surgiu no Brasil a Lei nº 8.069/1990, que revolucionou o direito Infante-Juvenil. Adotava-se aqui, a doutrina da proteção integral dos direitos das crianças e adolescente, reunindo um conjunto de instrumentos jurídicos de caráter nacional e internacional, colocados à disposição de crianças e adolescentes para a proteção de todos os seus direitos. Essa doutrina tem todo seu alicerce jurídico e social na Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças adotados pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 1989. O Brasil adotou o texto, em sua totalidade, pelo Decreto nº 99.710, de 02 de novembro de 1990, após ter sido ratificado pelo Congresso Nacional.

A doutrina da proteção integral diz que o sistema legal garanta a satisfação de todas as necessidades de crianças e adolescente de 0 a 18 anos de idade. (ECA, art.2º), privilegiando o direito à vida digna, como dito no art. 227 da Carta Magna.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Pela ordem constitucional, os direitos de todas as crianças e adolescente devem ser universalmente reconhecidos, por serem especiais e específicos, considerando a sua condição peculiar da pessoa em desenvolvimento. E a lei deverá respeitar essa característica singular desse sujeito, que, até então, tinha direitos mitigados simplesmente pelo caráter assistencialista. Nessa perspectiva, criança e adolescente são protagonistas de seus próprios direitos. Nessa perspectiva, trazemos os ensinamentos de Antônio Carlos Gomes da Costa¹¹ 1992:

¹¹ GOMES DA COSTA, Antonio Carlos. In: CURY, Munir, AMARAL e SILVA, Antônio Fernando, MENDEZ, Emilio García (Coord.). Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais – São Paulo, 1992.

A doutrina da proteção integral afirma o valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude, como portadora da continuidade do seu povo e da espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade, o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para promoção e defesa de seus direitos.

O direito assegurado é caracterizado pelo poder coercitivo da lei garantindo todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhe todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultarem o desenvolvimento físico, moral, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

A necessidade de adentrar na condição de reabilitação dos adolescentes infratores é pensar em uma sociedade mais justa e socialmente construída com respaldos educativos e artísticos relevantes para o desenvolvimento humano.

Pensar na existência de cada ser, e nos processos significativos corporais que vão se construindo e se adaptando a cada passo dado em suas vidas. Traremos então, a dança como proposta na condução à ressocialização, promovendo ao educando uma maior interação com seu corpo e com o mundo.

No processo de ensino da dança, aspectos relevantes vão sendo trabalhados e postos em conjunto, tais como: inteligência interpessoal – condição de grupo e intrapessoal – condição de si mesmo; afetividade – algo que necessita ser posto em prática e trabalhado no âmbito das instituições para menores infratores; sensibilização – através do ensino da arte da dança na emancipação da criança e do adolescente.

A dança além de ser uma atividade motora, serve também como eixo central na estruturação cognitiva do indivíduo, logo, emancipadora e reflexiva. O estímulo artístico delibera mudanças significativas e estruturais importantes na conscientização do ser. Quando se conhece bem o esqueleto funcional corporal, fica mais fácil a interação com os assuntos propostos contribuindo assim para uma visão crítica e consciente da realidade. O movimento como foco na estudo de estados corporais. Que corpos são estes que coabitam as celas da instituição FUNDAC? O estado do corpo enquanto experiência humana apta a evoluir, a transformar, construir o novo a cada experimento, embate corporal.

O trabalho de dança com os adolescentes nas instituições reabilitadoras teria como foco a conscientização corporal, para que assim o educando possa desenvolver-se de forma libertadora, com propriedade intelectual emancipadora para o reingresso saudável junto à comunidade.

Contudo, desenvolveremos com maior clareza e pontuando os elementos específicos da dança em sua feitura nos próximos capítulos onde estarão relacionados o processo artístico em loco na instituição.

4.4 As medidas socioeducativas e sua função

A medida socioeducativa está preconizada no art. 112 do ECA e enumera seis condições possíveis de serem realizadas, tais como:

- I. Advertência;
- II. Obrigação de reparar o dano;
- III. Prestação de serviço à comunidade;
- IV. Libertada assistida;
- V. Semiliberdade;
- VI. Internação.

Segundo Wilson Liberati¹², em seu livro *Direito da criança e do adolescente* (2009), a medida socioeducativa seria:

[...] a manifestação do Estado em resposta ao ato infracional praticado por menores de 18 anos, de natureza jurídica impositiva, sancionatória e retributiva, cuja aplicação objetiva

¹² LIBERATI, Wilson Donizeti. Pos-doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa (2010), Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo - USP (2005). Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Graduado em Direito pela Instituição Toledo de Ensino (1983). Graduado em Filosofia pelo Instituto Educacional Seminário Paulopolitano (1978). Atualmente exerce consultoria jurídica na área de Direito Civil, notadamente em Direito Ambiental, Direito Empresarial e Direito da Criança e do Adolescente. Professor da Escola Superior da Advocacia - 29ª Subseção da OAB/SP.

inibir a reincidência, desenvolvida com a finalidade pedagógico-educativas.

Essas medidas são impostas aos adolescentes que cometeram ato infracional e necessitam de uma contraprestação do estado na tentativa de sanar o ocorrido. Destinam-se a elas à formação do tratamento integral empreendido, afim, de reestruturar o adolescente para seu reingresso à sociedade.

Observa-se que, as medidas socioeducativas possuem um nítido caráter sancionatório, pois aplicada ao adolescente de maneira coercitiva impondo a força da lei – Estado, na condução na manutenção da paz na convivência junto à sociedade. Ditas que são executadas através de meios pedagógicos, sociais, psicológicos e psiquiátricos, buscando, sobretudo, à integração do adolescente em sua própria família e na comunidade.

A proposta da doutrina da proteção integral é a de que o adolescente receba medidas socioeducativas, com o fim de interferir no seu processo de desenvolvimento, para conduzi-lo a uma melhor compreensão da realidade e efetiva integração social.

Para melhor compreensão das medidas socioeducativas, falaremos de cada uma delas em separado:

Primeiramente falaremos da medida de *advertência*, que significa admoestação verbal, repressão, sinal de aviso, ato de advertir, que será reduzida a termo e assinada em juízo, (art. 115 do ECA).

Para sua aplicação, necessitasse da realização de uma audiência admonitória, em que deverão estar presentes o juiz, O Ministério Público, o adolescente e seus pais ou responsáveis legais.

A segunda medida é de *obrigação de reparar o dano*, (art. 116 do ECA) que consiste na restituição ou ressarcimento do dano causado pela prática do ato infracional. Sendo ela dividida em três formas, a primeira delas a de *restituir a coisa*, dando-se a satisfação da obrigação na ocorrência anterior da privação, subtração, esbulho ou usurpação de um bem alheio – da vítima.

A segunda maneira de satisfazer o dano seria com o *ressarcimento do dano*, que se manifesta através do acordo feito entre o adolescente e a vítima em juízo, sendo este homologado pelo juiz e terá força de título executivo. O ressarcimento do dano ocorre quando o bem subtraído foi perdido ou pereceu, não podendo mais ser objeto do litígio em sua essência. Logo, surge a partir do acordo, uma prestação em

dinheiro relativa ao valor do bem perdido, que será pago de preferência com os próprios recursos do jovem.

A terceira forma de reparação do dano é a *compensação do prejuízo*, que trata de qualquer outro meio possível para sanar o prejuízo caso não haja condição de devolução do bem ou, a possibilidade de pagamento em dinheiro relativo à coisa. Essa medida, geralmente, é negociada em juízo junto com o infrator e a vítima e tem, por existência, natureza genérica. O rol de possibilidades é amplo cabendo tanto ao Ministério Público, quanto do defensor a indicação de tal medida solucionando assim, da melhor maneira o problema ocorrido.

A medida socioeducativa de *prestação de serviço à comunidade*, (art. 117 do ECA), consiste na realização de tarefas de natureza gratuita de interesse geral para sociedade por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistências, programas comunitários, escolas, hospitais ou outros estabelecimentos congêneres. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente em questão, devendo ser cumpridas em jornadas máximas de oito horas semanais, não podendo prejudicar seus horários escolares, como também, os horários relativos ao trabalho.

Assim como as demais medidas, a prestação de serviço à sociedade tem caráter sancionatório-punitivo, gerando no jovem a percepção educativa, com experiência de vida comunitária, aprendendo valores e compromissos sociais, pois transfigura na prática o bem comum tanto para o adolescente quanto para a entidade que recebeu a ajuda.

Para uma efetiva satisfação dessa medida, não pode ser forçado ao jovem a tarefa, essa deve ser acordada em juízo, fugindo assim, de caráter de trabalho forçado, o qual é vedado na lei. Como também, para uma melhor satisfação da medida, essa deve ser acompanhada pelo órgão executor, na garantia da satisfação da contraprestação.

A medida socioeducativa de *liberdade assistida*, disposta no art.118 do ECA, dispõe que será adotada sempre que se figurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

Para seu cumprimento, deve-se a autoridade judicial indicar pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. Geralmente está ligada aos órgãos como exemplo, a FUNDAC, que tem em seu cerne proposital a configuração positiva da passagem do adolescente acolhido ao seu reingresso a comunidade. Através de

acompanhamento do infrator em suas atividades sociais (escola, família, trabalho, esporte e arte).

Outra medida socioeducativa preconizada no art. 120 do ECA, fala da medida de *semiliberdade*, a qual não possui prazo definido e pode ser determinada desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitando a realização de atividades externas, independentes de autorização judicial.

A referida medida pode ser aplicada desde o fim da sentença terminativa no devido processo legal, ou determinada pela “progressão” do regime de internação. E consta em sua execução, que o adolescente poderá cumprir com as atividades cotidianas, tais como ir a escola e ao trabalho durante o dia e no período da noite, se recolher a entidade de internação. Esses jovens sempre serão acompanhados pela equipe responsável, e seu orientador fará corriqueiramente, relatórios informando ao juiz, ao Ministério Público e ao Defensor como anda o programa de formação do mesmo.

Essa medida é a mais utilizada pelos juízes das Varas especializadas em crianças e adolescente. Infelizmente, percebemos o peso da punição do Estado. Na maioria dos casos jurídicos, por mais que a Defensoria Pública, ou o defensor contratado peçam em suas petições de defesa medidas de caráter sancionatório mais brandas, os juízes e o Ministério Público insistem em transformar a medida socioeducativa em verdadeiros atos de penitencia para os adolescentes que cometeram ato infracional.

A suposta insistência da predileta medida de liberdade assistida se cristaliza pelo fato de ser à medida que dura no mínimo seis meses, e pode ser, a qualquer tempo, prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, sendo ouvido o orientador, o Ministério Público e o Defensor. Por esse critério amplo de se reverter a outra medida e a qualquer tempo, os juízes se utilizam dela como aquela que se encaixam na maioria dos atos infracionais inicialmente, como se esta fosse à única ou mesmo, a primeira medida possível para instruir o processo.

O autor Wilson Liberati, em seus estudos sobre o tema abordado no seu livro *Direito da Criança e do Adolescente*, diz que:

[...] o melhor resultado dessa medida será conseguido pela especialização e valor do pessoal ou entidade que desenvolverá o acompanhamento com o jovem. Os técnicos ou as entidades deverão desempenhar sua missão, por meio de

estudo de caso, de métodos de abordagem, organização técnica da aplicação da medida e designação de agente capaz, sempre sob a supervisão do juiz.

E, finalizando as medidas socioeducativas temos a *internação*, art. 121 do ECA, que constitui medida privativa de liberdade, que deve ser sujeitada a luz dos princípios norteadores constitucionais e do próprio estatuto – ECA, logo, deve ter brevidade – mínimo de seis meses e máximo de três anos, e caráter excepcional – acobertando os atos infracionais considerados graves, praticados mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. Repercutindo aqui a questão do tratamento peculiar, de pessoa em desenvolvimento.

A internação é a medida mais grave de todas as medidas socioeducativas, porque impõe grave limitação à liberdade do adolescente. Ela deverá ser decretada por autoridade judicial e terá que respeitar o transcurso do devido processo legal, garantido a ampla defesa e o contraditório. Podendo ser substituída, a qualquer tempo, por medida socioeducativa em meio aberto ou em semiliberdade, sendo levados em consideração o tempo de internação, os elementos constitutivos do ato infracional, sua gravidade e a personalidade do agente responsável pelo ato.

A regra do respeito ao adolescente em condição peculiar em desenvolvimento, reafirma o dever do Estado em zelar pela integridade física e mental dos internos. Vale dizer que todos os requisitos do art. 124 do ECA deverá ser respeitado e visto como prioritários no tratamento dos jovens:

São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

- I** - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
- II** - peticionar diretamente a qualquer autoridade;
- III** - avistar-se reservadamente com seu defensor;
- IV** - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;
- V** - ser tratado com respeito e dignidade;
- VI** - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;
- VII** - receber visitas, ao menos, semanalmente;
- VIII** - corresponder-se com seus familiares e amigos;

- IX** - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;
 - X** - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;
 - XI** - receber escolarização e profissionalização;
 - XII** - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
 - XIII** - ter acesso aos meios de comunicação social;
 - XIV** - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;
 - XV** - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;
 - XVI** - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.
- § 1º** Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.
- § 2º** A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

Ademais, a medida de internação só pode ser cumprida em entidades exclusivas para adolescentes, obedecida rigorosa separação por critérios de idade e gravidade da infração (art. 123 do ECA). E tem a obrigação de cumprir com todos os princípios e regras ora relatada no compromisso de respeito à condição peculiar do adolescente em processo de desenvolvimento.

É dever também do Ministério Público, a preocupação de estar envolvido com o processo em questão. Deve-se prevalecer no processo legal o cerne educativo, cabendo apenas as medidas estritamente necessárias para o cumprimento socioeducativo, livrando-se do peso do caráter apenas punitivo. A questão maior seria o desenvolvimento sadio do jovem, devendo este passar o menor tempo possível internado – preso. E esse tempo, preenchido de atividades integradoras na construção contínua de aprendizado e maturação para o educando.

O papel das medidas socioeducativas nasceu da necessidade de concretizar um aparo ressignificativo do adolescente que cometeu ato infracional. Processo esse que se instaura quando o adolescente é posto nos centros destinados a ressocialização. Segundo Wilson Liberate, 2009, a medida socioeducativa seria:

[...] a manifestação do Estado, em resposta ao ato infracional praticado por menores de 18 anos, de natureza jurídica impositiva, sancionatória e retributiva, cuja aplicação objetiva inibir a reincidência, desenvolvida com a finalidade pedagógico-educativas. Tem caráter impositivo, porque é medida aplicada,

independente da vontade do infrator – com exceção daquelas aplicadas em sede de remissão, de natureza transicional. Além, de impositivas, as medidas têm cunho sancionatório, porque, com sua ação ou omissão, o infrator quebrou a regra de convivência dirigida a todos. E, por fim, ela pode ser considerada uma medida de natureza retributiva, porque é a resposta do Estado à prática do ato infracional.

Nos centros, os jovens encontram instrumentos importantes para o momento vivido, onde são postos muitas vezes internados – alojados, passando a viver e conviver com outros jovens na mesma situação judicial.

Para um melhor convívio, os adolescentes são iniciados em atividades com caráter educativo, devem estar matriculados na escola conveniada e participar de oficinas, palestras, encontros no âmbito da arte-educacional, como por exemplo: oficinas de dança, música e teatro, que servem para integralização e reconhecimento interpessoal, assim como, intrapessoal.

Os adolescentes são sempre motivados a participar dessas atividades, pois são também através delas que os orientadores captam com mais veemência o processo de aprendizagem e ressocializador garantido na lei que estampa uma realidade distante da real metodologia aplicada de cada atividade em questão. Dessa amostragem, os orientadores – funcionários dos órgãos de atendimento - preparam um parecer de cada jovem e de sua situação frente às propostas dadas, originando um parecer não meramente formal decorrente da frequência ou mesmo da pontualidade das atividades, mas também, e sobre tudo, relatando a experiência, o engajamento e as expectativas desses jovens no processo ressignificador instaurado.

O acompanhamento é feito através de uma equipe de agentes que de alguma maneira são capacitados para esse tipo de tratamento. Equipe formada de assistentes sociais, psicólogos, professores, defensores e mesmo artistas na via educacional engajados que estão fora do quadro de funcionários da instituição que procuram a instituição para tentar levar para o alojamento arte e cultura para os adolescentes poderem ter contato com a arte, participarem diretamente do processo junto a atividades. Garantindo com isso, um melhor aproveitamento de sua estadia na instituição salientando para o fato ocorrido, gerador da causa precípua – crime cometido, que o conduziu ao alojamento.

A interação dos jovens com as atividades os conduzem para uma situação pacificadora, pois conecta esse jovem a sociedade, que se faz, quando a ele é posto o problema vivido e conversado a propósito sobre o fato. Fato esse, que deve ser levado em consideração histórica, da condição de vida, transpassando para o presente e expectando o futuro do mesmo. Faz pensar qual a situação atual, e aonde aquele jovem quer chegar. Logicamente, essa competência fica no âmbito dos profissionais como psicólogos e psicanalistas.

A qualquer momento, tanto o juiz do caso, como o Defensor e Ministério Público podem pedir relatórios para o órgão o qual o adolescente encontra-se em acompanhamento, que não necessariamente é na modalidade da internação, pode ocorrer logicamente acompanhamento do órgão ao adolescente que esteja, por exemplo, cumprindo outra medida socioeducativa, como a liberdade assistida e semiliberdade. Esses relatórios são pareceres do tratamento posto, acompanhamento do jovem. Nele encontramos toda a vida pregressa do adolescente, sua filiação, seu endereço, um breve histórico de vida, quais condições escolares e psicológicas, além de como esse jovem está para com as atividades postas nos centros reabilitadores.

Dar-se através de entrevistas com o próprio adolescente e com seus familiares ensejando um bom escopo para a condução do processo, dando aos autos saberes peculiar de cada indivíduo em questão. Os motivos pelos quais o jovem cometeu determinado ato são também analisados pela apreciação desse relatório, porém, o juiz não fica condicionado a ele em sua propositura futura da sentença.

A devida comunhão entre os órgãos é de extrema importância no processo ressocializador, o passo em que, a ressocialização tem como objetivo a humanização da passagem da criança e adolescente na instituição acolhedora, implicando sua essência teórica, numa orientação humanista passando a focalizar a pessoa que cometeu ato infracional (delinuiu) como centro da reflexão científica.

Entretanto, o sistema ressocializador muito distante está do ato de ressignificar. A distinta diferença entre essas duas ações está implicada no processo que a ação é pensada e de como esta é executada. Quando falamos em sistema ressocializador levamos em consideração a ordem do discurso das leis politicamente implementadas pelo ECA; Já a ação ressignificação estaria dentro da ótica da

conscientização do indivíduo na necessária evolução fadada a mutação. A mudança que decorre de novos estados corporais.

Atualmente, o sistema de ressocialização do menor infrator é muito precário. Tais deficiências no sistema não permitem que estas crianças e adolescentes sejam tratadas de acordo com a dignidade que lhe é devida e tampouco receber o tratamento especializado que possa atender às suas particularidades enquanto menor – condição peculiar da criança e adolescente como pessoa em desenvolvimento.

Assim, a ressocialização a qual deveria ser o objetivo precípua quando do tratamento dos menores não é cumprida efetivamente. Apesar de existirem normas que preveem o tratamento diferenciado, esse não é aplicado na prática, o que acaba transformando os centros de ressocialização – Entidades de Atendimento – em penitenciárias comuns as quais apenas são vistas como escolas do crime. Que muitas vezes tratam o menor de forma autoritária ultrapassando o limite da constitucionalidade. Como defende o criminalista, Cesare Beccaria:¹³ “Não é a intensidade da pena que produz o maior efeito sobre o espírito humano, mas a extensão dela”. Ele pregou o princípio da proporcionalidade da pena à infração praticada, dando relevo ao dano que o crime havia causado à sociedade. O caráter humanitário presente em sua obra foi um marco para o Direito Penal:

É que, para não ser um ato de violência contra o cidadão, a pena deve ser, de modo essencial, pública, pronta, necessária, a menor das penas aplicáveis nas circunstâncias referidas, proporcionada ao delito e determinada pela lei.

O Estatuto da Criança e do adolescente vem trazendo um arcabouço de garantias e direitos fundamentais relacionados ao devido tratamento para com esses indivíduos ainda em formação. A Lei nº 8.069/1990, também conhecida como a Doutrina da Proteção integral elenca um rol de instrumentos jurídicos de caráter

¹³ Cesare Bonesana, marquês de Beccaria (Milão, 15 de março de 1738 — Milão, 24 de novembro de 1794) foi um jurista, filósofo, economista e literato italiano. Suas obras são fundamentais no estudo do Direito Penal.

nacional e internacional materializando o direito da criança e do adolescente. Como podem ser vistos nos artigos a seguir:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Foi relatado na lei a palavra cultura como sendo necessária para a efetiva ressocialização dos adolescentes. Inequivocamente, quando se legisla sobre cultura é prudente uma normatização sobre a abrangência da palavra cultura. Existe no Direito leis que quando escritas acabam não sendo de certo aplicadas por falta de complementação e melhor entendimento da lei. Logo, como é notável, a cultura possui uma imensidão de possibilidades e dentro dela as artes são inseridas.

Mas, e sobre tudo, o legislador não seria a mente mais assertiva para conduzir o processo de formatação da aplicabilidade das artes na prática, deixando assim uma lacuna quando o cumprimento dessa lei.

Há, porém, um entendimento clássico que qualquer das artes existentes poderiam fazer parte da aplicabilidade no cumprimento das medidas socioeducativas. Artistas podem e devem ser inseridos neste universo para acrescentar na formação desses adolescentes durante sua passagem na instituição. Tendo a arte um papel fundamental para o desenvolvimento do indivíduo redesenhando processos que a arte consegue instaurar cognitivamente.

Frente a essa realidade, permeio meus estudos à investigação corporal com adolescentes que se encontram alojados nas instituições. Desenvolvendo assim, um trabalho de dança com inserções cognitivas e educativas, pois encontramos na dança uma fonte de possibilidades para o desenvolvimento corporal, emocional e intelectual. Sendo está meio na sensibilização do indivíduo, na auto-reflexão, como também viabilizando a destreza e o desprendimento corporal numa maior autonomia ensejando uma visão crítica e analítica da sua condição à realidade exposta.

Porque a dança enquanto processo artístico delibera o desenvolvimento funcional corporal que envolve instâncias muito além do que se acreditava *a priori*, são mudanças desde a condição física do corpo como esqueleto funcional à desenvolvimento interno corporal. Novas condições sinápticas ocorrem pelo percurso da feitura do movimento na dança respondendo a novas questões e padronizações estabelecidas do corpo que dança. A leitura / releitura dos estados corporais em constante modificação, sendo criados pelos embates com o outro na constante vivência humana.

No capítulo a seguir discorreremos paulatinamente sobre a dança na experiência cognitiva, onde restará mais esmiuçado as questões relativas ao corpo.

5. A dança na experiência cognitiva – experimentações e transformações cotidianas.

5.1. Tessitura teórica da experiência do movimento na dança

A arte da dança faz parte das culturas humanas e sempre integrou o trabalho, as religiões e as atividades de lazer. Os povos sempre privilegiaram a dança, sendo esta um bem cultural e uma atividade inerente à natureza do homem.

Toda ação humana envolve a atividade corporal. A criança é um ser em constante mobilidade e utiliza-se dela para buscar conhecimento de si mesma, como também, busca conhecimento naquilo que a rodeia, relacionando-se com objetos e pessoas. A ação física é necessária para que a criança e o adolescente harmonizem de maneira integradora as potencialidades motoras, afetivas e cognitivas. Como preceitua Henry Wallon¹⁴ (1962), em sua teoria do movimento:

Movimento como denominador comum dos diversos campos sensoriais. O desenvolvimento da personalidade pode ser constatado através da integração da motricidade, da emoção e do pensamento.

Observada a importância dada à dança, como atividade motriz bastante rica e complexa quando se fala em movimento, investimos sua promoção na construção do desenvolvimento cognitivo do indivíduo, trazemos em pauta a necessidade do trabalho envolvendo os elementos da dança no processo de ressocialização com os adolescentes internos na Entidade de Atendimento denominada de FUNDAC.

Henry Wallon foi o primeiro estudioso a levar não só o corpo da criança, mas também, suas emoções para dentro da sala de aula. Fundamentou suas ideias em quatro elementos básicos que se comunicam o tempo todo: a afetividade, o movimento, a inteligência e a formação do “Eu” como pessoa. Sua teoria pedagógica diz que o desenvolvimento intelectual envolve muito mais do que um simples cérebro, abalou as convicções numa época em que memória e erudição eram o máximo em termos de construção do conhecimento.

Wallon dava especial ênfase ao movimento como campo funcional porque acreditava que o movimento tinha grande importância na atividade de estruturação

¹⁴ Henry Wallon: nasceu em 15 de junho de 1879, em Paris Tornou-se bem conhecido por seu trabalho científico sobre Psicologia do Desenvolvimento, devotado principalmente à infância.

do pensamento. O movimento seria um dos primeiros campos funcionais a se desenvolver, e que serviria de base para o desenvolvimento dos demais.

Na perspectiva teórica construída desde a época de Wallon até os dias atuais com os novos pensadores envolvidos com o aperfeiçoamento do desenvolvimento cognitivo, podemos dizer que o movimento utilizado na dança é ferramenta de desenvolvimento do indivíduo, logo, se perfaz necessário uma reestruturação nas políticas públicas¹⁵ viabilizando o pensamento pautado na educação, não apenas nos parâmetros conhecidos da sala de aula erudita convencional – papel, caneta – mas também pensar na condição de utilização corporal e suas potencialidades, como ganho de conhecimento.

A partir da mudança de paradigma estabelecida pelo pós-Positivismo e do questionamento epistemológico inaugurado pela Fenomenologia, a experiência humana e a subjetividade passam a ser validadas como fonte de conhecimento. Para os profissionais da área de educação somática, não é o corpo da pessoa que é abordado, mas a sua experiência através do corpo. Para tanto, o professor de educação somática utiliza as seguintes estratégias pedagógicas: a sensibilização da pele, o aprendizado pela vivência e a flexibilidade da percepção como forma de ganho de conhecimento.

A dança seria uma atividade artística capaz de gerar condições emancipadoras importantes que modificam os estados corporais do indivíduo que a pratica, são condições que perfaz um caminho além da modelagem do esqueleto corporal, aparência física relativa a músculos, mas e de maior valia, a condição de novas possibilidades de instância corpórea.

No trato com a dança, a partir do movimento consciente, experimentamos e percebemos mudanças significativas para questões relativas a ganho cognitivo.

¹⁵ Políticas pública: A política pública estatal pode ser conceituada como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil. Elas podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e, como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada. Segundo Fernandes: costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do aspecto político propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Este é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionado ao processo decisório". (cf. FERNANDES 2007 p. 203)

Logo, desenvolvimento de conhecimento que é gerado através e a partir do ato de dançar. Surge desse experimento o embate com novas questões, o novo e o outro entram nesta equação como elemento fundamental para a modificação consciente mesmo que inicialmente lentamente criando novos estados corporais.

Tenhamos como exemplo, o corpo de um adolescente menor infrator trancafiado em uma cela há alguns anos, coabitando com outros adolescentes de cidades distintas, histórias de vidas distintas, educação distinta, experiência criminal distinta, que pontualmente se veem juntos na obrigação de conviver frente a imposições do outro. Novas regras surgem e geram condições no corpo que instauram modificações no estado do corpo e implicações intrínsecas a vida enquanto ser vivo na saga da permanência.

Levar a dança para esse adolescentes na FUNDAC gerou na prática mudanças significativas em seus corpos. Aquele corpo cabisbaixo, de aparência triste, travados, duros, com ombros enrijecidos em um estado de sempre alerta foi aos poucos sendo modificado pela simples implementação da aula de dança.

O estado inicial do corpo trancafiado e rígido foi lentamente criando o desencarceramento do corpo preso para uma expressão mais liberta e estimulante de uma nova condição de estado de corpo distinta da trava inicial. Deu-se com a dança um corpo mais flexível e autônomo, mesmo daqueles que necessariamente não fazia na prática a aula, mas a observavam de fora, o exemplo disso podemos citar o corpo do segurança que na chegada a sala de aula, conduzia os alunos de maneira ríspida e orquestrada na feitura hostil do policiamento dos presos, e assim que a aula começava e seus olhos fixos ficavam diante da porta para os alunos durante a aula, uma mudança ocorria em seu estado corporal, sua hostilidade dava lugar a um corpo mais manso e tranquilo que por algumas vezes esboçava risos e outras expressões faciais quando os alunos que lá dançavam conseguiam fazer algo inusitado na coreografia da dança. Dali saia ao término da aula com os alunos de maneira pacífica, relaxada e sem a necessidade de conduzi-los através da imposição da força.

Logo, inserindo a dança numa perspectiva somática quanto facilitador na construção das fases de conhecimento cognitivo dos adolescentes educandos, percebemos a construção, roupagem desses corpos. Tenhamos como referência o conceito de corpo enquanto experiência, sendo este, o norte da pedagogia utilizada. Pensando na saúde do corpo como bem-estar global do indivíduo junto ao seu meio

ambiente, todos os desequilíbrios corporais podem ser percebidos nos aspectos fisiológico, psíquico, cognitivo e afetivo, pois todos fazem parte do universo que dialoga o todo somático.

O corpo é ambiente mutável e espaço de troca. Só estamos vivos porque a todo instante acontece neste organismo - corpo dissimulado entre espaço e tempo uma energia que opera em um sistema dissipativo que perfaz um corpo mília que transborda informação e faz surgir cultura através de seus movimentos e contornos.

A dança nesta seara faz eclodir a possibilidade do corpo ser reconhecido de maneira mais consciente e eficiente no ganho cognitivo. Ela abre espaço para novas interações e como é uma arte que envolve movimentos, gera uma energia interna – orgânica e externa – aspecto físico, que quando concentrada remonta um novo lugar para esse corpo. O ato de mover-se apreende diversos sentidos que culminam na modificação do corpo. Modificação essa que faz surgir o novo. Novos estados corporais, outras sensações, outras motivações, outros contornos estéticos, estabelecendo e criando cultura, expandindo-se para o novo no contado com o outro.

Sabedores que o desenvolvimento humano e suas formas de adaptações são demandados por diversas e constantes experimentações, tanto implicações relativas ao meio em que vivemos, como também, inerentes aos processos adaptativos orgânicos internos. Entendemos que cada indivíduo possui sua própria construção corporal, dado ao processo de cognição por ele vivenciado e, principalmente, no caso específico do adolescente que está de certo, com o corpo em fase de total desenvolvimento.

São processos individuais experimentados, peculiarmente, por cada indivíduo ao longo de sua existência. Neste sentido, quanto mais estímulos são dados e experiências vivenciadas, mais somos postos a reagir às interações existentes na complexidade do ato de se relacionar com o externo – o outro, tanto no sentido da diversidade humana, como da relação com as coisas – objeto. Tudo isso, acontecendo a cada instante e de vários jeitos fazendo com que o nosso repertório de percepção aumente frente ao mundo. Segundo Richard Lewontin¹⁶:

¹⁶ Richard Lewontin (Nova Iorque, 29 de Março de 1929) é um biólogo evolucionista, geneticista e crítico social dos Estados Unidos. Ajudou a desenvolver as bases matemáticas da biologia populacional e teoria evolutiva. Foi pioneiro na noção de se usar técnicas de biologia molecular, tal como a eletroforese em gel para aplicar em questões relacionadas com a variação genética.

O ambiente propõe problemas e o organismo lança soluções aleatórias. O processo adaptativo é sem dúvida, a fórmula pela qual o objeto se torna apto a satisfazer uma exigência preexistente. (A tripla hélice, 2002)

Ao lançar-se no meio, o indivíduo é exposto a diversas operações relativas ao ambiente. Acontece então neste momento uma experiência única estabelecida pela interação momentânea daquele experimento. Interação essa que, no embate com o outro expõe a peculiaridade de cada indivíduo, pode-se assim observar como cada indivíduo age e reage à determinada situação vivenciada evidenciando seu repertório de ação nele já contido.

Para cada organismo uma estrutura no nível orgânico se mostra, há certo repertório montado naquele indivíduo que define sua estruturação, mesmo que de maneira não permanente. Em contra partida, há no organismo, um leito de estabilidade que paira de forma não consciente agindo na determinação de reações provocadas pelo externo.

Ao se relacionar com um organismo - repertório alheio - é provocado uma explosão de novas possibilidades. São de certo, duas estruturas que quando da junção, se abre em um determinado nível de interação e vai se moldando com esse embate. Por isso, haverá sempre um estado a princípio permanente do organismo, da qual, por essa razão de estado permanente e já maturado terá a chance de relacionar-se. O exemplo disso seria como se duas coisas distintas, quando da experiência do encontro, pudessem ter a oportunidade de uma mutação, transformação estruturante para que assim tivessem a chance de continuar existindo. Na equação imaginária de $A + B = A^1 + B^1$ e, desta interação, os componentes se modificam existindo a deste momento, diferente do começo.

O que de fato ocorre na experiência do contato é que os componentes anteriores sofrem uma mudança, mesmo que mínima, em seu organismo. Dando assim um novo formato aparente em seu arquétipo.

Novas possibilidades aparecem para compor um novo campo de repertório, por isso o entendimento é que nada é permanente. Sendo de fato necessária uma constante mutação, originada pela experiência da troca, na oportunidade da sujeição com o outro. O entendimento sobre sócio-gênese: evolução cultural cumulativa e seus efeitos existem no trato do desenvolvimento humano um registro oriundo do

passado, a força da cultura impregnada no cotidiano fomentando novas perspectivas para o futuro. Segundo Michael Tomasello¹⁷:

A natureza seleciona vias ontogenéticas¹⁸ que levam a certos resultados fenotípicos. Para a sua realização, essas vias dependem da medida da exploração de materiais e informações exógenos. (p. 68, 2003).

O objetivo é compreender toda a trajetória de um determinado fenômeno e como ele funciona. As questões subjetivas do indivíduo se lançam na árdua estrada de compor seu corpo, suas afinidades, suas emoções. Cria-se um campo de formação permanente na interação com o meio. O sujeito nasce e nele é contido seu gene relativo aos familiares e vão se misturando na sua formação outros elementos como: aspectos físicos, sociais, econômicos, que ao longo do tempo e da subjetividade humana escreverão, desenharão, desenvolverão aquele corpo.

Sabemos então que somos modelados, não apenas com genéticas orgânicas, e que precisamos do outro para complementar nossa contínua formação, haverá de ter um vasto caminho a seguir, devemos perceber nosso corpo quanto elemento basilar de ganho de conhecimento, explorar a potencialidade do corpo e como suas interações são importantes para a formação física e psíquica.

Compreender que estados corporais são cruciais na formação da personalidade, que são basilares na formação que daremos ao nosso pensamento, que existe uma linha tênue na linha de raciocínio que será também constituída através da atividade corporal são, de fato, os primeiros passos na compreensão da complexidade corporal implicada na dança. Clareia-se então a importância do corpo como formador de cognição. Entender que experiências corporais geram conhecimento, formam símbolos, criam parâmetros, formam lógicas de pensamento. É como se a arte do movimento, o ato de mover-se, a emoção que

¹⁷ Michael Tomasello: Psicólogo estadunidense que desempenha a função de co-diretor do Instituto. Suas pesquisas privilegiam relações entre cognição e cultura e a cognição em crianças, sobretudo em crianças de 1 a 4 anos e primatas.

¹⁸ Ontogenéticas: É o estudo das origens e desenvolvimento de um organismo desde o embrião até atingir sua forma plena, passando pelos diferentes estágios de desenvolvimento. A ontogenia é estudada em biologia do desenvolvimento. Em termos gerais, ontogenia também é definida como a história das mudanças estruturais de uma determinada unidade - que pode ser uma célula, um organismo ou uma sociedade de organismos -, sem que haja perda da organização que permite a existência daquela (Maturana e Varela, 1987, p.74).

é gerada quando se dança, pudessem compor características físicas totalmente implicadas na modelação do corpo, desenhando o espaço e implicando no modo de atuação ao se relacionar.

A importância da experiência corporal, do movimento, da dança como gerenciador de novas possibilidades para formação do “Eu” de como através da dança podemos criar um ambiente de troca, gerando emoção e provocando um novo estado corporal, uma nova roupagem de enfrentamento, um novo repertório.

Sobre o que fora supracitado, podemos citar o cientista - neurologista António Damásio em seu livro *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*, a hipótese dos marcadores somáticos¹⁹ seria o mecanismo de predisposição das nossas decisões, a partir de experiências emocionais anteriores resultantes da ligação entre as situações vividas e seus respectivos estados somáticos, ou seja, estado corporal. De acordo com Damásio, sem emoção, ficaríamos impossibilitados de fazer as escolhas mais simples. O nosso pensamento tem necessidade das emoções para ser eficaz, para pensar racionalmente.

Os marcadores somáticos são um caso especial do uso de sentimentos gerados a partir de emoções secundárias. Essas emoções e sentimentos foram ligados, pela aprendizagem, a resultados futuros previstos de determinados cenários. (DAMÁSIO, 1996)

Os marcadores somáticos seria um processo seletivo que é construído de forma muitas vezes inconsciente pelo organismo, adaptando-o internamente e segregando o que melhor lhe convém, através das predisposições. Cria-se uma categorização, ou melhor, um dispositivo capaz de direcionar, impulsionar o sistema sensorial para reagir de maneira habitual a certos estímulos oriundos do meio externo. A essa categorização podemos dizer que se estabelece uma padronização denominada de sistema de preferência interno, onde *à priori*, poderá e certamente será modificada com as novas interações advindas na grande vivência humana ao longo da vida.

¹⁹ Marcadores somáticos: O corpo utiliza e antecipa respostas e associações a resultados e isso funciona como sinal de alerta automatizado. Esses marcadores aumentam a eficiência e precisão do processo de decisão. São uma instância especial de sentimento gerados pelas emoções secundárias. (DAMÁSIO, 1994: p.173).

Acerca da padronização citada acima, inegavelmente ela existe pela necessidade do organismo em continuar vivo e podendo evoluir. É, na verdade, um modo estratégico para a sobrevivência. Parte da organização orgânica interna como fonte, coisa primária necessária à qual constitui a biologia estabilizadora, sendo ela a própria regulação corporal. Damásio em seus ensinamentos neurológicos diz que:

A homeostasia²⁰ associa-se às reações fisiológicas coordenadas e em grande medida automáticas que são necessárias para manter estáveis os estados internos de um organismo vivo. (DAMÁSIO, 2000)

A relação do corpo com o ambiente surge antes mesmo do nascimento da criança. Precipuamente surge dos padrões genéticos preestabelecidos do próprio organismo humano: o genótipo – informações hereditárias de um organismo contidas em seu genoma herdado dos progenitores (pais) – nos é transmitido para que, em cima dele, construamos nossos próprios caminhos, pois há de ficar claro que, nem todos os organismos com a mesma carga de genótipos parecem ou agem da mesma forma, porque a aparência e o comportamento, assim como os demais componentes do fenótipo²¹ - condições aparentes de um organismo - delineia um curso próprio, possuem uma unidade sem igual no mundo. Consubstancialmente, entendemos que tanto o genótipo quanto o fenótipo são modificados por condições ambientais e de desenvolvimento individual no embate com a experiência de ser vivo.

Cada padrão dá seguimento a uma espécie de ocorrências que instala um novo comportamento do organismo frente ao meio. Quando o processo de aquisição de um novo padrão está em andamento, todos os passos dessa vinculação ficam em evidência ocorrendo a corporalização²² daquela ocorrência, a transformação que se dá dentro, se expressa fora, num novo padrão de organização.

²⁰ Homeostase: reações fisiológicas coordenadas para manter estados estáveis do organismo, são peculiares aos organismo vivos. (Damásio, 1999, p.138).

²¹ Fenótipo: para os biólogos o termo “fenótipo” (do grego *pheno*, evidente, brilhante, e *typos*, característico) é empregado para designar as características apresentadas por um indivíduo, sejam elas morfológicas, fisiológicas e comportamentais. Também fazem parte do fenótipo características microscópicas e de natureza bioquímica, que necessitam de testes especiais para a sua identificação. (<http://www.sobiologia.com.br/sobrenos.php> - Revista científica).

²² Corporalização em BMC sugere que os eventos reúnem e ativam forças no organismo compondo ciclos geradores de comportamentos, sendo um processo dimâmico. (QUEIROZ, Lela 2012, p. 173).

George Lakoff²³ em seus estudos sobre cognição fundamenta que o desenvolvimento do organismo atesta que em determinado momento, o processo de corporalização se dá de forma visível e as rotinas internalizadas deixam de ser visíveis, dando vazão a um novo tipo de padrão organizacional que provocará nova corporalização.

Como dito anteriormente, resta-se inócuo, a importância que tem o desenvolvimento psicomotor e cognitivo da criança e do adolescente estando estes indivíduos em estágio de construção mutável com um potencial inimaginável de transformação. Esta ideia nos remonta à perspectiva de explorar ao máximo essa fase peculiar de desenvolvimento latente do indivíduo com estímulos e experimentos responsáveis na ótica educacional, na tentativa de um desenvolvimento humano saudável, lastreando um caminho para ampliar sua esfera de ganho de conhecimento.

Ao passo que, no repertório de experiências cotidianas, no mais simples gestos, utilizamos o movimento para realizar todas as nossas tarefas, sendo estes movimentos conscientes ou não. Até mesmo quando simplesmente pensamos, e não nos movemos aparentemente, o nosso cérebro experimenta uma coreografia de neurônios na troca de informações constantes e simultâneas, há uma interação conjunta e incessante acontecendo o tempo todo entre nosso cérebro, nosso corpo e o ambiente, tudo junto como um ciclo energético funcional. Com isso, extraímos essencialmente a importância do movimento consciente, estudado, maturado no desenrolar de processos cognitivos de alta complexidade no corpo, não apenas sensorio motor como também, na formação psíquica.

A atividade funcional corporal opera tanto na esfera básica e extremamente funcional - organizações que se dão no nível do inconsciente e são percebidas na própria organização de estabilidade corporal, sendo esta o extrato que serve de base constante para nos manter vivos, como também na esfera da atividade funcional que seria voltada à percepção consciente, onde os processos se dariam de maneira intelectualmente estruturada, onde o desenvolvimento cognitivo se desvendaria através de sistemas estruturantes que vão moldando o corpo e o comportamento do indivíduo. Como exemplo, em uma aula elaborada de dança, o

²³ George Lakoff (24 de maio de 1941) é um professor de Lingüística da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Foi um dos fundadores da Lingüística Gerativa dos anos 60 e da Lingüística Cognitiva nos anos 70.

corpo estaria proativo para receber diversas demandas de movimento, estimulando a percepção e aguçando os sentidos.

Logo, deve-se pensar no reconhecimento dos múltiplos caminhos para o desenvolvimento do indivíduo utilizando a dança como processo educacional. Na dança encontramos um rol de possibilidades para aplicação da educação somática advinda dos processos corporais. Assim, a dança traz para o indivíduo a condição de desenvolver a autonomia, o conhecimento de si e do outro, facilitando a sua estruturação. A educação dada pela arte da dança deve ser planejada abrangendo uma boa estabilidade física e psíquica, pensada na construção da auto-reflexão e auto-crítica, perpetrando assim, uma maior assimilação e entendimento estruturante e global.

Contudo, para este estudo, traremos em pauta os possíveis pensamentos voltados à lógica do corpo como campo de conhecimento. Logo, com base na teoria evolutiva, o processo de geração da mente se dá com a participação do sistema sensorio-motor, levando em conta que o processo de modelagem neural de categorias é orientado pelas direções dos fluxos do corpo no espaço-tempo. Seria a própria experiência do corpo voltada a modelar sua natureza direcional pelo simples fato de movimentar-se. No ato do verbo mover, andar, correr, subir, descer, ou melhor, exemplificando. Todo ato da criança desde o seu nascimento na tentativa de virar de um lado para outro, a força muscular para erguer e sustentar a cabeça, a coordenação para as primeiras tentativas de engatinhar, etc., formam o grande caldo basilar de sua existência, que foi construído e elaborado através do movimento, envolvendo todo o aparato corporal na modelagem de aquisição de conhecimento.

De acordo com a teoria da cognição de Lakoff & Johnson, a relação corporal espacial gera em algum momento conceitos metafóricos. Para os autores, a concepção de mundo é metafórica e as metáforas se constroem através do sistema sensorio motor. A grande chave aqui exposta quer demonstrar que via situações expostas no campo sensorio-motor se constrói o nível mais básico de concepção de conceito, o que antes, se acreditava que se dava unicamente e de fato, através da mente.

Entender que conceitos são também construídos através de movimentos, por via exploração corporal, muda toda uma relação de trabalho e entendimento corporal. O conceito básico depende do aprendizado através do movimento, da

memória e da imitação que são construídas no organismo relacionando-se entre si, dada uma exposição das experiências corporais propostas. Seria um sistema perpassando pela experiência sensoriomotora, estrutura inferencial e conceito. Essa rede se daria, em suma, de três maneiras segundo o entendimento de Lakoff and Johnson:

[...] corporalizada pela experiência corpórea no mundo, que junta a experiência sensório-motora com experiência subjetiva a lógica domínio fonte emerge da estrutura inferencial do sistema sensório-motor passa a instância neural em cargas sinápticas associadas a conexões neurais. (Lakoff and Johnson, 1999: 73)

Dentro desta ótica, percebemos o corpo sob a lente do tempo e espaço, o sistema sensório-motor organiza o entendimento que o movimento e toda a plástica envolvida nos gestos, sejam a primeira instância o contato e a comunicação com o mundo. Cria-se a partir do movimento uma espécie de repertório de domínio fonte, que se entende por associações sinápticas²⁴, um processo de imitação e memória das relações com o externo, formando assim, categorias de respostas estáveis do organismo, no intuito de construção do padrão comportamental, formação do que chamam de self²⁵, implementando a subjetividade.

Digamos que para essa espécie de experimento que vem do íntimo corporal, os circuitos neurais tramam uma nova espécie de linguagem. Então, os estados corporais se constroem nestes experimentos reais e dinâmicos a todo tempo. Desta forma, surge um denominador comum, uma condição de corpo única daquele indivíduo. Algo como domínio-fonte, um estabilizador de condição humana.

²⁴ Associações sinápticas: refere-se à comunicação feita pelos neurônios no trato cerebral. ‘... é a instância neural em cargas sinápticas associadas a conexões neurais.’ (LAKOFF and JOHNSON, 1999, p. 73).

²⁵ Self: A experiência de fenômenos: percepção, emoções, pensamentos. Na fenomenologia, é concebida como o *que* sente, e não há qualquer experimentando sem um experimentador, o self. O self pode ser considerado a fonte de consciência intrínseca daquele indivíduo, o agente responsável por pensamentos e ações de uma pessoa que sofre e unifica a consciência ao longo do tempo. Para A. Damásio: protoself é uma coleção coerente de padrões neurais que mapeiam, momento a momento, o estado da estrutura física do organismo em suas muitas dimensões. (DAMÁSIO, Antonio, 1999: p. 154).

A autora Lela Queiroz²⁶, em seu livro *Corpo, mente e percepção. Movimento em BMC e dança*, trata estes estados corporais entendendo que movimento e contato são sinais de comunicação pungentes, que instaram os campos de circulação das informações vitais entre organismo e ambiente. Exemplifica isto a partir da relação entre o bebê e sua relação com a mãe, de como se troca informação nesta relação que a princípio não é verbal. Instaura aí um sentido de implicar o entendimento no corpo do outro, e de que a percepção se encontra claramente estampado no corpo do outro.

Cognitivo, então, vai muito além do velho parâmetro lógico-dedutivo de conhecimento e raciocínio como categorias estritamente mentais. Os processos de conhecimento estão espalhados pelo corpo, inclusive os não conscientes. (Lela Queiroz, 2009: 55).

A autora sugere que movimento e contato confabulam permanentemente a proliferação de redes de informação, em formas de comunicação não hierarquizada entre natureza e cultura, por um modo de produção que se estende pela coletividade, replicados em múltiplos cérebros.

[...] este conhecimento fica disponível no sistema corpo-ambiente e exerce papel crucial nos processos de comunicação social. Movimentos e contato caracterizam incessantes transformações nos estados corporais\mentais. (QUEIROZ, 2009: 50).

Diante do elucidado, levaremos essa lógica para o aprendizado com os alunos da FUNDAC, na tentativa de compreender como se daria o ganho cognitivo através da prática corporal. Nesse sentido, como a dança neste universo poderá relacionar-se com esses corpos e desenhar uma nova situação postural?

Com o entendimento de que há mudanças significativas no corpo quando este é usado de forma consciente, vemos que a dança nos conduz a um longo caminho de experimentos e vivências no trato com os alunos na sala de aula.

Oportunizar aos adolescentes com inscrição na Justiça, uma atividade de dança pensada a partir dos fundamentos de cognição elementares da dança, seria a tentativa de possibilitar um melhor desenvolvimento cognitivo e uma melhor

²⁶ Lela Queiroz: Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, pesquisa cognição e conscientização na área da dança. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) é praticante BMC, formada em Educação Somática pelo Movimento nos USA e Alemanha.

compreensão de sua capacidade de movimento, entendendo como seu corpo funciona. Assim, poderá usá-lo expressivamente com maior inteligência, autonomia, responsabilidade e sensibilidade.

Tal visão está de acordo com as pesquisas mais recentes feitas pelos neurocientistas que estudam a relação entre o desenvolvimento da inteligência, os sentimentos e o desempenho corporal. Essas novas teorias criam um desafio à visão tradicional que separa o corpo e a mente, a razão e a emoção. Antônio Damásio²⁷ (2002) preleciona que:

Emoções bem direcionadas e bem situadas parecem constituir um sistema de apoio sem o qual o edifício da razão não pode operar a contento. Esses resultados e sua interação puseram em xeque a ideia que descarta a emoção como se fosse um luxo, um estorvo ou um mero vestígio evolutivo. Também possibilitam que se visse a emoção como a concretização da lógica da sobrevivência.

A dança, além de ser uma atividade motora, serve também como eixo central na estruturação cognitiva do indivíduo, logo, também é emancipadora e reflexiva. O estímulo artístico delibera mudanças significativas e estruturais importantes na conscientização do ser. Quando se conhece bem o esqueleto funcional corporal, fica mais fácil a interação com os assuntos propostos, contribuindo assim para uma visão crítica e consciente da realidade.

No estudo a cerca do processo de corporalização, a autora Lela Queiroz diz que a corporalização atua como elemento agregador indispensável que somo ao todo corpóreo uma determinada ocorrência. A insistência de dada situação, ou de dada reação, conjuga a condição inicial desses processos, revelando os aspectos da familiarização e do contato. A hipótese levantada é a de que ocorre um campo crítico que caracteriza uma mudança de espécie, fazendo com que a ocorrência seja somatizada, passando a fazer parte da espécie corporal.

O trabalho de dança estimula o corpo e todo o processo nele maturado, logo, levar a dança para os adolescentes nas instituições reabilitadoras tem como foco a conscientização corporal, para que assim o educando possa desenvolver-se de forma autônoma, libertadora, com propriedade intelectual emancipadora para o reingresso mais consciente junto à comunidade.

²⁷ DAMÁSIO, António R. O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano; tradução portuguesa: Dora Vicente e Georgina Segurado. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Damásio de Jesus²⁸ (1999), autor criminalista, refere-se ao modelo ressocializador como sistema reabilitador, que indica a ideia da prevenção especial à pena privativa de liberdade, devendo consistir em medidas que visem ressocializar a pessoa em conflito com a lei.

Nesse sistema, a prisão não é um instrumento de vingança, mas sim, um meio de reinserção mais humanitária do indivíduo na sociedade.

A ação física é trazida como parte da aprendizagem, sendo essa atividade necessária para o desenvolvimento do educando, sendo ela permeada pela curiosidade e pelo desejo de conhecimento. Por isso a atividade de dança desenvolvida em questão deve ter espírito de investigação, para que se tome consciência da função dinâmica do corpo, do gesto e do movimento como uma manifestação pessoal e cultural. Podemos encontrar sustentação teórica na obra de Paulo Freire²⁹ (2003), *Pedagogia da Autonomia*, onde podemos citar:

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativa-crítica é de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante.

Outra ideia teórica importante surge quando pensamos nos estudos de Boa Ventura de Souza Santos³⁰, relativos ao livro *A crítica da razão indolente*,

²⁸ DAMÁSIO, de Jesus. A eficácia do Direito Penal no mundo contemporâneo – São Paulo: Ed. Damásio de Jesus, 2005.

²⁹ Paulo Reglus Neves Freire: nascido em 1921, Destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência política. Autor de “Pedagogia do Oprimido”, um método de alfabetização dialético. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. A sua prática didática fundamentava-se na crença de que o educando assimilaria o objeto de estudo fazendo uso de uma prática dialética com a realidade.

³⁰ Boaventura de Sousa Santos: Nascido em 1940, é doutor em sociologia do direito. Seus escritos dedicam-se ao desenvolvimento de uma Sociologia das Emergências, que segundo ele procuraria valorizar as mais variadas gamas de experiências humanas, contrapondo-se a uma "Sociologia das Ausências", responsável pelo desperdício da experiência - como exposto em seus livros Renovar a

sustentando que estamos vivendo em um momento de transição paradigmática, no qual o paradigma da modernidade se encontra em declínio, em função do colapso do pilar da emancipação e do pilar da regulação, fruto da convergência do paradigma da modernidade e do capitalismo.

Este período transicional possui duas dimensões principais: uma epistemológica e outra societal. A transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente (conhecimento prudente para uma vida decente). A transição societal ocorre do paradigma dominante (sociedade patriarcal, produção capitalista, consumismo individualista, identidades fortaleza, democracia autoritária e desenvolvimento global e excludente) para um conjunto de paradigmas que ainda não sabemos exatamente o que vem a ser.

Em sua construção teórica, o autor afirma que o projeto da modernidade possui duas formas de conhecimento: o conhecimento regulação e o conhecimento emancipação.

Os pontos extremos do primeiro são o caos (ignorância) e a ordem (conhecimento); do segundo são o colonialismo (ignorância) e a solidariedade (conhecimento). O pilar da regulação é composto pelo Estado, o mercado e a comunidade, enquanto no pilar da emancipação encontramos três formas de racionalidade: a estético-expressiva, a cognitivo-instrumental e, por último, a racionalidade prático-moral do direito. Segundo Boa Ventura de Souza Santos (2002):

O princípio da comunidade e a racionalidade estético-expressiva são as representações mais inacabadas da modernidade ocidental, e por isso seriam os princípios que poderiam colaborar para a construção de um novo pilar emancipatório.

Trazemos a tona esses questionamentos para situar a importância paradigmática, que transita segundo novas perspectivas emergentes. Essas mudanças geram conflitos diretos na conjuntura social e de formação do dito

Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social, que apresente idéias elaboradas anteriormente em Um Discurso sobre as ciências. A herança contratualista é bem marcada em suas obras e seus textos se remetem à organização de contratos sociais que sejam verdadeiramente capazes de representar valores universais.

cidadão, pois mesmo que de forma indireta, o governo influencia no fluxo social e comportamental da sociedade. Influência essa, que molda o pensamento dominante engessando assim os menos favorecidos intelectualmente e/ou economicamente, para uma vida de privações e exclusão.

Dito isso, enalteçemos a necessidade de engrandecer a visão estético-expressiva e cognitiva dos jovens alojados na tentativa de florescer a tão falada emancipação do cidadão, como objeto de reestruturação cognitiva na condução da sua futura reentrada na sociedade.

5.2 Intenções e abordagens metodológicas aplicada no experimento com os alunos da FUNDAC.

A dança é uma vertente artística extremamente rica em elementos a serem trabalhados, colaborando também para estimular as potencialidades naturais do adolescente, auxiliando-o no despertar de um corpo livre, capaz de agir e responder expressivamente, diante da descoberta de novas experiências, sendo capaz de abrir-se receptivamente, para dar espaço à total compreensão e assimilação de novas e diversificadas atividades, no decorrer do processo educacional em desenvolvimento.

Esses conhecimentos devem ser articulados com a percepção do espaço e tempo. A dança é uma forma de integração e expressão, tanto individual, quanto coletiva, em que o aluno exercita a atenção, a percepção, a colaboração e a solidariedade. A dança é também uma fonte de comunicação e de criação informada nas culturas. Como atividade lúdica a dança permite a experimentação e a criação, no exercício da espontaneidade. Contribui também para o desenvolvimento do adolescente no que se refere à consciência e à construção de sua imagem corporal, aspecto que são fundamentais para o seu crescimento individual e sua consciência social. Ana Mae Barbosa³¹ (2002), preleciona a respeito desse assunto:

O fazer artístico não pode ser entendido como a aventura individual de uma inteligência ou sensibilidade especialmente dotada, visando um fim em si mesmo. A obra de arte só pode ser entendida como tal enquanto ela puder ser assim definida pelo homem, aqui e acolá, ontem, hoje ou amanhã. A obra de arte cristaliza a substância social e sua perenidade vem, justamente, da grande importância de que se reveste para o nosso reconhecimento como seres humanos, inseridos num determinado espaço (físico, cultural, ideológico) e numa temporalidade específica. (BARBOSA, Ana Mae, 2002, p. 15).

Nas atividades coletivas, as improvisações em dança darão oportunidade aos alunos de experimentar a plasticidade de seu corpo, de exercitar suas potencialidades motoras e expressivas ao se relacionar com os outros. Nessa

³¹Ana Mae Tavares Bastos Barbosa (Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1942) é uma educadora brasileira, pioneira em arte-educação.

interação poderá reconhecer semelhanças e contrastes, buscando compreender e coordenar as diversas expressões e habilidades com respeito e cooperação.

Com os elementos contidos na dança acima citados, almeja-se uma conscientização física e reflexiva dos alunos. Ensejando o trabalho com o corpo num processo revelador de autoafirmação, contribuindo para futura condição de auto-reflexão. Como esclarece o nobre Edgar Morin³² (2001):

Ora, na minha opinião, o verdadeiro problema é saber como fundamentar uma auto-ética. Ele se situa no nível da autonomia do pensamento e da liberdade pessoal.

Ao passo em que, encorajados de si mesmos, os adolescentes educandos poderão ressignificar suas vidas com atitudes morais adequadas, colaborando assim para sua reiteração à sociedade – saída da instituição, de forma harmônica e contributiva. Na perspectiva de tornar o mundo menos desigual, mais justo e fraterno.

Segundo Mark Jonson³³ a estética seria tão importante para o estudo do significado porque este é sempre mais do que as palavras e mais profundo do que conceitos. Assim, para começar a estudar a emergência da ação de significar, é importante reconhecer que mente e corpo não são duas coisas separadas, mas aspectos de um único processo orgânico.

Nos estudos acerca de significar, Christine Greiner³⁴ diz que significado, pensamento e linguagem emergem das dimensões estéticas de atividades corporais e são inseparáveis das imagens, dos padrões de processos sensório-motores e das emoções.

O reconhecimento de que o significado está enraizado na experiência corporal implica ainda reconhecer que tanto a capacidade imaginativa como a conceitual são dependentes dos processos sensoriomotores. (GREINER, p. 90, 2010).

³² MORIN, Edgar. *Ética, cultura e educação* – São Paulo: Cortez, 2001.

³³ Mark Jonson Mark Johnson é o Professor de Artes Liberais e Ciências do Departamento de Filosofia da Universidade de Oregon. Ele é autor de *The Body in the Mind: A Base corporal de Significado, Imaginação, Razão e Imaginação Moral: Implicações da ciência cognitiva para Ética* e co-autor, com George Lakoff, *De Metáforas vivemos e Filosofia da Carne*.

³⁴ Christine Greiner é professora do curso de comunicação das Artes do Corpo e do Programa de estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

A dança, além de ser uma atividade motora, serve também como eixo central na estruturação cognitiva do indivíduo, logo, emancipadora e reflexiva. O estímulo artístico delibera mudanças significativas e estruturais importantes na conscientização do ser. Quando se conhece bem o esqueleto funcional corporal, fica mais fácil a interação com os assuntos propostos nas aulas, contribuindo assim para uma visão crítica e consciente da realidade.

Há uma estreita conexão entre vida e o movimento. O conhecimento vem do movimento, tanto do movimento do corpo como dos objetos moventes que fazem parte do entorno. O movimento é uma condição para sentir como o mundo é e quem somos.

O movimento é, portanto, um dos principais modos como aprendemos o significado das coisas e boa parte deste aprendizado é processado pelo inconsciente cognitivo. (GREINER, p. 90, 2010).

Os diferentes métodos de utilização da dança traçam estratégias pedagógicas que visam levar o indivíduo a tomar consciência da relação entre os sintomas que ela apresenta e a totalidade de seu corpo. A pessoa entra na primeira etapa do caminho de restabelecer seu equilíbrio quando ela é capaz de reconhecer que os sintomas físicos ou psíquicos que ela apresenta têm estreita relação com sua maneira habitual de organizar seus movimentos e com a percepção que ela tem do corpo. A própria experiência do indivíduo que se torna o veículo da mudança.

Essa fase de tomada de consciência faz parte de um processo de (re)aprendizagem. A neuróloga e educadora norte-americana Carla Hannaford³⁵, aborda a capacidade inata que temos de aprender e reaprender, ou melhor dizendo, adaptarmo-nos:

Na medida em que crescemos, nos movemos e aprendemos, as células de nosso sistema nervoso se conectam entre si formando padrões neurais complexos. A plasticidade é uma característica intrínseca do sistema nervoso que nos permite aprender e nos adaptarmos em resposta à traumatismos [físico e/ou psíquico]: reaprender. (HANNAFORD, 1995)

³⁵ Carla Hannaford: Premiada autora, bióloga e educadora, Carla Hannaford tem sido procurado como professora inspiradora e bem informada, consultora e líder de workshop para 45 países no mundo inteiro, citada em mais de 1.000 jornais e livros, e autora de *Awakening the Child Heart: Handbook for the Global Parenting*.

Outro autor que se interessa pelo estudo dos signos e de como se desenrola a percepção estética é Charles Sanders Peirce³⁶ apontando a experiência da hesitação de alguém que é sempre amparada por uma tensão corporal. Ocorre algum tipo de restrição e o corpo, por si só, está concentrado na atenção daquela hesitação, demonstrando em sua estética a compleição física da sensação.

Piecer que em seus estudos evidencia a hesitação como algo inerente ao corpo e aos estados corporais. Frente a qualquer enfretamento atitudinal do indivíduo, o corpo fala e descreve movimentos conscientes ou não no embate com o novo. Uma relação de ação e reação natural criada pela funcionalidade do próprio corpo no processo de continuação de sua existência.

Há em nosso sistema nervoso, a direta ligação com os estados dos neurônios em suas constantes sinapse – contato com o outro. Essa manifestação relacional gera movimentos internos de nossos órgãos – corpo como um todo vivo, que acabam mesmo que lentamente, se mostrando, modificando e desenhando novos movimentos e a própria aparência externa do corpo. São atos intrínsecos que se sobrepõe a velhos hábitos e leituras corporais, tanto no campo orgânico como conceitual que nos dão novas técnicas de observação, leitura e interpretação do mundo que nos rodeia.

Para tanto o objetivo do professor no nosso estudo é o de levar o aluno a tomar contato com as sensações que ele tem de seu próprio corpo. O professor visa, sobretudo, despertar a atenção do aluno ao processo de aprendizado. A ênfase do ensino é posta não sobre o **quê** se aprende, mas **como** se aprende.

Um corpo bem estruturado e alicerçado aos entendimentos psicomotores faz-se necessário para um desenvolvimento saudável. A criança e o adolescente quando estimulado, cresce com uma maior percepção dos processos do mundo. As interações com o entorno são valiosas para a experimentação. Dessas experiências o repertório intelectual e corporal aumenta tornando o adolescente mais apto a

³⁶ Charles Sanders Peirce nasceu no ano de 1839, em Cambridge, Massachussets, nos EUA, no dia 10 de setembro. Formou-se na Universidade de Harvard em física e matemática, conquistando também o diploma de químico na Lawrence Scientific School. Peirce compreende como signo ou representação qualquer coisa que esteja em qualquer relação com outra coisa. Surge numa determinada pessoa e dirige-se a uma outra, em cujo espírito cria um signo equivalente ou até mais desenvolvido. O signo criado é "interpretante" do primeiro. E assim sucessivamente.

novas interações. A possibilidade de reconhecer suas potencialidades corporais fortalece o aprendizado.

Faz mister perceber como o trabalho de dança ajuda nas inserções cognitivas e educativas, pois encontramos na dança uma fonte de possibilidades para o desenvolvimento corporal, emocional e intelectual. Sendo está meio na sensibilização do indivíduo, na auto-reflexão, como também viabilizando a destreza e o desprendimento corporal numa maior autonomia, ensejando uma visão crítica e analítica da sua condição à realidade exposta.

Os resultados da prática da dança podem ser vistos no desenvolvimento e aprimoramento da coordenação motora, na melhor estabilidade postural do corpo, no desenvolvimento da capacidade de concentração, na melhora da respiração, evitando o desgaste físico e mental, no melhoramento funcional do corpo – flexibilidade e amplitude muscular, como também, no relaxamento de tensões excessivas no despertar de um corpo mais expressivo.

Sendo o movimento vital para uma vida saudável, entendemos que a mobilidade do corpo dialoga com todas as áreas da vida humana. Os métodos e aplicação das aulas de dança dependem do foco que está sendo privilegiado.

Outros pensadores construtivistas vieram após Henry Wallon e depositaram seus conhecimentos sobre essa questão. Não podemos deixar de citar Jean Piaget³⁷ (1896-1980), o percursor do estudo sobre o ganho cognitivo. Biólogo de formação, dedicou sua vida aos estudos relativos a aquisição de conhecimento, em seus ensinamentos tenta explicar como se desenvolve a inteligência nos seres humanos. Daí o nome dado a sua ciência de *Epistemologia Genética*, que é entendida como o estudo dos mecanismos do aumento dos conhecimentos.

Falar de estrutura de pensamento de criança e do adolescente e não recorrer à lógica do pensamento de Piaget é inviável. Existe, no estudo de Piaget, um esquema delineado de sociologia, psicologia e genética, todos bem relacionados entre si. Mesmo sabedores que, a lógica por ele entendida já estaria de certa maneira ultrapassada pelos novos pensamentos contemporâneos sobre

³⁷ Sir Jean William Fritz Piaget (Neuchâtel, 9 de agosto de 1896 - Genebra, 16 de setembro de 1980) foi um epistemólogo suíço, considerado o um dos mais importantes pensadores do século XX. Defendeu uma abordagem interdisciplinar para a investigação epistemológica e fundou a Epistemologia Genética, teoria do conhecimento com base no estudo da gênese psicológica do pensamento humano.

entendimento genético envolvendo a psicologia. À época, seus primeiros estudos foram com seus próprios filhos, na observação pessoal e coletas de dados.

Nos estudos sobre a lógica de Piaget, a doutora em lingüística, Márcia Regina Terra³⁸, diz que:

Está implícito na ótica de Piaget que o homem é possuidor de uma estrutura biológica que o possibilita desenvolver o mental, no entanto, esse fato *per se* não assegura o desencadeamento de fatores que propiciarão o seu desenvolvimento, haja vista que este só acontecerá a partir da interação do sujeito com o objeto a conhecer. Por sua vez, a relação com o objeto, embora essencial, da mesma forma também não é uma condição suficiente ao desenvolvimento cognitivo humano, uma vez que para tanto é preciso, ainda, o exercício do raciocínio. Por assim dizer, a elaboração do pensamento lógico demanda um processo interno de reflexão. Tais aspectos deixam à mostra que, ao tentar descrever a origem da constituição do pensamento lógico, Piaget focaliza o processo interno dessa construção.

Compreender a Epistemologia genética³⁹ como alimento à lógica do desenvolvimento intelectual pode ser considerado como uma extensão do processo biológico de adaptação da espécie, que se divide em dois momentos: assimilação e acomodação. Assimilação como um reconhecimento do esquema já existente e posto, uma resposta a um novo evento de forma usual e frequente para aquela determinada situação – como exemplo, a criança que leva a boca os objetos que são dados e estão ali ao seu alcance como já pressuposto dessa leitura.

Já o esquema Acomodação seria a transformação do mundo que o rodeia para uma melhor e mais prazerosa resposta para aquela determinada situação – melhor atender suas necessidades e suas concepções pessoais.

Piaget acreditava que na observação de seu método relacionando a sociogênese e principalmente à origem das noções psicológicas e das operações que se davam às relações, um cenário se construía, um esquema se configurava. Um esquema é um conjunto estruturado de conceitos, ele pode ser usado para representar objetos, cenários e sequência de eventos ou relações. A ideia original foi

³⁸ ENCARNAÇÃO, Márcia Regina Teixeira da. A linguagem como instrumento de comunicação social. Pagina dois, Santos-SP, v. 03, 29 maio 2006.

³⁹ Epistemologia genética: Para Piaget, o conhecimento é gerado através de uma interação do sujeito com seu meio, a partir de estruturas existentes no sujeito. Assim sendo, a aquisição de conhecimentos depende tanto das estruturas cognitivas do sujeito como de sua relação com os objetos.

proposta pelo filósofo Immanuel Kant como estruturas inatas, usadas para nos ajudar a perceber o mundo.

O esquema é o quadro mental que é criado de como as crianças, futuros adolescentes- fase de desenvolvimento, interagem com seus ambientes físicos e sociais. Por exemplo, muitas crianças de 03 (três) anos insistem que o sol está vivo porque trata-se de manhã e vai para baixo durante a noite. De acordo com Piaget, essas crianças estão operando com base em um esquema cognitivo simples que as coisas que se movem estão vivas. Em qualquer idade, as crianças dependem de suas estruturas cognitivas atuais para compreender o mundo à sua volta. Além disso, as crianças mais jovens e mais velhas podem muitas vezes interpretar e responder aos mesmos objetos e eventos em maneiras muito diferentes, porque as estruturas cognitivas assumem diferentes formas em diferentes idades.

Piaget (1953) descreveu três tipos de estruturas intelectuais: comportamental (ou sensorio-motoras) incorporado, os schemata simbólico, e schemata operacional.

Esquema Comportamental: padrões de comportamento que são usados para representar e responder aos objetos e experiências organizados.

Esquemas simbólicos: símbolos mentais internos (como imagens ou códigos verbais) que se usa para representar os aspectos da experiência.

Esquema Operacional: atividade mental interna que se realiza em objetos de pensamento .

De acordo com Piaget, as crianças usam o processo de assimilação e acomodação para criar um esquema ou quadro mental para como eles percebem e/ou interpretam o que eles estão enfrentando. Como resultado, os conceitos iniciais de crianças jovens tendem a ser mais global ou de natureza geral.

Sustentou que os adultos veem os conceitos das crianças como altamente generalizada e até mesmo imprecisas. Com a experiência, acrescentou interações e maturidade. Estes conceitos tornam-se refinados e mais detalhados. No geral, dar sentido ao mundo a partir da perspectiva de uma criança é um processo muito complexo e demorado.

Os esquemas são:

- Criticamente importante alicerce do desenvolvimento conceitual
- Constantemente no processo de serem modificadas ou alteradas
- Modificado por em curso das experiências
- A ideia generalizada, geralmente com base na experiência ou conhecimento prévio.

Estes processos estão sendo constantemente revistos e elaborados a cada vez que os jovens encontram novas experiências. Ao realizar, estes jovens criam seu próprio entendimento único do mundo, interpretam suas próprias experiências e conhecimento, e, posteriormente, usam esse conhecimento para resolver problemas mais complexos. Em certo sentido neurológico, o cérebro está constantemente trabalhando para construir e reconstruir-se, adaptando e modificando novas informações, e melhorando o entendimento.

Os estudos relativos à Piaget foram com o passar do tempo sendo revisado por novas teorias e críticas. A questão dos “esquemas” passou a dar lugar a um possível entendimento diferente do que se acreditava. Muitos filósofos e psicólogos atuais deram nova vazão ao questionamento sobre assimilação e acomodação que, com o pensamento moderno, não caberia dentro de uma ótica do corpo mídia. Onde o espaço e o tempo são constantemente revisitados e mutantes. Não cabendo mais a ideia estanque de acomodação.

Com isso, muitos entendimentos vieram após os estudos de Piaget e deram novas interpretações para o cristalizado já ultrajado da psicanálise clássica.

No campo da neurolinguística, citemos Judith Butler⁴⁰ sobre seu estudo a respeito da linguagem performativa, onde diz que o corpo é feito e efeito, sustentado e ameaçado pela linguagem. Os atos de fala operam não somente a produção reguladora e produtiva sobre aquilo que nomeiam, mas também constituem seus contextos possíveis – a sua historicidade condensada.

O ato de fala, na sua eficácia performativa, obriga – violenta e arbitrariamente – o corpo a espaços de inteligibilidade, de regulação e de legitimação. Há uma ambivalência na maneira como o ato de fala opera o corpo: de um lado, o ato de fala violenta-o, apagando sua performatividade, seu caráter produzido e produtivo,

⁴⁰ Judith Butler: Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria queer, filosofia política e ética. Discute a questão da relação entre linguística e performatividade e suas implicações no corpo.

obrigando-o à fixidez e, como efeito, à co-naturalidade, ou seja, a imposição estrutural da linguagem pode dar à aparência de inevitável natureza ou de determinismo cultural uma essência a se fazer presente.

O corpo dar lugar ao efeito da fala que pela força cultural modela os corpos. Cria-se daí, um corpo regulável e um lugar político tornando-se passível de legitimação e normatização.

Butler argumenta que os atos de fala limitam os contornos dos corpos, suas articulações possíveis, suas ações possíveis. A imposição arbitrária num ritual iterável tem como efeito a fixidez e a inevitabilidade. O ato de fala evidencia a performatividade do corpo ao produzir espaços de articulação, de deslizamento, e pontos de descontinuidade. A indecidibilidade linguística cria novas inteligibilidades, regulações, legitimações e normatizações para os corpos que performa.

A violência coercitiva encoberta instaurada que paira nas celas produz marcas nos corpos, um aspecto a se considerar na compreensão da performatividade: a ação linguística implica diretamente na ação do corpo que nele desenha aspectos físicos e performativos perfazendo neste processo traços culturais, formatos atitudinais. A violência coercitiva opera com a violência produtiva e embaraça a distinção, marcando um aspecto a se considerar na compreensão da performatividade: a ambiguidade da ação linguística que produz o corpo.

Para Butler, pensar a vulnerabilidade dos corpos à linguagem significa pensar a arbitrariedade de ambos, o corpo e a língua como marcas inevitavelmente ambíguas – a linguagem que opera o corpo a devir – contra o fetichismo linguístico e a visão.

Para tanto, a dança é a arte do movimento, o mundo de novas possibilidades, a abertura de sensações invisíveis ou ainda não vista pelo corpo. A dança passará a ser para os corpos dos adolescentes educandos da FUNDAC, uma forma de reconhecimento e expressão. Motivação para despertar o significado da vida, estrada que será composta com o experimento artístico de mover-se e poder perceber o entorno, reescrevendo sua própria história e modificando padrões pré-estabelecidos, engessados e estigmatizados de corpos esquecidos pela sociedade e escondidos pela dita justiça.

A dança invoca um poder relacional com o outro e com os sentidos que é a chave para possibilitar um novo repertório de estados corporais. Os elementos que são utilizados na dança gera no corpo uma mudança da sua posição como sujeito no mundo, exercita a cidadania, exerce o poder individual que pode e deve gerar

novas mudanças de atitude diferente do corpo dócil, opaco existente no sistema coercitivo, punitivo das celas.

6. A dança como proposta para ressignificação

Evidentemente a mola propulsora da pesquisa em tela é levar a dança para aplicação das medidas socioeducativas, com preocupação no processo educacional ofertado nas instituições acolhedoras dos adolescentes. Enfatizamos a necessidade de uma estruturação cognitiva – corporal, no que concernem às medidas socioeducativas.

A pergunta então que paira é: Como a dança pode corroborar para o desenvolvimento cognitivo de adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas? Logo, o objetivo desse estudo circunda no desejo de inserir a dança como recurso artístico na promoção de uma educação socializadora pautada no desenvolvimento cognitivo do adolescente. Fomentando assim um trabalho artístico- educacional, no intuito da promoção da autonomia, liberdade e análise crítica, constituindo desta forma num processo de ressignificação⁴¹ do adolescente, na reentrada à vida social.

O processo de ressignificação seria uma espécie de novo conhecimento corporal a partir da experiência com dança. A transição de olhar o corpo não apenas como mero aparelho locomotor, mas essencialmente, este sendo caminho para um despertar cognitivo. Investigar o estímulo corporal através da dança e suas consequências no trato cognitivo, no ganho de conhecimento, no despertar consciente para ressignificar modos de atuação e comportamento.

Antonio Damásio em seus estudos dedicou-se a entender como o corpo significa e o que a noção de pensamento encarnado significa para a vida.

Sabedores de que uma boa estruturação cognitiva – condição de aprimoramento funcional do corpo - permeia facilitações no processo de desenvolvimento, e que o elemento pesquisado é inerente ao processo cognitivo corporal, como facilitador no desenvolvimento corporal-educacional, na ressignificação do adolescente, na tentativa de facilitar suas experiências vividas

⁴¹ Ressignificação: é o método utilizado em neurolingüística para fazer com que pessoas possam atribuir novo significado a acontecimentos através da mudança de sua visão de mundo. O significado de todo acontecimento depende do filtro pelo qual o vemos. Quando mudamos o filtro, mudamos o significado do acontecimento, e a isso se chama ressignificar, ou seja, modificar o filtro pelo qual uma pessoa percebe os acontecimentos a fim de alterar o significado desse acontecimento. Quando o significado se modifica, as respostas e comportamentos da pessoa também se modificam.

frente às dificuldades sociais encontradas nos alojamentos das Entidades de acolhimento.

A dança como elemento estruturante traz mudanças não apenas físicas, mas também psíquicas e intelectuais. Logo, devido aos métodos e processos criativos que a dança desenvolve, os adolescentes aprendem pelas experiências do próprio corpo a agirem livremente no espaço em que vivem, interagindo com as pessoas que os cercam. A dança como uma atividade que prioriza uma educação motora e cognitiva consciente e global, não é só uma ação pedagógica, mas também psicológica, com o fim de estimular o desenvolvimento comportamental do adolescente, além de poder proporcionar resgate de valores culturais, o aprimoramento do senso estético, e o prazer da atividade lúdica para o desenvolvimento de suas potencialidades, não apenas no aspecto físico, mas também no emocional e intelectual.

O sujeito não nasce pronto, assim como o seu corpo. Ambos se constroem na sua relação com o outro. Poderíamos falar sobre o construtivismo do corpo, no sentido em que a criança vai construindo e atingindo seu desenvolvimento, norteado pela antecipação funcional provocada inicialmente pelos pais e logo pela sociedade. Essas crianças e adolescentes adaptam-se e participam de suas culturas de forma extremamente complexas que refletem a diversidade e a riqueza da humanidade, de como se vive em sociedade e que, de certa forma, possuem a habilidade de se recuperar de circunstâncias difíceis ou experiências estressantes, adaptando-se ao ambiente por estar ainda em processo de construção e desenvolvimento cognitivo.

A adolescência é uma fase do indivíduo que propicia em seu organismo uma avassaladora experiência, neste momento as faculdades mentais estão se formando e toda troca de informação serve para estruturação do corpo. É um momento em que o organismo está cercado de estímulos e o corpo está mais apto à trocas de informações e experimentações salutares para formação da vida humana.

Fazemos parte da sociedade e de determinada cultura. A cada informação que nos é dada uma carga de historicidade, baseadas em histórias criadas e vividas por indivíduos anteriormente, traz uma poderosa carga de informação quando nos é passada. Remete-nos a um lugar na sociedade, onde nos colocamos, ou melhor, onde somos colocados.

As simbologias cristalizadas na cultura, a forma – designer como as coisas são postas socialmente. A replicação comportamental e as exclusões sociais

construídas ao longo dos tempos, pautadas no poder bélico e econômico das sociedades.

Ressignificar nos remonta a um lugar complexo por constituir a natureza humana, logo muito sensível e moldável. Vivemos numa sociedade em que a imitação faz parte da natureza dos homens e a replicação de posicionamentos fica mais moldável quando pessoas não possuem bom nível intelectual, construído a partir da educação e da disponibilização do conhecimento.

Preocupar-se com as traduções das estruturas sígnicas que são corporalizadas. O corpo do adolescente recolhido na instituição para menores infratores possui uma condição clara de estigmas modelados pela tratativas para com esses corpos e a forma de como estes corpos se relacionam com seus pares aprisionados nas casas – celas.

O olhar cabisbaixo, o tronco prostrado à frente, o pescoço enterrado nos ombros, a cócoras o modo mais utilizado dos corpos no ambiente aprisionado, o medo que paira na condição submissa pelos seguranças entre outros, são *modus operandi* aprendidos por eles, desde o acondicionamento, passando pela convivência com os outros detentos, pelo medo das represálias, chegando na imitação. Corpo, fala, gestos, discursos estruturantes, fazem da instituição acolhedora um lugar altamente propício à proliferação tanto do bem quanto do mal.

Essa carga informativa nos faz moldes pré-estruturados de outrora. Como se a sociedade desde sempre e ao passar dos anos, fosse codificando os indivíduos com suas construções, histórias e experiências, nos conduzindo a um lugar pré-estabelecido de formação. O julgamento e a “preocupação” da sociedade para com esses adolescentes, o discurso de pessoas fora da instituição cheio de preconceito e distante da realidade, no querer aprisioná-los longe e esquecer-los à margem da sociedade. A condição que o preconceito estabelece para esses corpos como imutáveis, sem condição de uma possível resignificação.

Um tipo de predestinação é imposto por conta da cultura na sociedade em que vivemos e como este recorte social posto faz parte da história criada anteriormente. Para entendermos melhor essa condição estigmatizada, citemos Michel Foucault que nos coloca como fantoches da história criada e contada por indivíduos que de certo modo detém o controle de um povo, uma condição de força e poder subliminar que age silenciosamente e com muito vigor no trato de condução humana dentro de um ideal de sociedade, estigmatizando corpos.

Uma passagem no livro: *A ordem do discurso*, de Michel Foucault, desvenda a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam quando percorremos os diversos procedimentos que cerceiam e controlam os discursos na sociedade. Diz que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar:

O autor é aquele que dá à inquietude linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real. (FOUCAULT, Michael. 2010, p. 28)

Diante disso, percebemos que somos modelados por uma estrutura maior que nós mesmos. Um tipo de força oculta, olhar de vigia, opera na sociedade, influenciando, estigmatizando e condicionando todos os indivíduos.

O livro *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, traz um modelo que veio sendo desenvolvido ao longo do progresso do ser humano. Este modelo é o “modelo disciplina”, no qual é representado pela figura arquitetural da disciplina por excelência, o Panóptico.

O Panóptico é uma “máquina” criada para manter em vigilância as pessoas que por algum motivo infringiram as leis ou possuem alguma patologia. Exemplos de instituições que usam a ideia do Panóptico, na sua arquitetura e modo de funcionamento: escola, prisão e hospital.

O Panóptico faz uso dos dois modelos, o da exclusão e o da disciplina. Ele aplica na exclusão a técnica do quadriculamento disciplinar. O modelo da disciplina é um aperfeiçoamento do modelo de exclusão, sendo seu substituto. O principal objetivo desta “máquina” é fazer com que o detento tenha total consciência de que pode estar sendo vigiado a qualquer momento, pois desta forma ele não irá infringir nenhuma norma dentro da prisão que se encontra, pois sabe que tem alguém o vigiando e que será punido se faltar com a ordem.

Nos estudos de Foucault sobre a prisão:

[...] a problemática consistia em pôr nu a verdade da prisão e examinar no interior de qual sistema de racionalidade, em qual programa de domínio dos indivíduos e dos delinquentes em particular, a prisão era considerada como meio essencial. (FOUCAULT, Michael, 2010, p. 333).

Nesta nova sociedade disciplinar, segundo Foucault, o Estado não tem mais o direito de morte, pelo contrário, ele deve proporcionar a vida para os seres humanos. Há o medo da punição, mas não da morte, o medo de ser castigado por quem o vigia. Neste modelo o poder se torna independente daquele que o exerce, pois não importa quem vai estar na torre central do Panóptico ou se realmente vai estar alguém lá, o que importa é o que o detento saiba que pode estar sendo vigiado a qualquer hora do dia. O Panóptico é o oposto do Mito da Caverna de Platão, onde as pessoas viviam trancadas, privadas de luz e escondidas. Nesta arquitetura cada um tem seu lugar, ou melhor, sua jaula, e devem estar sempre visíveis, mas nunca podem ver.

Somos postos em uma grande cela, nascemos já estigmatizados por uma história contada e construída através de moldes de poder e controle. Falando isso, o corpo está situado em um permanente estado de modelação. Quem somos, como nos vestimos, como nos posicionamos, como utilizamos essa máquina corporal a favor e na obrigação de sermos cordeiros obedientes na vasta opressão social.

As leis são inicialmente criadas para proteção individual, onde o que interessa não é o que seria melhor para todos, mas para proteção da propriedade, o direito voltado para proteger o bem material. O poder de manobra da massa e dos ideais sociais para perpetuação do mandato do poder. O pensamento dos direitos humanos e de bem comum apenas surge no clamor do iluminismo (XVIII), onde indivíduos rogam pela condição de poder colocar-se na sociedade de forma presente e participativa e não apenas como fantoche no circo armado de regras e leis de benefícios próprios, para uma pequena gama de pessoas.

Para tanto, os desafios enfrentados no decorrer da vida de muitos adolescentes excluídos de privilégios econômicos, condição de vida injusta e desigual, cercada de violência à qual condiz com a realidade dos educandos em questão, nos faz refletir em que condição corporal eles vivem, como o corpo se coloca e vive essa experiência.

Deparamo-nos com a transgressão social autorizada. Como essas regras e moldes traduzem um corpo fechado e carente de experimentos, baseados numa investigação pessoal e saudável de sensações, de um olhar consciente. Nesse

sentindo, podemos citar a socióloga Rosane de Souza Carvalho⁴² (2000), em seu livro *Transgressão autorizada*:

Compreendendo que um dos elementos propiciadores de diversos tipos de violência é a gritante desigualdade social, uma das possíveis alternativas seria o fortalecimento dos cidadãos, embora isso não nos dê as garantias de mudança.

O pensamento engajado para pesquisa traz a ressignificação como um processo de experiências sensório-motoras vivenciadas, sendo estas realizadas a partir de aulas de dança envolta em uma proposta de autoconhecimento - olhar para si, identificando possibilidades corporais conscientes e gerando estratégias para um maior conhecimento do corpo.

Ao passo em que o aluno se propõe a experimentar uma atividade de dança, com estratégias pensadas para um momento de atenção e reconhecimento corporal, dentro de uma relação interpessoal e intrapessoal, na lida com o outro na, troca de experiências.

Serão expostos, no próximo capítulo, pequenos relatos da condição dos corpos dos adolescentes educandos e algumas citações do diário de bordo feito durante a feitura das aulas ministradas na instituição.

⁴² CARVALHO, Rosane de Souza. *Transgressão autorizada: violência doméstica contra criança e adolescente* – São Paulo: Editora Salesiana, 2000.

6.1 Organização funcional da CASE e CIA antecipando a oficina.

Para colocar a dança na instituição CASE e CIA - Comunidade de Atendimento Socioeducativo do CIA (Estrada CIA Aeroporto), fez-se necessário um estudo elaborado de propostas e intenções pedagógicas para desenrolar um trabalho focado no desenvolvimento desses adolescentes. Para tanto, foi feita uma pesquisa prévia com os professores da instituição na tentativa de conhecer melhor os alunos e como era a rotina deles nas casas. Foi de grande relevância um trabalho prévio de entrevistas com equipes de profissionais de diversas áreas, para chegarmos a um denominador comum e para que esse trabalho fosse algo com maior amplitude e favorável para os alunos.

O norte da pesquisa era investigar a relação do corpo como formador estruturante, sair do físico como consequência do cérebro pensante e levar o corpo para uma realidade cognitiva, de implicador na formação do indivíduo como um todo. Que as experiências corporais nos leve a uma evolução humana importante, que através dele (o corpo) ajudamos no crescimento e desenvolvimento de indivíduos, e que provemos que a evolução humana está fadada ao aprimoramento do corpo como elemento chave estruturante para condição de perpetuação e continuidade humana.

Assim, deram-se os estudos e o campo de pesquisa com esses adolescentes. Que corpo é esse que incomodou meu olhar nesta jornada de investigação? Como esses jovens utilizavam o corpo e como jovens, qual era a relação consciente desse elemento tão importante?

A busca da informação, por meio da experimentação, de como a dança – movimento implica na cognição percorreu três meses de experimentos com esses alunos.

Os corpos lá encontrados, desgastados de inúmeros maus tratos físicos e psíquicos, faziam daquela instituição um arcabouço de possibilidades dentro do campo ora estudado.

As condições de como aqueles corpos se relacionavam, e como se dava o entendimento do corpo, estando presos em celas divididas com outros tantos internos e seguranças.

Do início do pensamento do trabalho, de como desenvolveria um estudo corporal com aqueles alunos, surgiu a percepção da complexidade estabelecida

naquela interação que se dava. Entender que os jovens meninos possuíam esquemas corporais que, na sua grande maioria, nunca tinham vivenciado atividades relativas à estímulos corporais artísticos.

Ao me deparar com a situação, e logo desde o início da atividade, a percepção foi de corpos robóticos, estigmatizados, cabisbaixos, alguns fortes e viris, outros muito fracos e castigados por consequências de acidentes envolvendo tiros, facadas, atropelamentos, surras e subnutrição de uma vida precedida de falta não apenas de comida, mas, para aqueles corpos faltava tudo.

O cuidado no enfrentamento com questões não apenas físicas, mas também psíquicas, implicaram no meu trato e comportamento para com eles. As experiências vivenciadas se deu por um grande grau de permissividade de ambas a parte. Que fora conquistada por longos diálogos, brincadeiras e o mais importante, o respeito. Se colocar no lugar do outro com afinco e responsabilidade.

Perceber os movimentos mais simples feitos, antes de qualquer interação relativa à dança – andar, correr, descansar o corpo, já estava ali escrito os signos construídos na adolescência. Os movimentos impregnados de significados, o corpo exposto já era suficiente para um belo estudo de estados corporais, de como a cultura, a sociedade e a historicidade humana estigmatizam corpos, definem padrões e condicionam movimentos.

No livro da estudiosa Christine Greiner, *O corpo em crise*, destaco uma passagem que demonstra o controle do externo para o inconsciente do indivíduo:

Do ponto de vista político e com todas as dificuldades que giram em torno das relações de alteridade, identifico pelo menos quatro estratégias que marcam as diferentes etapas da tradução alimentando níveis de transformação mais ou menos estáveis: a aproximação (a comunicação com o outro), a imitação (que pode refletir o fetiche pelo outro), a devoração (a apropriação do outro) e a exposição (a abertura para o outro). (2010, p. 16).

Com a explanação supracitada, percebemos o quanto há estratégias que modificam e de certo modo escondem o verdadeiro sentido das coisas. Há signos que nos são impostos e embebessem a cada instante nossos corpos, onde o ambiente sempre remeterá a um campo de controle e dominação alheia.

São-nos impostas condições de existência que perpassa por todas as etapas e campos da vida, seja ela no campo das ideias e seu intelecto, como também, e principalmente, na construção da estabilidade vital corporal. Há uma ordenação

sígnica redimensionando a informação estética de tudo aquilo integrante do meio, em um ponto de inflexão para toda e qualquer tradução.

O movimento repercutido na feitura da dança nos lança para um lugar de novidades, possibilidades de outras condições corporais. O experimento desenvolvido com a interação da dança conduz o corpo no desembocar de sensações. A arte encaminha os enlaces das emoções.

Quando colocamos o corpo para experimentar movimentos pensados, proposta com estímulos diversos, chegamos a um lugar de percepção diferenciada. Mesmo que no início a atividade comece de forma moderada, com movimentos simples, como por exemplo, em um pequeno alongamento, sentimos que temos que empregar uma energia atenta e consciente para a feitura daquela proposta.

Cada corpo responde de um determinado jeito, uns mais aptos para a atividade, outros com suas junções articulares menos trabalhadas e por isso ainda não tão alongadas. Contudo, o mais importante era o entendimento de que naquele momento estaríamos fazendo movimentos com o corpo de maneira consciente para obtenção de um resultado a princípio físico, para depois, no decorrer da experiência e do lapso temporal de permanência da oficina, poder chegar a outras sensações e/ou, condições corporais.

O intuito no início era conquistar aqueles corpos para se dispor de preconceitos para, no futuro, expor suas emoções na feitura da arte da dança.

Na sala de aula, poderíamos perceber na chegada dos alunos uma atmosfera pesada, todos em fila, com mãos para trás, escoltados por seguranças nos lados. Isso era o trajeto feito pelo mesmo até a chegada à sala da oficina de dança. Logo, questionei sobre a real necessidade desse contexto tão humilhante. E, para minha surpresa, os coordenadores responsáveis diziam que era para manutenção da segurança não só dos próprios, mas também de quem lá estava.

Existia um clima de rivalidade na casa – celas dos adolescentes que lá viviam. Sempre ocorreram brigas e lutas corporais entre eles. O estado era de alerta 24 horas. Seguranças e coordenadores prontos para agir a qualquer momento. Como estava dentro de um estabelecimento que precisa seguir regras rígidas para se sustentar, envidei esforços para acompanhar, no início, todo o protocolo até quem sabe no futuro poder de alguma maneira desconstruir essa prerrogativa tão perversa.

O espaço da instituição era perfeito para diversos estudos, muitos estudiosos de diversas áreas estavam lá para seus estudos acadêmicos, tais como: psicólogos, terapeutas, advogados, etc.

Como é uma instituição que cuida de adolescentes, assegura a lei para eles imposta pela nossa constituição, não poderei em momento algum falar dos alunos de maneira direta ou mesmo mostrar fotos e relatórios com qualquer tipo de identificação.

Contarei toda a experiência lá vivenciada através do diário de bordo que fiz, desde a primeira aula, até o momento da minha saída para a entrada de um professor concursado para o cargo de professor da oficina de dança da instituição. O que para mim, foi uma grande e agradável surpresa. Poder deixar o legado da experiência com um trabalho continuado e que se faz até os dias atuais.

O professor que hoje está ministrado às aulas de dança teve seu primeiro contato com a arte, dentro da própria instituição FUNDAC, como adolescente aluno, e que depois da sua medida sócioeducativa, se desenvolveu na área da dança e se fez professor, voltando para o mesmo lugar, agora como professor concursado. Além de hoje está cursando o curso de dança na UFBA, onde por mim fora estimulado logo de quando o conheci.

Relatos e tratos das aulas a seguir, mostrarão como o trabalho de dança fora pensado e desenvolvido com os adolescentes da FUNDAC.

6.2 Relatos e reflexões das aulas, um breve diário de bordo das mais importantes passagens experienciadas

Após insistências burocráticas e reuniões pautadas no meu interesse de lavar a dança, por meio de uma oficina para os adolescentes dentro da (CASE) e CIA, o diretor da FUNDAC, Sr. Marcos Magalhães, sinalizou a necessidade de essa atividade ser na unidade do CIA, pois acreditava que não apenas pela falta de uma oficina relacionada à dança, mas também pelo espaço físico arquitetônico da instituição, no CIA eu teria uma sala mais ampla para dar aula e um pequeno anfiteatro, com acesso a um pequeno camarim que poderia ser bem utilizado.

Com interesse de ambas as partes e contando com o aparato legal e mesmo funcional da proposta, iniciei a oficina no dia 02 de fevereiro de 2012, denominada Oficina do Corpo. Inicialmente foi difícil inserir a palavra dança como codinome para essa oficina. Os próprios coordenadores ficaram receosos de implementar o nome dança como chamariz principal para aquela atividade, pois como já foi anteriormente informado, existem divisões entre instituições que cuidam de meninos e de meninas. São separadas, estrategicamente, para que não haja de certa forma problemas na esfera sexual desses adolescentes alojados. Logo, como no meu caso em específico, na unidade do (CASE) e CIA, apenas existem meninos alojados que participaram da oficina, os quais poderiam, por desconhecimento e preconceito, se eximir de participar da atividade.

As oficinas eram realizadas todas as quintas-feiras durante aproximadamente 01 hora para cada grupo. Esses grupos eram divididos a partir das casas (celas) alojamento dos adolescentes. A fim que se entenda melhor essa distribuição, a CASE e CIA conta com seis casas (celas), com metragem média cada uma de 80 m², distribuídas com quartos amplos, sala de sol, banheiros, sala de TV e um quarto menor e mais fechado denominado cela de isolamento que é utilizado nos casos de necessidade extrema, *ultima ratio*⁴³, que se configura quando o adolescente comete algum ato infracional dentro da unidade ou comete ato incompatível com a conduta devida na instituição.

Normalmente, esses casos de isolamento ocorrem quando o educando parte para agressão física para com outro interno, ou mesmo, quando essa agressão é oriunda do próprio adolescente em práticas destrutivas – autoagressão. Da minha

⁴³ Ultima ratio: Uma espécie de ultima medida. Ocorre quando não há mais condições aplicação das práticas e métodos convencionais. No Direito Penal também conhecida como o limite máximo de atuação do Estado para fazer valer a lei.

experiência pessoal dentro da casa, que foram de aproximadamente 03 meses, acompanhei casos de adolescentes tentarem contra a própria vida, cortando seus pulsos utilizando material encontrado nas celas, dentre os quais pedaços de lajotas, azulejos que ficavam nas paredes da casa, como na área de serviço e banheiros.

Houve também um ocorrido em que um adolescente foi queimado. O incidente foi provocado pela queima de um colchão. Neste caso, ocorreu a necessidade de uma investigação policial (inquérito) para a verificação da causa. Precisava ser apurado a materialidade do fato ocorrido, autores e responsabilidades pois, a princípio, foi um acidente e o próprio adolescente, sem querer, botou fogo em seu colchão.

Contudo, todos os casos de tentativa de suicídio foram minoradas não ensejando em morte, até porque, todas essas instituições contam com uma unidade de saúde na qual profissionais como médicos, enfermeiros e psicólogos. Contudo, esses profissionais deveriam estar presente o tempo necessário para o cumprimento do direito estabelecido na lei obedecendo assim a prerrogativa que esses adolescentes tenham uma passagem cidadã, no período do cumprimento da medida socioeducativa.

Não obstante, cabe salientar que mesmo sendo remunerados pelos cofres públicos, pois são de fato funcionários públicos, esses profissionais deveriam trabalhar 30 horas dentro da instituição, prática essa que não era vista, quiçá cumprida. Faltavam médicos suficientes para o atendimento dos adolescentes e estes, precisavam esperar o dia ou o horário que os profissionais estavam no atendimento.

Para minimizar, a problemática relativa a saúde e bem estar dentro da instituição, reformas foram feitas no âmbito arquitetônico funcional, retirando materiais dos alojamentos que pudessem ser utilizadas pelos menores como armas, com o intuito de se evitar incidentes futuros. Todavia, reformas fossem notórias e necessárias para melhor funcionamento da casa, a redistribuição dos adolescentes para outras casas e ou alojamentos faziam com que acontecesse uma problemática ainda maior: “A negociação do poder entre as tribos⁴⁴”. Para melhor esclarecimento, essa chamada negociação entre os adolescentes, devemos pontuar critérios e tratativas organizacionais da instituição.

⁴⁴ Seria uma espécie de luta por todas as vias pelo domínio do poder dentro da instituição. Onde os ditos líderes conduziam uma política hostil de manipulação com os demais colegas de cela.

Para cada casa (alojamento) são inseridos de 08 (oito) a 15 (quinze) adolescentes infratores. São também disponibilizados pelo menos dois profissionais educadores-cuidadores chamados de monitores que passam 24 horas em revezamento dentro das casas no acompanhamento desses adolescentes. A própria constituição federal e o ECA preveem essas regras.

Cabe então da necessidade real dos adolescentes precisarem de acompanhamento monitorado por essas pessoas treinadas e preparadas para lidar com situações que envolvem não apenas força física, para neutralizar possíveis rebeliões, mas principalmente, condição de neutralizar, apaziguar momentos de tensão dentro das casas, com aporte no campo da psicologia e educação.

Como dito acima, a tal “negociação do poder entre as tribos” ocorria quando verdadeiros clãs eram formados pelos adolescentes nas casas, onde cada cela possuía uma espécie de líder que conduzia uma atmosfera de tensão, medo e regras no convívio diário na casa. Era conduzida por eles de maneira quase que invisível aos olhos dos menos atentos, contudo, ao me aproximar mais do convívio com os adolescentes pude perceber, com nitidez, toda essa carapuça enraizada nos moldes do poder. Poder esse que podia ser proveniente, em certa medida pelo mais forte, ou mesmo por aquele que possuía uma família com condição financeira melhor e que por isso, poderia proporcionar ao grupo, guardadas as proporções, lanches e artefatos novos, tais como: lanches, roupas, material de higiene, CDs e outros meios de divertimento dentro da casa.

Contudo, o que mais me chamou a atenção foi perceber que mesmo um desses meninos assinalados como de um maior poderio econômico, ou força física na coação para com os outros, aqueles que, cumpriam medida socioeducativa por analogia aos crimes não só de homicídio, mas também o de tráfico de drogas, os quais, na maioria dos casos, eram os chefes da quadrilha, possuíam por si só a condição de domínio entre os outros. Na maioria dos casos, eram adolescentes que tinha maior grau de instrução e que por conta disso, conduziam os outros adolescentes em um estado de coação intelectual perversa, que se fazia líder pela falta de instrução educacional do outro.

Pelo que vivenciei e descrevi nestas poucas linhas, posso afirmar que a realidade nessas instituições são complexas e devem ser observadas com cuidados extremos. Tratar de adolescentes em situação de risco, ou já de fato impregnado na realidade do crime, é um trabalho hercúleo e delicado ao mesmo tempo e que

deve ser conduzido de forma primorosa por aqueles que se dispõem a lidar diretamente em seu ambiente e realidade. O que vi muito é que quase ninguém quer trabalhar dentro de um alojamento para menores infratores. Os profissionais da área de educação, por exemplo, que lá lecionam são professores da prefeitura de Salvador concursados. Logo, quando locados para esse tipo de instituição, falam de imediato que não querem correr o risco de trabalhar em uma instituição que acolhe “criminosos”, como são denominados pela massa da nossa sociedade.

Muitos desses professores assumem a vaga por falta de alternativa e não porque querem ou desejam passar por uma experiência delicada e diferente da normalidade. Então, esse contingente profissional é sempre trocado, remanejado, e não se consegue ter uma adequada e necessária manobra metodológica educativa para que se dê continuidade nos estudos.

Algumas turmas ficaram sem aulas por falta desses profissionais e pela espera burocrática dos editais convocatórios. Apenas para ambientar o leitor para essa realidade, podemos citar a greve dos professores da prefeitura, ocorrida no mês de março de 2012, em Salvador. Neste caso específico, os alunos ficaram sem aula durante 17 dias, nos quais tiveram que ficar nas celas trancadas nos horários das aulas.

Com a falta de professores, os alunos da mesma faixa etária e que não se encontravam nas instituições, preenchem o tempo ocioso indo às praias, brincando com seus pares na vida social, aparentemente “normal”, longe do encarceramento. Em contra partida, os adolescentes das instituições ficavam neste “tempo livre” (greve), alojados nas casas. Ficavam literalmente trancafiados nas celas o tempo que deveriam estar nas salas de aula, não diferenciando-os em nada de criminosos condenado pelo Direito Penal e a medida socioeducativa perdendo toda a finalidade.

Fruto do problema supracitado surgiu, por parte dos coordenadores da instituição FUNDAC, a extrema necessidade de liberar esses adolescentes das celas, através de atividades extras e mesmo com organização de torneios, campeonatos esportivos para que os educandos pudessem assim, extravasar suas energias, canalizando seu potencial para produções positivas e frutíferas.

Para iniciar a oficina na FUNDAC, ocorreu uma reunião com os coordenadores para saber de como seria minha performance na casa, onde iria poder realizar as aulas e como seria distribuído a quantidade de alunos nas salas. Uma das colocações importantes da reunião foi em relação à minha condição como

professora, já que tenho uma aparência jovem e por isso poderia ter algum tipo de problemática com os alunos por conta da idade e, sem dizer das condições desses jovens dentro de celas sem sair, ou mesmo poder ter uma relação no campo da sexualidade. Teria que ser feito uma pequena revista na portaria sempre na minha chegada à instituição. Essa revista era super branda e respeitosa feita pelas policiais do recinto.

Como bacharel e operadora do direito, professora e cidadã, percebo e acho de bom grado essa tratativa com todas as pessoas que entram e saem dos alojamentos da FUNDAC. Circunstância necessária para coibir possíveis extravios ou quem sabe a entrada de materiais não apropriados para os jovens da instituição.

A alerta maior durante a reunião foi referente ao meu case de CDs, alertado pelos seguranças, pois poderia se tratar de algo perigoso para uma possível tentativa de rebelião, já que o CD é feito de um material rígido que, se quebrado, poderia servir como objeto cortante e altamente perigoso em uma situação de descontrole e briga dos educandos. Ao mesmo tempo, fiquei altamente feliz quando foi relatado que, mesmo com essa preocupação por parte da segurança que os meninos ainda não tinham, até aquele momento, se atentado para essa possibilidade de arma. Estava na FUNDAC acontecendo alguns ajustes nas condições de manejo com os internos para um melhor uso da parte de infraestrutura da CASE, assegurando-lhes a entrada e saída dos mesmos no interior da instituição por parte dos seguranças para um melhor controle e prevenção de incidentes.

Era comum há anos, os familiares e amigos dos internos levarem CDs para presentear os jovens nos dias de visita e nas datas festivas da FUNDAC. Nunca houve registro de acontecimento de periculosidade a respeito dos CDs que ficavam nas casas – celas dos jovens. Saliento que dentro das casas havia uma TV e um aparelho de DVD que poderia servir para uso de som na casa. O qual era o mais utilizado pelos jovens nesses meus meses de experiência na instituição.

Era a maior diversão entre eles, ocorria até competição entre as casas – celas para qual das casas o som era o mais alto e mais divertido. Divertimento à parte, os profissionais ligados à equipe de psicologia e pedagogia da FUNDAC estavam tentando, de certa maneira, fazer uma intervenção educacional para orientar os jovens sobre as músicas escutadas por eles, como seu conteúdo e sobre a altura do som. Tinham músicas de todos os gêneros e gostos. Alguns clãs evangélicos, contrastando com músicas populares do gênero do axé, pagode e funk.

Com muito cuidado, achei pertinente, pelo menos à priori, que alguns dos seguranças, assim como alguns dos professores acompanhantes também pudessem estar na sala durante as aulas para uma promoção de um ambiente mais tranquilo e sem muitas mudanças da rotina dos educandos, já acostumados com seus professores acompanhantes.

Então, foi iniciado um procedimento interno dos profissionais para propagar a novidade de mais uma oficina, a de dança, ou melhor, oficina do corpo, como intitulada na condição de não estranhamento dos jovens para a nova professora de dança, já que sendo mulher e jovem, possuo um arquétipo de pessoa branca, com cabelos claros e feições finas. Isso foi o que ouvi dos coordenadores da FUNDAC, na tentativa de passar uma ideia de uma possível rejeição – preconceito, por parte dos alunos, por conta da minha aparência.

Debati com os coordenadores sobre o assunto preconceito que quando ouvido de início causou-me estranheza. Nunca imaginaria que isso fosse mais um implicador negativo para o sucesso da oficina de dança.

A partir de um melhor entendimento e esclarecida sobre o assunto, deu-se que seria apenas uma possibilidade, talvez o que fora exposto poderia até acontecer o contrário, que pelo meu biótipo, distinto da grande maioria dos internos, os meninos fossem até mesmo curiosos e ficassem tentados a participar da oficina por conta da curiosidade, de enxergar alguém com uma nova proposta e iniciativa diferente do que eles estavam já acostumados.

Além de tentar manter um ambiente sadio, pensei também na condição de convidar outros profissionais, de outras oficinas da própria FUNDAC, para que o processo das aulas de dança fosse correlacionado com os trabalhos já existentes nas casas. Com isso, fiz uma boa parceria com o professor de teatro. Foi feito também o convite para o professor de música, mais específico para o professor de percussão dos meninos, porém, infelizmente, este entrou logo em férias e não tive mais contato.

A necessidade de estimular esses meninos levando para eles a junção dos trabalhos de professores ligados à arte foi na tentativa de aproximar os jovens do sexo masculino para o universo da dança, sem preconceito.

Já na primeira aula, fomos para uma sala ampla, bem ventilada e arejada, ao lado do campo de futebol e da piscina. Essa sala fica livre para ser utilizada em atividades relativas às oficinas da FUNDAC. Fiquei altamente satisfeita com o

espaço físico que me foi disponibilizado, mesmo sem muita estrutura comum do profissionalismo da dança em relação a uma sala com espelhos, barras, ou mesmo um grande pé direito arquitetônico. A sala disponibilizada era realmente um enorme espaço, que permitiu a realização de um trabalho satisfatório e pleno.

As aulas eram executadas com grupos de 08 (oito) a 10 (dez) jovens, que eram trazidos pelos seguranças e seus professores acompanhantes de determinada casa – cela. Os jovens sempre em fila, com as cabeças baixas e com as mãos postas para trás, entrelaçadas, junto ao coxís. Na verdade, não pude, infelizmente, colocar mais jovens juntos ou mesmo misturá-los com outras casas. O cuidado era redobrado e sempre fiscalizado pela equipe de seguranças da unidade, o esquema com a segurança era totalmente revisto e planejado a cada movimento deles fora das casas.

Na chegada dos alunos na sala, encontrava-me pronta à espera, com roupas de malhas bem folgadas e pouco chamativas, com um som de médio porte e minha coletânea de músicas para a oficina. Eles entravam cada um da sua maneira e tempo. Colocavam-se em disposição na sala. Alguns poucos não queriam à principio entrar na sala, ficavam na porta do lado de fora, observando o ambiente e percebendo a reação dos outros no espaço.

Muito interessante era perceber como cada um deles possuía uma condição corporal, alguns, em grande maioria, mais magros, outros com um corpo mais forte e alguns outros, em minoria, com problemas de ordem física. Estes últimos apresentavam deformações corporais pelo próprio passado criminal, eram jovens que tinham se envolvido com brigas, tomado tiros em disputas de gangues e também pela condição de uso de drogas. Muitos possuíam uma saúde frágil. Apresentavam problemas cardíacos, pulmonares e respiratórios.

Dentre a idade dos jovens, a soma massa possuía na média de 16 anos, mas, tinham caso de jovens com menos idade, como 14 anos. Eram divididos em celas a depender da idade, pois se acredita na maior facilidade para controle já que não apenas fisicamente, mas também, mentalmente possuiriam uma média equivalente.

Houve um dia no qual solicitei para que um dos alunos no momento do exercício de aquecimento (abdominal) elevasse seu tronco mais alto e com maior rapidez. Daí, ele para não demonstrar fraqueza e ser apontado no grupo como fraco esforçou-se com presteza para praticar o pedido por mim. Logo, pude perceber um esforço extremo e descabido daquele jovem em continuar o movimento. Notei sua

respiração ofegante e sua pele avermelhar com facilidade. Quando de pronto interrompi aquele exercício e os conduzi a um momento posterior de relaxamento corporal.

Naquele momento comecei a perceber que teria que tomar muito cuidado com aqueles jovens porque cada um possuía um histórico de vida corporal diferenciado e que, mesmo sendo jovens com pouca idade, e aparentemente saudáveis, não estavam acostumados a fazer aquele tipo de exercício. Além de tudo, como ficavam confinados dentro das celas, não tinha muita liberdade corporal para exploração natural do seu corpo. Aqueles jovens estavam sendo privados de liberdade, de espaço e de livre exploração com o meio. Muitos não possuíam uma boa condição física porque não exploravam seu corpo fora das celas, mesmo tendo na instituição aulas e oficinas relacionadas a esportes.

A instituição FUNDAC possuía um campo de futebol, área verde, um pequeno anfiteatro, um médio ginásio poliesportivo e piscina. Todos esses espaços eram utilizados por eles, mas, em pequena escala e por pouco tempo, já que tinha que ser administrativamente planejado o tempo de uso para cada uma das celas e informado quais dos profissionais estavam dispostos à acompanhar esses jovens nessas atividades. A maioria do tempo dos internos ficava ocioso.

Lembro-me do dia em que um jovem, ao sair da cela em direção a minha sala de aula, burlou os seguranças e passou direto da entrada da sala em direção à piscina que ficava ao lado, assim feito, pulou na piscina com roupa e tudo. Os seguranças ao perceberem a falha, rapidamente correram para tirar o jovem de dentro da piscina, o qual prontamente falou, ou melhor, esbravejou para com os outros jovens e presentes àquela cena: “é um absurdo não podermos usar a piscina que temos por falta de professor de natação”.

Procurei então me informar depois do ocorrido a motivação do aluno e sua fala naquela tentativa de liberdade e de chamar atenção. Os coordenadores relataram que o profissional destinado a trabalhar com os jovens na piscina estava de atestado médico e já estava sem ir à instituição há mais de um mês. Depois do esclarecido percebi que, mesmo uma instituição seria e com bons profissionais, tinha lá seus momentos de falhas, descumprindo nesses momentos, leis impostas para ajudar os jovens necessitados de cuidados reais.

A perspectiva de quem adentra àquela instituição com olhos envolvidos nos escritos da lei acredita que tudo que está disposto funciona e acontece de pleno

poder. Porém, tristemente, o que ocorre lá dentro é bem diferente das escrituras da lei.

Com olhos mais sensíveis, pude perceber que, às vezes, o que falta não é apenas a verba pública, a falta de higiene sadia, a falta eventual do profissional, diminuindo o contingente de pessoal na tratativa diária dos jovens em suas atividades fora das celas, e até mesmo dentro delas. A falta é, sem querer ser conclusiva e impetuosa, de iniciativa de alguns dos próprios profissionais que trabalham com esses jovens.

Certa vez um dos professores das oficinas me disse a seguinte frase: “Não adianta tratar bem esses jovens criminosos, deixá-los mais livres na casa, se os próprios, em sua maioria, não nos respeitam e tampouco às atividades que preparamos para eles”. E, depois dessa fala, ainda concluiu: “Vagabundo não tem jeito não! São raros aqueles que vão sair daqui e prestar para alguma coisa lá fora”.

Trago à tona esse relato porque acredito que precisamos situar o leitor interessado na pesquisa à realidade que existe, nem sempre positiva e produtiva, mas, por vezes, desacreditada para quem diretamente trabalha com esse público. Por outro lado, posso citar também, outros relatos e iniciativas de profissionais que lá exercem seu trabalho, de maneira primorosa e com afinco, acreditando na possibilidade de transformação desses jovens.

Um fato curioso ocorreu quando uma professora da escola que funciona dentro da instituição foi transferida para outra escola, depois de mais de quatro anos trabalhando na FUNDAC. Um dos alunos gritou fervorosamente: “Por favor, me tira daqui (cela), preciso me despedir da minha professora”. Prontamente atendido seu pedido, seguranças o conduziram para o corredor e o deixaram abraçar e se despedir daquela professora. Profissional essa que realmente possuía um gosto bem especial no trato com esses alunos, alguém que radiava felicidade e sempre propagava mensagens positivas que impulsionavam seus alunos para um futuro distinto daquele experienciado na FUNDAC.

Daquele dia em diante, tive a certeza que uma palavra amiga reconfortante fazia uma diferença enorme quando alinhada à esperança de apostar em uma positiva transformação daqueles jovens necessitados de tudo, principalmente de uma chance, uma oportunidade, um olhar de confiança sério e que motivasse o mais desesperanço dos internos.

Um outro momento interessante na pesquisa foi durante a páscoa, quando levei chocolates para todos os educandos nas celas. À princípio todos queriam ganhar os chocolates, fui muito bem recebida nas celas. A maioria queria tomar banho antes da minha chegada nas celas, arrumaram seus pertences pessoais e deixaram o ambiente mais confortável. Infelizmente, houve um que possuía um problema neurológico intenso por conta das drogas e nesta atividade ficou bastante abalado. Um outro, estava dentro da cela – separada, local reservado para os adolescentes que já dentro da instituição cometesse algum delito ou agressão descabida nas regras institucionais. Este jovem não queria ganhar os chocolates da mão do segurança, estava desolado e muito revoltado com sua condição. Neste cenário, pedi para o chefe da segurança para eu mesma levar o chocolate para o aluno. Foi uma preocupação para os segurança, mas, sabido do meu bom relacionamento para com os alunos me permitiram o feito. Tudo ocorreu bem, o adolescente me agradeceu e foi extremamente solícito à minha presença.

São inúmeros os relatos por mim vivenciados na FUNDAC que, por si, já daria um livro e fugiria do contexto de um trabalho de cunho científico. Impossível citá-los aqui. Logo, foram escolhidas algumas passagens importantes e pontuais para trazer como exemplo da experiência com esses alunos no seu dia-a-dia.

Trago abaixo, relatos de algumas aulas realizadas. Foram escolhidas: a primeira aula – demonstrando o primeiro contato como professora com eles; E como estratégia, escolhi também, mais duas aulas, no meio do tempo da oficina na FUNDAC, sendo assim, posso demonstrar o processo de atuação e reação da oficina; Por fim, uma das últimas aulas ministradas.

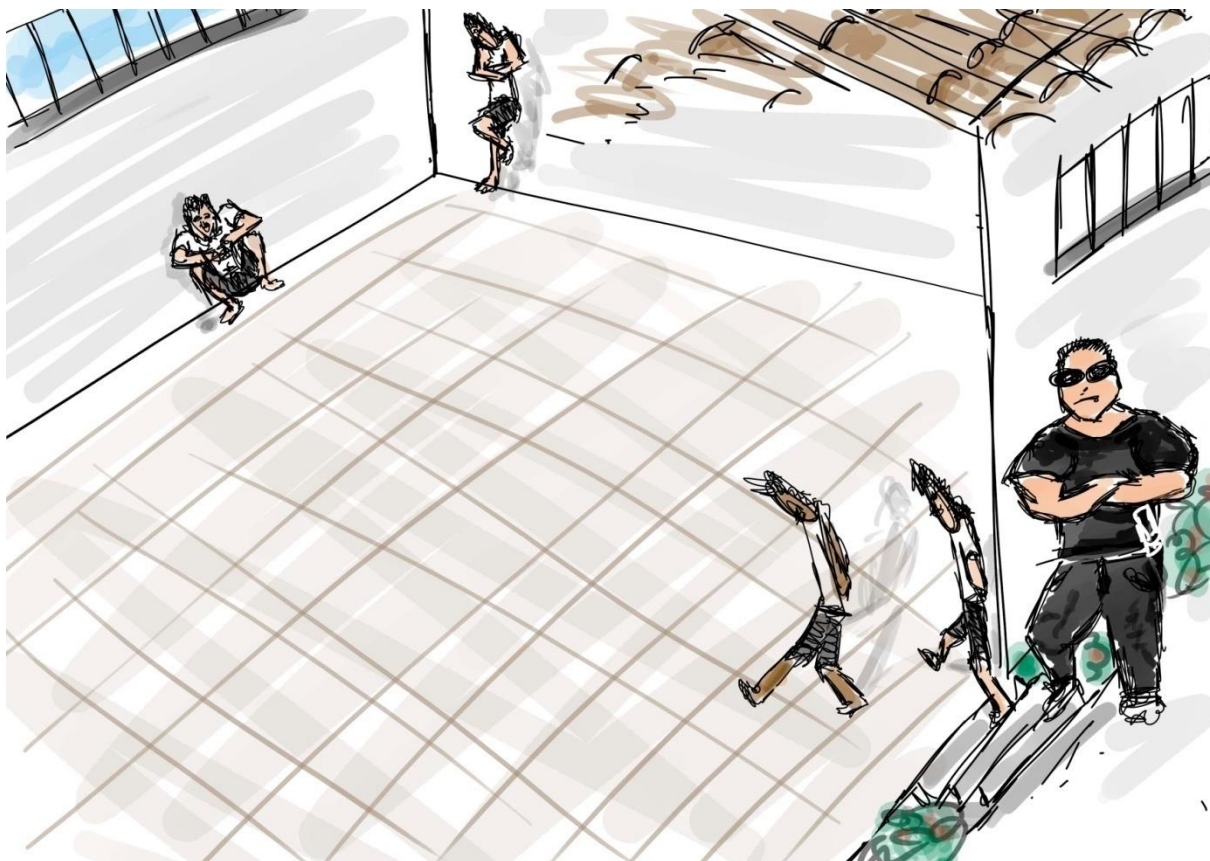
A seguir, exponho algumas caricaturas, desenhadas pelo artista caricaturista Enoc Lopes de algumas das fotos tiradas por mim durante a oficina, que não podem ser aqui postas, para proteção da identificação e cumprimento dos direitos estabelecidos pelo ECA.

São fotos que tentam demonstrar a evolução da condição dos corpos dos adolescentes trabalhados na instituição.

AS CASAS E SEUS INTERNOS:



DAS EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DAS OFICINAS:



DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2012 - Primeira aula da oficina de corpo com os educandos da FUNDAC Cia.

Os alunos entram na sala conduzidos pelos seguranças. Para esta atividade foram 10 (dez) jovens da casa 05 (cinco), com idades entre 14 e 16 anos. Essa casa possuía os internos mais jovens da instituição.

A maioria entrou na sala e falou: “bom dia!”, já outros não responderam ao meu bom dia. Uns me encararam, outros nem levantavam as vistas, permaneciam com a cabeça voltada para baixo.

Todos foram em direção ao fundo da sala e para as laterais da mesma. Geralmente ficavam sempre juntos uns dos outros, de modo que, aparentemente, demonstrava certa intimidade e cumplicidade do grupo.

Apresentei-me como a mais nova integrante do grupo de oficinas da FUNDAC, como professora voluntária. Discorri sobre meu currículo e experiências profissionais, falei onde trabalhava, com o que trabalhava e que, além do meu interesse como professora de dança, também era estagiária de Direito e que tinha

trabalhado em defesa de muitos ali, por conta do meu estágio, na Defensoria Pública do Estado.

No decorrer de minha fala, pude perceber que muitos começaram a se atinar com o meu discurso e demonstrar interesse para o que estava sendo posto. Sentir-me bem feliz com esse primeiro contato, pois não fazia idéia de como eles iriam reagir quando entrassem na sala. Neste conforto, dei continuidade à minha apresentação e falei mais da intenção daquela atividade de corpo – dança com eles. Muitos riam quando a palavra “dança” foi dita, diziam que não sabiam dançar e que não tinham jeito para a coisa.

Tentava conduzir a conversa inicial com eles de forma branda e tentando trazê-los ainda mais para perto de mim. Tentei deixar o ambiente leve e demonstrava o quanto seria interessante eles participarem da atividade. Olhava o relógio e percebia que como só tinha uma hora com cada grupo tinha que conduzir aquela aula para uma experiência real de movimento, mesmo que *à priori* fosse para quebra da vergonha e aproximação do grupo comigo.

Notadamente sabia que a fala naquele momento inicial era de suma importância por conta da minha apresentação para com eles, iniciei um processo de fala juntamente com movimento, pedi para que todos se colocassem em círculo e dessem as mãos, eles olhavam com estranheza o pedido, davam muitas risadas e conforme eu conduzia o pedido, me aproximava ainda mais de seus corpos. Alguns foram de pronto para o círculo, já outros se esquivavam e continuavam nos cantos das salas de uma forma estética surpreendente: de cócoras, com o corpo baixo e a cabeça juntamente com o olhar sempre para baixo, olhando o chão de forma serviu e reclusa.

Chamou-me atenção às formas de como eles se prestavam com o corpo. Pensei de início que aquele comportamento era de certo pelo costume subserviente e ao mesmo tempo, arredo, de muitos ali presente, não só pela forma como eram tratados pelos seguranças nas celas, mas também pelo espaço físico que ocupavam nelas.

Não quis forçá-los a nada, tentei conduzir a primeira aula colocando-me como amiga e parceira deles naquela experiência. Então, depois de muita fala e esforço, consegui colocar todo aquele grupo de pé e de mãos dadas, formando assim um grande círculo na sala. Ao fazer isso, percebi que alguns, mesmo depois da ida à

roda, tentaram se esquivar da mesma e saíram do grupo, largando a mão dos colegas.

Pude perceber que trabalhar com adolescentes é um trabalho que convém dedicação, paciência e amor pela causa e até acima disso, fruto da própria experiência em trabalhar com adolescentes que advinham de problemáticas diversas e distintos históricos de vida dura e desesperançosa.

Anteriormente já haviam me avisado que muitos daqueles jovens não gostavam de se tocar, por serem homens e levarem uma vida sem afagos e sentimentos maiores de amor de familiares e social, não permitiriam que os outros colegas lhes encarassem ou lhes tocassem, por conta de problemáticas relativas à sexualidade.

Ainda assim pude dar continuidade com aqueles que ficaram na roda de mãos dadas e iniciei um trabalho de aquecimento com eles. Trouxe para eles a necessidade de aquecer o corpo para começarmos o trabalho, tive que trazer à tona algo que eu pudesse, como analogia, construir da realidade e da aceitação dos mesmos, quando, exemplifiquei aquele aquecimento juntamente com movimentos de alongamento lançando a ideia dos treinos dos jogadores de futebol que fazem esses exercícios com naturalidade e necessidade para um bom trabalho e potência física relativa ao seu trabalho. Com isso, todos compreenderam e até mesmo comentaram que dançar iria trazer benefícios para fortalecimento de seus corpos.

Quando então, depois dessa fala e experiência, solicitei que soltassem as mãos e inspirassem fundo erguendo seus braços em direção do teto, para depois, ao expirarem, soltassem seus braços e inclinassem seus corpos para frente fazendo uma flexão da coluna finalizando com as mãos no chão. Foi dessa experiência que ouvi da maioria que isso seria coisa de “viado” (homossexual), se prostrar inclinando seu corpo e evidenciando suas nádegas para os outros participantes.

Dessa experiência, muitos saíram da roda, riram e se cutucaram com deboche por aquela posição corporal (flexão do tronco – mãos no chão e as nádegas mais exposta a cima), eles lidavam com muita estranheza. Pude perceber que teria que ser rápida nas alternativas e também tinha que conduzir aquela experiência corporal com eles de uma maneira dinâmica, leve e divertida. Porém, com muita seriedade e até mesmo com firmeza quando algo saísse da normalidade.

Os corpos desses meninos possuíam muitas escrituras corporalizadas de diversas experiências negativas e desestimuladoras, corpos fechados à experiências

novas pois, estavam predestinados e condicionados à tratar seus corpos com frieza e descontentamento.

Esses jovens sofrem abusos e violências mesmo possuindo a assistência de profissionais qualificados e dispostos dentro das celas com eles monitorados 24h (vinte e quatro horas), ainda assim, acontecia momentos de abusos sexuais, estupros, ou mesmo, por conta de necessidades fisiológicas, permitiam serem usados pelos outros parceiros nas celas. Ocorriam muitos casos de surto de doenças sexualmente transmissíveis na casa, por conta dessa lastimável situação.

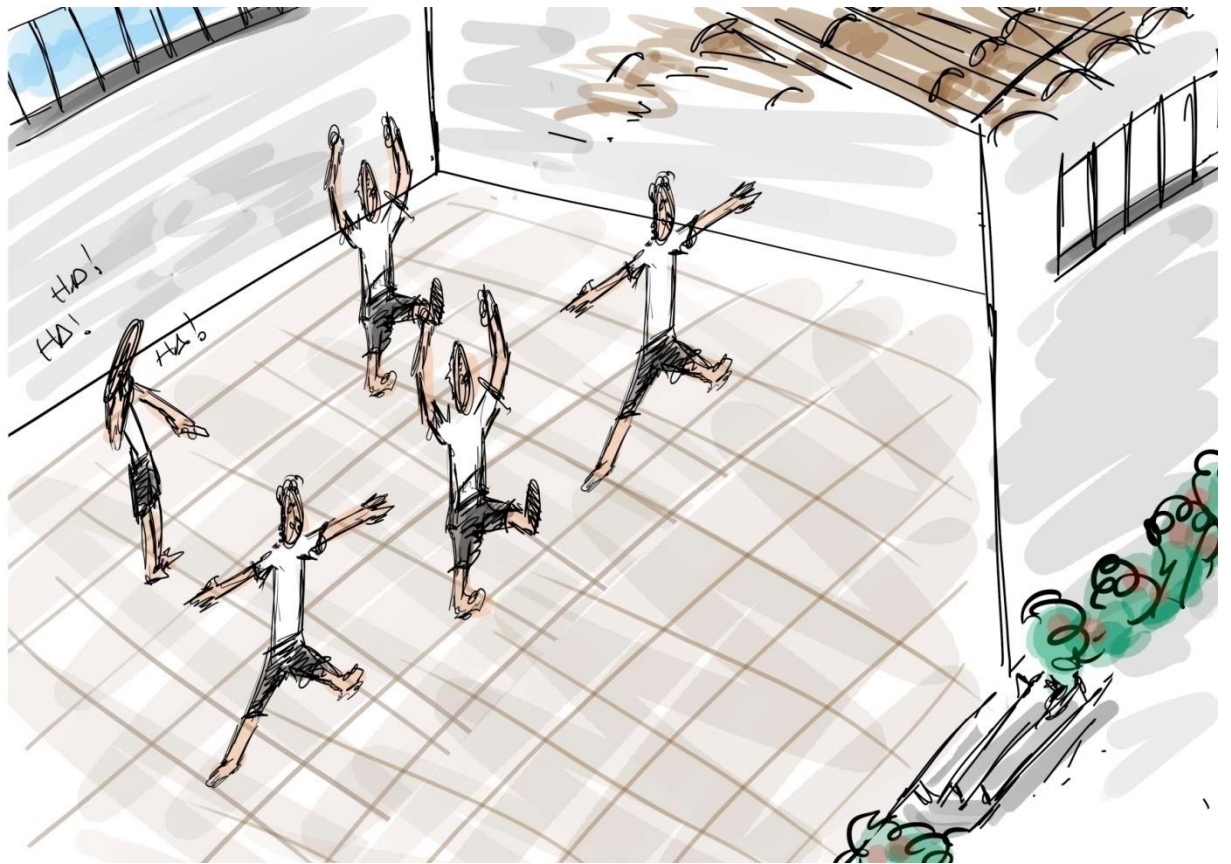
Reza a lei que adolescentes não possuem a regalia de terem visitas íntimas, assim como acontece com os adultos que ficam detidos nas penitenciárias de todo o Brasil. Muitos estudiosos defendem que por serem jovens, não possuem total discernimento de sua vida sexual e que, se dispusesse desse tipo de regalia na FUNDAC, a integridade física e moral desses jovens estaria sendo posta em risco. Por outro lado, podemos dizer que se fosse também algo estudado e posto de maneira educativa e consciente, poderia diminuir os abusos que ocorrem nas celas entre eles, e também diminuiria o risco de doenças sexuais nestes casos.

Quando trabalhei na Defensoria Pública, na 2ª Vara da criança e adolescente, o juiz titular da Vara dizia quando questionado pelos coordenadores da FUNDAC se a própria instituição poderia ceder para esses jovens camisinhas – preservativos, para que assim, os surtos de doenças pudessem diminuir evitando maiores transtornos futuros.

Contudo, mesmo depois das pertinentes explicações dos coordenadores em seu discurso com o juiz, o mesmo sempre dizia não e contestava que aquela iniciativa poderia conduzir a uma proliferação descabida da libido sexual dentro das celas, prejudicando todo o andamento das medidas socioeducativas ali prestadas.

Difícil é adentrar nessa seara polêmica. Ambas as partes possuem boas e salutares defesas para seus pensamentos. Pensamentos estes que tratam de vidas humanas dentro da filosofia do direito maior assegurado pela constituição e pelo Estatuto – ECA, os quais tratam de indivíduos em peculiar condição de desenvolvimento.

DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2012 – 4ª aula



A rotatividade e suas nuances: Trazendo para a perspectiva real da dinâmica passagem desses jovens na casa, posso dizer que muitos estão na casa há mais de um ano, pois para que sejam internados na instituição os crimes em analogia por eles cometidos devem ser de alto grau de desaprovação penal, pois os crimes de menor periculosidade são revertidos para penas alternativas, tais como prestação de serviço comunitário entre outros, não havendo a necessidade real de confinamento. Geralmente são muitos casos de homicídios e latrocínio, normalmente ligado ao tráfico de drogas.

Sob a luz do ECA, esses jovens geralmente passam na casa em torno de um à três anos, sendo que, compulsoriamente, precisam por lei sair após completarem a quantidade de tempo permitida, que é de até três anos de internação. É rotativo esse contingente, pois como existem outras casas de alojamento não só em Salvador, mas também em alguns poucos interiores da Bahia, a depender da necessidade peculiar do histórico de cada causa relacionada àquele jovem em específico, alguns são postos a cumprir a medida socioeducativa em outras casas, na verdade podem ser transferidos para outras unidades da FUNDAC.

Com isso, ocorre casos de rotatividade de jovens nessas casas, alguns acabam saindo por terem já cumprido com sua medida, outros são transferidos geralmente por casos de agressão, de problemas de adaptação com os outros internos, ou mesmo por conta de sua família e ou responsáveis morarem em outras localidades das casas que inicialmente entraram para cumprir suas medidas.

Um fato curioso e que chama bastante a atenção ocorreu na 4ª semana de aula, quando um novo jovem infrator adentrou à casa. Foram todos, como de praxe, conduzidos para a oficina de corpo – dança, no dia 23 de fevereiro de 2012, quando inesperadamente para mim, surge um adolescente novo interno. Procurei me identificar e também procurar saber sua identificação e anseios para aquela oficina, já que, nenhum adolescente é obrigado a participar das oficinas. Quis saber se era de livre e espontânea vontade daquele jovem em estar naquela sala de aula com os demais. E, para minha surpresa, ele realmente já sabia do que se tratava aquela oficina e que seus parceiros da cela já tinham lhe contado a respeito e o convidado para participar.

Percebi que os jovens já estavam de fato comprometidos com a oficina e transmitindo informações positivas a respeito de suas experiências vivenciadas na aula. O trabalho da propaganda de boca a boca foi realizado de uma maneira tão positiva que até outros jovens, que não estavam inicialmente vindo para a oficina, começaram a pedir para participar.

Para melhor entendimento do funcionamento dessas oficinas na FUNDAC passo a informar quais profissionais trabalham lá e quantas oficinas a instituição oferece:

OFICINA DE MÚSICA – PROFESSOR DE MÚSICA

OFICINA DE JARDINAGEM (HORTIFRUT) – PROFISSIONAL ESPECIALIZADO

OFICINA DE CORPO – DANÇA – PROFESSORA DE DANÇA

OFICINA DE CELIGRAFIA - PROFISSIONAL ESPECIALIZADO

OFICINA DE INFORMÁTICA – PROFESSOR DE INFORMÁTICA

OFICINA DE TEATRO – PROFESSOR DE TEATRO

OFICINA DE PADARIA – PROFISSIONAL ESPECIALIZADO

OFICINA DE ARTES PLÁSTICA – PROFESSOR DE ARTES

Os jovens podem escolher até três oficinas para cursar, pois as mesmas não podem atrapalhar seu desempenho na escola ou mesmo tirar seu tempo livre. Tempo livre este que muitos acabam preferindo ficar dentro das celas dormindo ou assistindo TV, enquanto outros podem ter acesso a biblioteca da FUNDAC, a quadra de esportes, ao salão de jogos e, também podem, se no horário de seu tempo livre, o padre ou pastor da casa estiverem na instituição, fazer o atendimento que eles denominam de religioso.

Outra possibilidade que existe para esses jovens é receber visitas de seus familiares a qualquer tempo, mesmo quando existe um dia determinado que geralmente é aos domingos, alguns desses jovens que vieram do interior para cumprirem suas medidas na capital possuem familiares que moram longe, e logo, não podem ser dispensados quando se dispõem em visitá-los. Essa característica de que a qualquer tempo as visitas podem adentrar à casa está assegurado para esses jovens, no ECA.

Como vimos, são muitas as opções que esses jovens possuem dentro da FUNDAC. Porém, o que ocorre é que algumas dessas oficinas, por motivos diversos, nem sempre acontecem normalmente. Alguns dos profissionais responsáveis se ausentam por vários motivos, ou porque não existe verba suficiente para comprar o material para cada uma das oficinas acima citadas.

Na aproximação ao dia das mães, os adolescentes pediam que os coordenadores providenciassem o material da oficina de artes plásticas, que seriam papéis coloridos para poderem produzir o presente para as mães. Eram feitos por eles um tipo de origami de papel colorido, em formatos diversos, tais como: coração, caixas, cisnes, entre outros. Esse artesanato era produzido não só na sala de artes, mas também nas próprias celas no tempo livre.

Os jovens exigiam o material, pois estavam sem aula de artes há tempo e sem acesso aos papéis. Quando respondiam suas exigências, diziam que lamentavelmente a instituição não estava com verbas para compra desse material. Com isso, os profissionais que lá trabalhavam, fizeram uma espécie de cota pecuniária voluntária para compra desse material – os papéis, ensejando tranquilidade e felicidade para esses jovens no dia do evento festivo do dia das mães.

EXPERIÊNCIA DA OFICINA:

Dentro da sala de aula neste dia tinham em média 08 (oito) alunos, dentre os quais, um era novato. Depois de ambas apresentações iniciamos a aula com um alongamento, como já era de rotina. Durante o alongamento pedi para que os alunos experimentassem colocar as mãos no chão, formando um triângulo com o corpo sem que assim tirassem o calcanhar do chão, na tentativa de alongar toda a parte posterior da cadeia muscular.

Como pedido, todos nós estávamos experimentando o exercício quando o novato, que na época tinha 15 anos de idade, me perguntou: “Tia, o que é calcanhar?” No início pensei que fosse até um tipo de piada do mesmo, já que a palavra calcanhar não é desconhecida do campo do senso comum. Ao perceber que ele realmente estava com essa dúvida, parei o exercício e pedi para que todos sentassem e comecei a explicar alguns dos aspectos do funcionamento do corpo e seus nomes correspondentes. Pensei em levar para eles na próxima oportunidade um mapa corporal para que assim pudesse não apenas ensinar manejos do corpo, mas, oportunizá-los a um entendimento teórico-funcional do corpo.

A cada experiência vivenciada com eles nas aulas, aprendia mais e passávamos a ser parceiros uns dos outros. Meu papel naquele lugar não era da professora que apenas transmitia ensinamentos, ao contrário, estava tão imersa quanto eles na perspectiva de aprender outras manobras de ensino e percepção do funcionamento, não apenas da combustão do corpo na prática do exercício corporal, mas, e principalmente, aprender experimentando simultaneamente como podemos entender o funcionamento do corpo nos aspectos funcional, cognitivo e social. Estava adentrando uma esfera intimamente voltada para o novo quando proporcionava, junto com eles, um ambiente de experimentações corporais jamais vista ou mesmo permitidas por eles naquele momento de vida dentro da FUNDAC.

Nas aulas iniciais era difícil fazer com que eles se tocassem, mas com o passar do tempo, essa negativa já estava compreendida e resolvida entre eles. Não existia mais o medo no toque dos seus colegas e a própria atitude corporal de aceitação do outro ao seu lado era de emocionar.

DIA 15 DE MARÇO – 7ª AULA

Iniciamos sempre nossas aulas com uma boa conversa, de como eles passaram a semana e quais as novidades do fim de semana pós a visita de alguns pais, amigos e familiares. Era um momento de descontração e de afinação do grau de intimidade e afinidade.

Uma coisa curiosa que ocorria era a preocupação da maioria em saber da vida fora da FUNDAC, o que estava ocorrendo no mundo fora da prisão. Os alunos pediam para que eu contasse um pouco sobre a praia, os shows, festas e quais músicas estavam em evidência.

Depois do bate-papo, iniciamos nossa aula, sempre com um alongamento e aquecimento: Neste dia específico, trabalhei bastante o espaço da sala. Pedi para que eles escolhessem qualquer lugar na sala para iniciar o alongamento. Espalhados pela sala, começamos um trabalho de respiração e concentração para iniciação da atividade.

Movimentos como erguer os braços, balançar o pescoço, movimentar as pernas, andar pela sala livremente, movendo cada articulação do corpo, entre outros trabalhos corporais, foram ensinados para este dia na aula. Neste momento da oficina, os alunos já se encontravam numa atmosfera de intimidade e prazer com a dança. Seus corpos estavam mais relaxados e mais abertos para a interação.

Comecei a explorar ainda mais da condição de grupo, trabalhava muito em dupla, que eram sempre trocadas a cada movimento. Isso fazia com que os alunos enxergassem o outro com respeito e eles passaram a comungar do mesmo sentido de respeito com o espaço do outro.

As atividades propostas para este dia em específico, concentrava-se em com a ajuda do parceiro, conseguirmos nos equilibrar apoiado no corpo do outro. Um movimento muito utilizado nessa iniciação foi o de mãos dadas, um de frente para o outro, os pés colados na base, o desafio era fazer um movimento de gangorra, equilibrar o parceiro para que este chegasse o mais próximo ao chão sem cair e vice-versa.

Esse trabalho necessitava de muita concentração, entendimento do corpo alheio, no trato para uma melhor condição de confiança e respeito com seu par.

O pedido era para que não deixasse seu parceiro se machucar, cair no chão, pois em seguida seria a vez do outro. Logo, o pensamento que pairava era: “cuida de mim, que cuidarei de ti”.

Na dinâmica ensejada, notadamente percebemos que os alunos já conseguiam trabalhar em parceria, conhecendo melhor o outro e aprendendo a respeitar o espaço alheio. Essa experiência fez com que a negociação nas celas fosse mais respeitosa e decente. O trato com o outro, a confiança e o toque passaram a fazer parte da rotina deles.

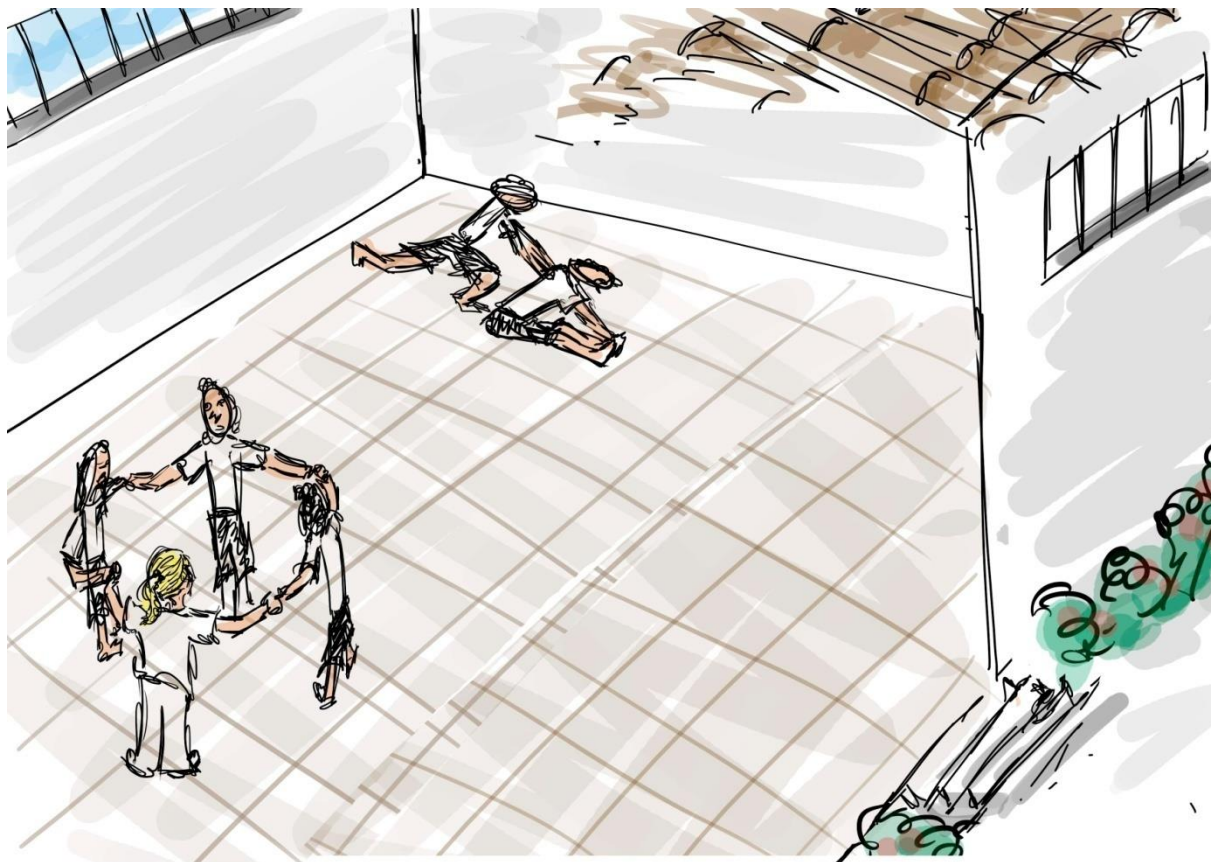
O comentário dos coordenadores, após a oficina de dança, era que os alunos ao retornarem da aula, suados, cantando, dançando e mais felizes, tomavam banho e deitavam nas camas para relaxar. Muitos até dormiam depois da atividade física. A energia liberada nas aulas os tranquilizavam na permanência nas celas.

O relato acima foi apenas um dos pontos que pude perceber na diferença antes das aulas de dança e o depois. Ficamos felizes em poder propiciar algo para aqueles alunos que os faziam bem. O comentário dos alunos era de bem estar depois de dançar. Diziam que se sentiam mais relaxados e felizes.

Por fim, fizemos para finalizar a aula um alongamento para relaxamento do corpo. Os coloquei em dupla e pedi que respeitando o limite do colega, pudessem ajudá-lo a alongar o corpo. Exemplo: Enquanto uns sentados no chão, com as pernas esticadas para frente o outro com a ajuda do peso do corpo, se postavam sob as costas do colega ajudando-o a descer mais seu corpo em direção aos joelhos para uma melhor flexão.

Neste sentido, o limite do corpo se mostrava claro e eles podiam entender que cada corpo ali presente tinha um limite e que tinha que ser respeitado. A ajuda e a colaboração mútua eram claras entre os alunos. Algo que não existia anteriormente entre eles.

DIA 19 DE ABRIL - 12ª AULA



Neste dia, o professor concursado adentrou a instituição. Para minha surpresa, era um ex-aluno da casa e que ali estava para passar seus conhecimentos para os que lá estavam naquele momento.

Já tínhamos iniciado uma conversa amigável anteriormente e me coloquei a disposição para qualquer tipo de ajuda. Estava pronta para apresentá-lo aos alunos e fazer um trabalho de parceria inicial até que pudesse por definitivo deixá-lo na condução da aula de dança.

Os alunos neste dia estavam intrigados para conhecer o novo professor. Era jovem, competente, negro e engajado professor que ali se sentia reconhecido. A apresentação foi muito bem recebida pelos alunos. A ligação entre eles de logo foi percebida, seria um individuo que dai saiu e voltou na condição de professor concursado para trabalhar.

Neste dia, fizemos questão de começar a aula com a nossa conversa que antecederia todas as aulas, com um toque esperançoso de futuro. Dizia para eles que somos aquilo que queremos ser. A luta pela vida é grande e para que possamos realizar os sonhos desejados necessitávamos de engajamento e esforço. Todos que

ali se encontravam era por uma condição temporária, que não poderia ser vista como perpetua e única.

A prova viva disso seria a própria história de vida do mais novo professor da oficina. A partir desse reconhecimento, todos se colocaram ainda mais concentrados e estimulados na aula. A partir daquele entrosamento, a passagem do comando da aula de dança para a continuidade da oficina estava praticamente garantido.

Contudo, nesta mesma aula, um novo aluno chegou ao grupo, este tinha sido recluso por crime análogo à estupro. Os seguranças já tinham me avisado da periculosidade daquele jovem e do perigo pela falta de conhecimento do mesmo perante as regras da casa.

Com cuidado e sem medo, pedi para que ele ficasse a vontade na aula e se quisesse participar da aula seria uma grande satisfação.

Ele quase não se comunicava, apenas olhava fixamente para mim e para os demais colegas. Um olhar fixo e agressivo. Ele sentou-se em uma cadeira que na sala havia e não quis participar da aula. O deixei ficar para que mesmo sem participar pudesse ter interesse em entrar para o grupo em uma próxima oportunidade. Alguns alunos no começo ficavam sem querer participar da aula, apenas as assistiam fixamente.

Alguns desses alunos eram chamados por mim de ajudante, pedia para que eles observassem os colegas e me ajudassem na condução das aulas. Ocorriam momentos em que, quando um movimento era por mim demonstrado, alguns alunos ficavam sem querer fazer os movimentos mais elaborados por dizer que não sabiam dançar bem.

No mesmo momento, percebendo a dificuldade de alguns alunos na execução dos movimentos, era necessário a repetição e o desdobramento dos movimentos para que todos pudessem executá-los de maneira precisa. Não demorava e os alunos, com a prática da repetição e atenção prestada, conseguiam fazer os passos de maneira satisfatória.

Na condução da aula, e em um momento de bastante concentração dos alunos, o novato que estava só observando e sentado, começou a falar alto, gritar, chamar atenção dos colegas, cantar músicas para impedir que os alunos ouvissem a música escolhida para aquela aula. Essa situação durou alguns minutos e logo depois, os seguranças pediram para que ele parasse com aquela provocação. Não atendido o pedido, me levantei, pedi licença para os alunos e fui falar com o novato.

Depois da conversa que tive com o mesmo meu pedido foi aceito. O mesmo parou de gritar, mas começou a fazer muito barulho com uma bola que tinha na sala. Ele batia no chão para dispersar os alunos. Levantei e fui a sua direção, conversei novamente e expliquei que aquela cena por ele produzida era um completo desrespeito e desconsideração perante seus colegas. Assim sendo, o indaguei para que me ajudasse a resolver aquela questão. Logo, se quisesse mostrar-se e chamar a atenção do grupo, que fizesse com aproveitamento. O mesmo batia a bola com muito ritmo no chão, logo ofereci o timbau (instrumento musical) que o professor de música utilizava em suas aulas e solicitei para que ele me ajudasse com a música.

Escolha proveitosa e o novato começou a dar ritmo com o timbau à aula, ajudando o desenrolar da aula de forma proveitosa e prazerosa. Este nunca fez a aula de dança, mas sempre estava lá, com o timbau na mão, ajudando no ritmo das aulas.

Outro ponto que chamou atenção nesta aula foi que os alunos, ao perceberem que o novato iria para minha aula e não sabiam como ele iria se colocar na sala, ficavam todos observando e atentos aos passos do novato, para que este não pudesse me machucar de alguma maneira.

O meu pedido, desde o início, foi de um pacto de segurança com eles. Eu iria confiar neles e pedi para que confiassem em mim. Falei que iria pedir para os seguranças saírem de dentro de nossa sala de aula, dizendo que o solo da aula era sagrado e que se não houvesse intimidade e confiança nosso trabalho ali não evoluiria.

Esse pacto, feito desde o primeiro dia de aula, fez com que os alunos relaxassem e de certa maneira pudessem confiar em mim. Isso criou uma relação respeitosa e de camaradagem entre nós.

Dessa relação surgiram fatos importantes como: um dia em que meus CDs não estavam sendo lidos pelo som, um dos alunos se colocou para ir até a cela e pegar seu pen drive que tinham algumas músicas interessantes.

Ainda falando dessa aula, eu estava vestida com uma calça bastante folgada e uma blusa no cumprimento da cintura. Quando do início da aula e no momento do alongamento, meus braços, no alto, fizeram com que uma parte da minha barriga aparecesse e um pequeno pedaço da minha calcinha apareceu.

De imediato, alguns dos meus alunos, ao perceberem essa falha, olhavam para o chão disfarçando o olhar, outros olhavam para cima com vergonha, e outros

percebendo a constrangedora situação, me mostraram gentilmente para que eu pudesse consertar minha roupa, para que não ocorresse uma situação inusitada e desagradável na nossa aula.

Por essas passagens e outras tantas, percebo que o trabalho de dança com esses jovens logrou êxito, mesmo que de maneira pontual. A experiência de corpo vivo junto à eles foi enriquecedora e esclarecedora na pesquisa de desenvolvimento cognitivo e processo de ressignificação.

Ouvir dos alunos na hora de ir embora, eles gritando das celas através das grades: “Professora, tia, que dia a senhora volta, quero mais aula de dança?”. Isso é a prova concreta da realização do trabalho árduo e bem vivido.

Conclusão

Diante da experiência vivida na instituição FUNDAC – CASE e CIA, após três meses, no período entre fevereiro à abril de 2012 com aula de dança para os adolescentes internos no cumprimento das medidas sócioeducativas, faremos algumas considerações importantes a respeito do processo junto aos alunos da oficina de corpo- dança.

No princípio da oficina os alunos não tinham contato com atividades relativas à dança. Poucos, cerca de 30% possuíam a vivencia da oficina de teatro e música. Oficinas essas que os conduziam a um contato com arte e expressão corporal.

Com o advento da oficina de dança, o que chamou mais atenção foi à curiosidade de alguns alunos em experimentar a atividade corporal distinta do que a FUNDAC oferecia anteriormente. Muitos alunos estavam atentos quando da disseminação da oficina, de como seria o modo de atuação da professora e como iria se dar a atividade junto aos seus colegas de celas.

Iniciamos a oficina depois de uma longa apresentação, uma forma de conhecer melhor todos os envolvidos na experiência da oficina de dança. Os poucos alunos interessados na atividade se colocaram atentos e participativos desde o principio, já outros na maioria, só estavam na sala de aula da oficina para sair da cela e passar um tempo em outro ambiente fora do ambiente carcerário.

Do processo com os alunos, restou-se claro que a convivência rotineira e os longos bate-papos iniciantes nas aulas tornaram o ambiente da sala menos hostil e fez surgir entre todos uma relação de confiança e descontração. Da maturação continua do envolvimento intrapessoal a cada encontro eclodiu em aulas satisfatórias com evolução no campo técnico corporal e atitudinal dos alunos.

Foram experimentados sequencias de movimentos elaborados para cada aula. Um planejamento técnico escalonado fora feito para aplicação em cada aula – contato no decorrer do processo. Iniciamos com planos no campo técnico mais brando para corpos que ainda não haviam tido contato com a dança, que ao poucos foram instalados processos corporais que envolvessem alongamentos, aquecimentos, investigação da lateralidade, locomoção, peso e nuances performáticas interpretativas. A técnica utilizada durante a oficina não preenche apenas um tipo de técnica específica, até porque, para melhor aproveitamento das aulas e para que de fato a dança pudesse contribuir para a ressignificação desses

alunos faltaria um ramo, uma técnica conhecida e definida que envolvesse todo o processo artístico.

Para este formato de aula foram utilizados princípios da dança contemporânea: expressão do corpo como marca própria e específica de cada indivíduo; o contato e improvisação: onde os alunos eram envoltos numa atmosfera de percepção do corpo do outro e de como essa convivência tornava-os distintos do ritual performativo comportamental anteriormente daquele ambiente carcerário, sendo o contato elemento crucial na tratativa da relação intrapessoal e interpessoal explorando e conscientizando para o respeito, tratamento e zelo pelo corpo alheio.

Foram trabalhados também os princípios de Rudolf Laban⁴⁵ que em suas teorias sobre o movimento e a coreografia estão entre os fundamentos principais da dança moderna e fazem parte de todas as abordagens contemporâneas da dança.

Além de seu trabalho criativo e de análise da dança, Laban também se dedicou à realização de propostas de dança para as massas do corpo, desenvolvendo com esta finalidade a arte da Dança Coral, onde grande número de pessoas se movem juntas segundo uma coreografia de estrutura simples, porém instigante, que permita bailarinos e pessoas leigas dançarem juntas de forma colaborativa. Elementos e propostas essas que se aproximava da realidade das aulas ministradas, onde a simplicidade dos passos dava origem a sequências de fácil absorção e efetiva feitura por parte dos alunos. O teatro, ou melhor, a performatividade dava lugar ao lúdico e a interpretação dos alunos na execução de sua dança.

A exploração de movimentos da dança afro permitia uma aproximação maior da realidade de corpo dos alunos ali em questão. Na escolha do roteiro das músicas e na interpretação eloquente dos movimentos a característica que marcava os corpos era de uma vivência da influência da cultura africana nítida na cidade de Salvador e região metropolitana. Os alunos estavam mais habituados dentro dessa performatividade e se sentiam vibrantes ao som de toques de tambores e o ritmo quente desses instrumentos ambientava e eclodia a dinâmica da aula.

Além de todas essas técnicas e elementos da dança citados acima, o aquecimento era utilizado sempre no início de cada aula como forma de ambientar,

⁴⁵ Rudolf Laban: Dançarino, coreógrafo, considerado como o maior teórico da dança do século XX e chamado de pai criador da dança-teatro. Dedicou sua vida ao estudo e sistematização linguagem do movimento em seus diversos aspectos: criação, notação, apreciação e educação.

aquecer de fato não só o esqueleto funcional corporal mas também, preparar os alunos para a iniciação do processo artístico, conduzindo-os a concentração e percepção de seus corpos durante a aula. O trabalho com o rigor físico – força muscular dos alunos também foi bastante explorado por ter em sala adolescentes meninos com erupção de hormônios se desenvolvendo. O potencial corporal era trabalhado no intuito de gasto calórico e de liberação de endorfina ocorrendo assim uma melhor maturação, desenvolvimento cardiovascular colaborando para uma sensação notória de relaxamento e mudança de atitude ao término da aula.

Mesmo assim, a dificuldade na execução dos movimentos era nítida, a necessidade no início de maior tempo de maturação da técnica tornavam as aulas um desafio para cada um dos alunos presentes. O comentário dos alunos era em relação a superação conquistada a cada aula. Os corpos inicialmente não correspondiam instantaneamente ao movimento apresentado, a necessidade de repetição e maturação do movimento era visível para todos os presentes.

Para que a aula tivesse sempre um progresso contínuo, era preciso uma favorável relação de amizade e camaradagem com os alunos, podemos dizer que em alguns momentos ocorria a entrada de novos alunos na oficina, a rotatividade na instituição de adolescentes era uma prática não apenas para manter o controle entre os internos na instituição mas também, pela necessidade de liberação dos mesmos pelo lapso temporal no cumprimento das medidas sócio-educativas.

Mesmo com a rotatividade, a tentativa de manter um determinado nível nas aulas, no entendimento de completude e evolução dos movimentos era o maior desafio para a professora e para os alunos em questão.

Não havia planejamento de uma apresentação - show do resultado da oficina ao final da atividade. Pensamos no processo diário como foco principal da oficina. Seria um momento de ligação dos alunos a arte da dança sem a preocupação de levar resultado para fora da sala. A timidez, a vergonha e o medo da exposição encabulavam os alunos e acabavam afastando-os da oficina. A oficina seria uma espécie de momento de reconhecimento, liberdade, autonomia e exploração corporal.

A participação ativa dos alunos no decorrer do processo foi latente, fazendo referência ao início da oficina onde a maioria dos alunos se encontrava apenas curiosos, mas desinteressados em fazer os exercícios propostos.

Na caricatura feita das fotos das aulas no capítulo anterior, podemos vê a estética dos corpos. Desde sua situação nas celas até a caricatura de umas das últimas aulas feita, que já demonstrava um corpo mais relaxado, participante e consciente de si mesmo. O corpo que no começo da oficina se encontrava tenso, fraco e cabisbaixo, foi com o passar do tempo e da experiência vivenciada se tornando mais relaxado e liberto de signos estigmatizados de corpos encarcerados: na maioria do tempo os internos ficavam de cócoras nas celas e com a cabeça baixa desenhando a estética de relação entre o delinquente e o poder punitivo.

A gradual evolução foi acompanhada por outros instrutores e professores da instituição. Em algumas situações, a psicóloga da instituição em parceria, colocava pontos (questões, temas) para serem pensados e trabalhados nas aulas de dança, pois lá encontrávamos um ambiente em que os corpos se comunicavam de forma mais consciente e sensível; se tocavam de maneira menos violenta; e se relacionavam sem a impetuosa distinção de poder entre eles nas celas.

A conquista dessa relação de confiança e bem estar na sala foi gradual e aos poucos reconhecida. Tiveram momentos durante a oficina que alguns alunos se colocaram proativos na tentativa de ajudar a manutenção da oficina. Ocorreram momentos em que os alunos que detinham certo poder e controle frente a outros nas celas, ajudaram na condução da ordem na sala. Momento esse que novos alunos entraram e tentaram tumultuar a aula, dispersando os alunos e criando um ambiente hostil. Os alunos mais antigos e com um grau de relação maior ajudaram na fala com os outros presentes pedindo tranquilidade e sossego para a continuidade da aula.

Como fará dito anteriormente no diário de bordo, algumas questões foram trabalhadas em sala de aula, tais como: preconceito tanto no aspecto racial – racismo, quanto em relação à homossexualidade.

Tínhamos na sala um aluno que era homossexual e sua passagem durante a oficina fez com que os outros alunos entendessem melhor a relação com o corpo do outro. Tratar de um assunto tão sério como esse nos conduz a lugar extremamente delicado, nas celas ocorre de fato a exploração sexual entre os companheiros de cela. A realidade sexual implicada no âmbito carcerário nos remete a condição de corpo que ali estão e como esses corpos se comportam confinados com outros adolescentes em um ambiente fechado. A segurança da instituição não é onipresente e fatidicamente ocorrem casos de abuso sexual entre os educandos.

O adolescente quando internado paira em um lugar diferente de tudo já vivido anteriormente a instituição, são corpos que se encontram presos, confinados e sob observação dos seguranças presentes. A condição imaginária que o corpo não pertence mais a si, que está apto a qualquer interferência do alheio, o outro se torna inimigo em potencial e a situação psicológica do adolescente faz novos padrões de comportamentos se instaurem frente a realidade das dentro das celas.

A maioria dos internos possuem um sentimento de medo iminente, seus corpos possuem padrões de bloqueios e foram esses padrões que trabalhamos durante o processo da oficina de dança. Corpos que eram travados e rígidos se tornaram a partir da experiência nas aulas menos hostis e mais relaxados. O processo de entendimento da confiança e do respeito eram sempre avivados nas aulas. O trabalho da dança no manejo das relações. As mãos que não se tocavam, os corpos que não se relacionavam de maneira respeitosa passaram a si tocar de modo sadio sem a condição de segregação e impotência vista nas celas.

O respeito pelo corpo do outro foi instaurado como condição indispensável para a continuação das aulas. O toque no corpo do outro foi trabalhado na sensibilização dos sentidos, a arte da dança transformando essencialmente a condição da exposição e do comportamento. Aos poucos a relação intrapessoal foi conquistando outros espaços na instituição e não apenas na sala da oficina de dança.

Houve uma sensível diminuição no número de acidentes ocorridos na instituição. O número de tentativas de suicídio e agressões fora minimizadas com o trabalho de conscientização feito por todo o grupo de colaboradores da FUNDAC, cada um em sua determinada área fizeram implicações importantes na tratativa de uma melhor convivência em grupo. Trabalho esse que foi apresentado para os todos os colaboradores durante uma reunião pedagógica com todo o corpo de profissionais envolvido com os internos, com o fim de minorar toda e qualquer situação de risco e violência durante a passagem dos adolescentes na instituição. Essa preocupação decorreu do surto que houve dias antes de três adolescentes que tentaram cortar dos pulsos.

O sucesso da oficina de dança fora associado ao trabalho direto com o corpo, a facilidade na maturação e conhecimento do próprio corpo, a necessidade de contato com o outro durante os movimentos, a experimentação do toque e o conhecimento do limite do corpo do outro estimulou a percepção da confiança e

respeito. Os corpos que praticamente não se movimentavam antes da oficina de dança, passaram a executar movimentos de maneira mais precisa, os corpos começaram a ganhar mais tônus muscular e flexibilidade iniciando um processo de novas experimentações e condições corporal.

Outro ponto importante surgido e trabalhado durante a oficina foi a questão do preconceito. A grande parte dos adolescentes internos são negros e de baixa renda, para eles todos os outros indivíduos que não fazem parte deste grupo – biótipo, estava fadado a sofrer algum tipo de discriminação quando da aproximação.

Novos professores ou técnicos entre outros profissionais em sua entrada na instituição passava por um crivo de “pré” conceito diante dos alunos, até que essa relação fosse conquistada e experimentada ao longo do processo. Na antecipação das aulas de dança houve uma grande expectativa diante desta questão. Muitos coordenadores estavam receosos e inseguros com a presença da professora de dança diante dos alunos.

As questões relacionadas com a aula de dança circundava os aspectos não apenas do preconceito pelos diferentes biótipos, mas também pela questão da sexualidade. Os adolescentes internos não possuíam o direito de ter relação sexual com suas parceiras na instituição. A lei não assegura aos internos essa prerrogativa por envolver adolescentes – menores de idade. Essa discussão corre anos nos saberes jurídicos e até então não possuem entendimento distinto.

A preocupação dos juízes envolvidos na varas da Infância e Juventude, trás a negativa da exposição sexual. Muito se questiona sobre essa pratica, pois quando liberado o sexo nas instituições, os adolescentes poderiam utilizar dessa pratica para intensificar o abuso sexual com seus companheiros de celas. Mesmo com a segurança e o cuidado dos agentes da instituição ocorre abusos de ordem sexual e os surtos de doenças sexualmente transmitidas – DSTs, aumentariam ainda mais. Grande parte dos cuidados médicos dentro da instituição é para controlar os surtos de DSTs.

Logo, a professora de dança sendo mulher e jovem poderia ofuscar e aflorar o ímpeto da sexualidade dos jovens durante as aulas, pois haveria o uso e a exposição do corpo. O estímulo corporal dentro de uma atividade que envolve outros elementos com a música, conduziria esses jovens a exploração do corpo e nessa prerrogativa de exposição do corpo através da dança a questão sexual estaria latente nos corpos jovens com os hormônios aflorados.

De certo que a questão sexual durante as aulas de dança foi trabalhado com muito cuidado. Fizemos um trato com os alunos na oficina de dança: durante as aulas não poderiam tirar as camisas, todos deveriam está com roupas intimas por baixo das bermudas, e a professora sempre com roupas folgadas e de calça.

O trabalho desenvolvido na oficina de dança transcorreu de maneira tranquila e sem prejuízos ou constrangimentos. O aluno homossexual que fazia as aulas inicialmente sofreu com o preconceito dos outros alunos que durante as aulas não queriam toca-lo. As atividades feitas em dupla ou grupo ficavam prejudicadas pelo preconceito. Contudo, durante o processo das aulas, os alunos passaram a compreender melhor as questões que envolvem os corpos. O descobrimento do corpo e suas potencialidades, o limite dos feitos corporais, a necessidade da ajuda do outro para o desempenho das atividades que envolvia a presença do outro para sua execução precisa.

Conseguimos mesmo em pouco tempo de oficina trabalhar com questões importantes com os alunos internos. A vontade de sair das celas, juntamente com a curiosidade de ter uma nova possibilidade de contato com pessoa do lado de fora da instituição, aliados ao desejo de explorar a dança que é uma arte bastante propagada na Bahia fizeram com que o estudo em questão tivesse alcançado a meta de iniciar o processo de sensibilização e ressignificação com esses jovens.

Após três meses de trabalho, antes de passar o comando das aulas para o novo professor de dança que adentrou a instituição, para que este pudesse dar continuidade às aulas, houve uma conversa de trocas de experiências ainda dentro da sala, ocorreram quatro aulas juntamente com o novo professor para que a transição e o trabalho tivesse uma linha de continuidade e pudesse alcançar outros temas e questões importantes.

Na nossa saída da oficina os alunos já estavam envolvidos com a atividade da dança. Estavam mais consciente dos seus corpos, dos limites de seus movimentos em continuo progresso, da necessidade de trabalho em grupo para realização dos desafios lançados durante as aulas. O corpo agora já possuía uma imagem menos tensa. A musculatura fora estimulada, a frequência cardíaca estava melhor, o condicionamento corporal já respondia de maneira mais adequada as exigências dos movimentos mais elaborados. O trabalho em grupo começou a ocorrer com maior facilidade, o preconceito diminuiu na medida em que entendiam a utilidade do grupo e suas nuances.

Sabemos que o lapso temporal correspondente da oficina não fora suficiente para que processos mais complexos fossem melhor trabalhados; questões relevantes para a melhoria da condição desses jovens encarcerados deveriam e devem ser pontos importantes e necessários para um trabalho contínuo.

A consideração final que podemos fazer dessa experiência vivenciada foi que de certo, adolescentes em seu estado de formação em contínuo desenvolvimento estão mais aptos e propícios à realização de novas possibilidades. Oferecer uma atividade que envolva arte, entretenimento, lúdico, expressão desperta a curiosidade e alimenta novos desafios a serem experimentados. O corpo em questão toma um novo formato, e nasce dessa vivência um maior controle e contato com seu corpo que antes era revestido com estigmas e signos em uma concepção opressiva.

A realização da oficina rendeu a esses jovens um despertar de um corpo mais consciente e aberto para o novo que os circundam. Experimentar e vivenciar os movimentos foram o foco utilizado nas aulas de dança para reaproximar e repensar questões pertinentes da vida, da condição de existência e de como esses corpos existiam no encarceramento.

Conquistamos um importante espaço no cotidiano desses jovens que saíram da instituição FUNDAC tendo experimentado em seus corpos mudanças sutis que ficaram registrados em suas memórias, e essas memórias de certo criaram outros estímulos e escreveram outros caminhos corporais. O corpo se torna um elemento formador, construtor e a cada novo estímulo embebesse o organismo na criação de padrões de comportamento. Estados corporais são construídos na medida em que o corpo se abre para a experiência, o novo surge quando da vivência a sensação ocorre, a emoção surge, as questões humanas são desmascaradas incrementando no organismo padrões orgânicos essenciais para a regulação da vida.

A ressignificação surge quando das novas experiências e trocas ocorridas em um processo contínuo e maturado, o indivíduo recria seu corpo, sua condição de exposição de existência. Novas questões são postas, trabalhadas, experimentadas, degustadas surgindo daí a possibilidade do novo.

Não seremos conclusivos com as possibilidades surgidas dentro da experiência, pois cada corpo reage de determinada forma e possui determinado padrão genético e comportamental. O que apenas podemos esclarecer é necessidade de ganho cognitivo dado através das experiências centradas no corpo

enquanto vive. De que existe uma possibilidade de reaver padrões comportamentais a partir da utilização da arte da dança.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Celso. Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BOLSANELLO, Débora. *Em Pleno Corpo: Educação Somática, movimento e saúde.* (Jurua, 2010).
- BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino da arte* – São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2002.
- BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi di, 1738-1794. *Dos delitos e das penas.* Tradução: Deocleciano Torrieri Guimarães. – São Paulo: Rideel, 2003.
- BRITTO, Fabiana. *Temporalidade em dança: parâmetros para uma história contemporânea.* – Belo Horizonte: Edição do autor, 2008.
- CARVALHO, Rosane de Souza. *Transgressão autorizada: violência doméstica contra criança e adolescente* – São Paulo: Editora Salesiana, 2000.
- DAMÁSIO, de Jesus. *A eficácia do Direito Penal no mundo contemporâneo* – São Paulo: Ed. Damásio de Jesus, 2005.
- DAMÁSIO, António R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano;* tradução portuguesa: Dora Vicente e Georgina Segurado. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DENZIN, Norman K. *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens* / Norman K. Denzin, Yvonna S. Lincoln; tradução Sandra Regina Netz. – Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ENCARNAÇÃO, Márcia Regina Teixeira da . *A linguagem como instrumento de comunicação e inserção social.* Pagina dois, Santos-SP, v. 03, 29 maio 2006.
- Estatuto da Criança e do Adolescente / Secretaria Especial dos Direitos Humano; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. – Brasília: MEC, ACS, 2005.
- FERNANDES. Antonio Sergio Araujo. *Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social.* IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). *Introdução à política brasileira,* São Paulo. Paulus. 2007.
- FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso.* – 20ª ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- FOUCAULT, Michael. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria, psicanálise* \ Michael Foucault; organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta; tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa* / tradução Roberto Cataldo Costa; consultoria , supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal – Parte Geral – Vol.1* 15ª ed. – São Paulo: Impetus, 2013
- GREINER, Christine. *O corpo em crise*. - São Paulo: Annablume, 2010
- GOMES DA COSTA, Antonio Carlos. In: CURY, Munir, AMARAL e SILVA, Antônio Fernando, MENDEZ, Emilio García (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais* – São Paulo, 1992.
- JOHNSON, Mark. *The meaning of the body: Aesthetics of Human Understanding*. Chigago: The University of Chicago Press, 2008.
- LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LANGENDONCK, Rosana van. Merce Cunningham: *Dança Cósmica: Acaso, Tempo e Espaço* – São Paulo: Edição do autor, 2004.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. *Direito da criança e do adolescente*. 3. ed. – São Paulo: Rideel, 2009.
- MATURANA, Hunberto R. & VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento*. São Paulo: Palas Athenas, 2002.
- MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*/ Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Márties Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 2. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2008.
- MORIN, Edgar. *Ética, cultura e educação* – São Paulo: Cortez, 2001.
- PINKER, Steven. *Tábula rasa: A negação contemporânea da natureza humana*; tradução Laura Teixeira Motta – São Paulo: companhia das letras, 2004.
- QUEIROZ, Lela. *Corpo, mente, percepção: movimento em BMC e dança*. – São Paulo, 2009.
- QUEIROZ, Lela. *Corporalização: BMC em dança*. Artigo publicação Urdimento, nº19, novembro 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "O Estado heterogêneo e o pluralismo jurídico", in Santos, Boaventura de Sousa e Trindade, João (org.) *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.
- TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*: tradução Claudia Berliner – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WALLON, Henri. *Uma Concepção Dialética Do Desenvolvimento infantil* – São Paulo, Editora Vozes, 2002.

WRIGHT, Edmund. *Dicionário da história do mundo* | Edmund Wright e Jonathan Law; tradução Cristina Antunes. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ANEXO

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –
CONANDA**

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1996.

Regulamenta a execução da medida sócio-educativa de semiliberdade, a que se refere o art.120 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, no uso de suas atribuições legais e **considerando**, as diretrizes contidas no art. 88, V, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e no art. 2º da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991; que as medidas sócio-educativas elencadas no art. 112, complementadas, quando for o caso, pelas medidas protetivas do art. 101, do ECA, são bastantes e suficientes para responder à prática de infrações bem como para assegurar a reinserção social e o resgate da cidadania dos adolescentes em conflito com a lei; que o reconhecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários se constituem em pressupostos de qualquer inserção social; que as medidas em meio aberto devem ser priorizadas com vistas à quebra da “cultura da internação”, **resolve:**

Art. 1º O regime de semiliberdade, como medida sócio-educativa autônoma (art. 120 *caput*, início), deve ser executada de forma a ocupar o adolescente em atividades educativas, de profissionalização e de lazer, durante o período diurno, sob rigoroso acompanhamento e controle de equipe multidisciplinar especializada, e encaminhado ao convívio familiar no período noturno, sempre que possível.

Art. 2º A convivência familiar e comunitária do adolescente sob o regime de semiliberdade deverá ser, igualmente, supervisionada pela mesma equipe multidisciplinar.

Parágrafo único. A equipe multidisciplinar especializada incumbida do atendimento ao adolescente, na execução da medida de que trata este artigo, deverá encaminhar, semestralmente, relatório circunstanciado e propositivo ao Juiz da Infância e da Juventude competente.

Art. 3º O regime de semiliberdade, como forma de transição para o regime aberto (art. 120, *caput, in fine*), não comporta, necessariamente, o estágio familiar noturno.

Art. 4º A convivência familiar e comunitária do adolescente sob o regime de semiliberdade, em transição para o regime aberto, deverá ser integrada às atividades externas do adolescente.

Art. 5º O descumprimento desta Resolução implicará o encaminhamento de representação ao Ministério

Público para os procedimentos legais, além de outras sanções eventualmente cabíveis.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON A. JOBIM

Presidente do CONANDA

Convenção sobre os Direitos da Criança

A Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança – Carta Magna para as crianças de todo o mundo – em 20 de novembro de 1989, e, no ano seguinte, o documento foi oficializado como lei internacional.

A Convenção sobre os Direitos da Criança é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 193 países. Somente dois países não ratificaram a Convenção: os Estados Unidos e a Somália - que sinalizaram sua intenção de ratificar a Convenção ao assinar formalmente o documento.

Convenção sobre os Direitos da Criança

Adotada em Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989

Preâmbulo

Os Estados Partes da presente Convenção

Considerando que, de acordo com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, a liberdade, a justiça e a paz no mundo fundamentam-se no reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana;

Tendo em conta que os povos das Nações Unidas reafirmaram na Carta sua fé nos direitos fundamentais do homem e na dignidade e no valor da pessoa humana, e que decidiram promover o progresso social e a elevação do nível de vida com mais liberdade;

Reconhecendo que as Nações Unidas proclamaram e concordaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos pactos internacionais de direitos humanos que toda pessoa possui todos os direitos e liberdades neles enunciados, sem

distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra natureza, seja de origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição;

Recordando que na Declaração Universal dos Direitos Humanos as Nações Unidas proclamaram que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais;

Convencidos de que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade;

Reconhecendo que a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão;

Considerando que a criança deve estar plenamente preparada para uma vida independente na sociedade e deve ser educada de acordo com os ideais proclamados na Carta das Nações Unidas, especialmente com espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade;

Tendo em conta que a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial foi enunciada na Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança e na Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (em particular nos artigos 23 e 24), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (em particular no artigo 10) e nos estatutos e instrumentos pertinentes das Agências Especializadas e das organizações internacionais que se interessam pelo bem-estar da criança;

Tendo em conta que, conforme assinalado na Declaração dos Direitos da Criança, "a criança, em virtude de sua falta maturidade física e mental, necessita de proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento";

Lembrando o estabelecimento da Declaração sobre os Princípios Sociais e Jurídicos Relativos à Proteção e ao Bem-Estar das Crianças, especialmente com Referência à Adoção e à Colocação em Lares de Adoção, nos Planos Nacional e Internacional; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça e da Juventude (Regras de Beijing); e a Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Situação de Emergência ou do Conflito Armado;

Reconhecendo que em todos os países do mundo existem crianças vivendo sob condições excepcionalmente difíceis e que essas crianças necessitam consideração especial;

Tomando em devida conta a importância das tradições e os valores culturais de cada povo para a proteção e o desenvolvimento harmonioso da criança;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional para a melhoria das condições de vida das crianças em todos os países em desenvolvimento;

Acordam o seguinte:

Parte I

Parte II

Parte III

Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados

Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a venda de crianças, prostituição e pornografia infantil